

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

MESTRADO EM TURISMO,

Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

**O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO EM ESPAÇO RURAL NAS ILHAS DO TRIÂNGULO**

ANA FILIPA MARTINS SILVEIRA LEMOS

Outubro de 2016

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, especialização em

Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

O Potencial Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural

nas Ilhas do Triângulo

ANA FILIPA MARTINS SILVEIRA LEMOS

Orientador: Professor Doutor Fernando João Moreira

Outubro de 2016

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Professor Doutor Fernando João Moreira pela sua disponibilidade e acompanhamento durante este ciclo.

À Joana Pereira por toda a paciência e força ao longo do percurso.

À família pelo apoio incondicional e motivação em toda esta etapa.

Aos proprietários dos empreendimentos TER/TH que disponibilizaram parte do seu tempo a responder aos inquéritos, essenciais para a conclusão desta investigação.

Às entidades regionais ligadas ao turismo que contribuíram de boa vontade para a realização de entrevistas enriquecedoras deste estudo.

A todos, um sincero obrigada!

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÕES	1
1.2. OBJETIVOS E ESTRUTURA DO TRABALHO	3
1.3. METODOLOGIA GERAL.....	4
CAPÍTULO 2 – O TURISMO NOS AÇORES	6
2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS	6
2.2. REALIDADE E SIGNIFICADO NO CONTEXTO NACIONAL	13
2.3. AS ILHAS DO TRIÂNGULO NO CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO	19
CAPÍTULO 3 – O TURISMO EM ESPAÇO RURAL (TER).....	24
3.1. O TER ENQUANTO MODALIDADE TURÍSTICA.....	24
3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	30
3.3. O TER EM PORTUGAL.....	33
CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DO TER NOS AÇORES	40
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TER NOS AÇORES	40
4.2. SITUAÇÃO ATUAL E RELEVÂNCIA DO TER NOS AÇORES	46
4.3. O TER NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	52
4.4. SIGNIFICADO DO TER NAS ILHAS DO TRIÂNGULO	56
4.4.1. As ilhas do Triângulo.....	56
4.4.2. O TER na ilha do Faial	60
4.4.3. O TER na ilha do Pico	62

4.4.4. O TER na ilha de São Jorge	64
4.4.5. Sinopse.....	66
CAPÍTULO 5 – O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO DO TER NAS ILHAS DO TRIÂNGULO	68
5.1. METODOLOGIA ESPECÍFICA.....	68
5.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS.....	69
5.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	86
5.4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO.....	97
5.5. VISÃO DE FUTURO.....	98
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
Anexo 1.	117
Anexo 2.	121

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. As Modalidades de Turismo de Natureza.	35
Figura 2. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade nos Açores (2000-2015).	47
Figura 3. Capacidade de Alojamento do TER nos Açores (2000-2015).	48
Figura 4. N.º de Hóspedes em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).	49
Figura 5. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).	50
Figura 6. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER, por país de residência - Portugal (2000-2015).	50
Figura 7. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER, por país de residência - Estrangeiro (2000-2015).	51
Figura 8. Estada Média em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).	52
Figura 9. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade nas ilhas do Triângulo (2000-2015).	58
Figura 10. Capacidade de Alojamento do TER nas ilhas do Triângulo (2000-2015).	59
Figura 11. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade no Faial (2000-2015).	61
Figura 12. Capacidade de Alojamento do TER no Faial (2000-2015).	62
Figura 13. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade no Pico (2000-2015).	63
Figura 14. Capacidade de Alojamento do TER no Pico (2000-2015).	64
Figura 15. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade em São Jorge (2000-2015).	65
Figura 16. Capacidade de Alojamento do TER em São Jorge (2000-2015).	66
Figura 17. Distribuição por Faixa etária	73
Figura 18. Distribuição por Nível de escolaridade	74
Figura 19. Importância do TER na região	76
Figura 20. Crescimento anual das dormidas no estabelecimento	78
Figura 21. Condições de investimento do triângulo no TER	82
Figura 22. Divulgação do triângulo como sub-destino	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Capacidade de Alojamento, por Regiões: Açores e Portugal Continental (2014-2000).	14
Tabela 2. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Açores (2014-2000).	17
Tabela 3. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Portugal Continental (2014-2000).	18
Tabela 4. Capacidade de Alojamento (milhares): Ilhas do Triângulo e Total Açores (2014-2000).	20
Tabela 5. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Ilhas do Triângulo – Total das ilhas do Faial, Pico e São Jorge (2014-2000).	21
Tabela 6. Estabelecimentos TER nas ilhas do Triângulo e Açores (2000-2015).	58
Tabela 7. Capacidade de Alojamento do TER nas ilhas do Triângulo e Açores (2000-2015).	60
Tabela 8. Distribuição por categoria	71
Tabela 9. Distribuição por Ilha	71
Tabela 10. Distribuição por Concelho	72
Tabela 11. Distribuição por Género	73
Tabela 12. Formação na área do Turismo	75
Tabela 13. Trabalho na área do Turismo	75
Tabela 14. Concordância no investimento do Turismo na região	76
Tabela 15. Valorização do património através do TER	77
Tabela 16. Divulgação do arquipélago através do TER	77
Tabela 17. Potencial futuro do TER	78
Tabela 18. Continuação do investimento no TER	79
Tabela 19. Mais-valia do TER no triângulo	81
Tabela 20. Aposta do TER no triângulo	81
Tabela 21. Parâmetros a desenvolver no triângulo	81
Tabela 22. TER como futuro do triângulo	84
Tabela 23. Parâmetros para o potencial futuro do TER no triângulo	84
Tabela 24. Fatores condicionantes ao desenvolvimento do TER no triângulo	85
Tabela 25. Benefícios do TER no triângulo para a população	85

RESUMO

Esta investigação aborda o potencial do Turismo em Espaço Rural na região Açoriana, mais concretamente nas denominadas ilhas do triângulo, focalizando-se na análise pelo lado da oferta de modo a perceber a visão dos proprietários quanto ao seu desenvolvimento. Deste modo, primeiramente é realizada toda a revisão bibliográfica sobre os temas em estudo, onde é também descrita a informação estatística essencial e complementar para esta matéria; segue-se a recolha dos dados quantitativos e qualitativos e a sua posterior análise descritiva; por fim, é realizado o Diagnóstico Prospetivo, a Visão de Futuro e as Conclusões e Recomendações retiradas de todo este trabalho.

Palavras-chave: TER, Ilhas do Triângulo, Potencial, Turismo de Natureza.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the potential of Rural Tourism in the Azorean Region, more specifically the triangle islands, focusing on analyzing the supply side in order to identify the owner's point of view about the development of the rural tourism. Therefore, in the first part of this research it is mentioned all the literature review about the study themes, where it is also described the statistic data which complements this part of the research; then it is specified the analyze of quantitative and qualitative data. Lastly, it is developed a prospective diagnosis, a future vision and the conclusions about this research.

Keywords: Rural Tourism, Triangle Islands, Potential, Nature Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS

AL	Alojamento Local
ART	Associação Regional de Turismo
ATA	Associação de Turismo dos Açores
DRT	Direção Regional do Turismo
EPDTERIT	Estudo sobre o Potencial Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural nas Ilhas do Triângulo
INE	Instituto Nacional de Estatística
LEADER	Programa de Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
OMT	Organização Mundial do Turismo
OTA	Observatório do Turismo dos Açores
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
SRTT	Secretaria Regional do Turismo e Transportes
TER	Turismo em/no Espaço Rural
TH	Turismo de Habitação
TN	Turismo da Natureza

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

“It always seems impossible until it’s done”.

Nelson Mandela

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÕES

As questões ambientais têm sido cada vez mais debatidas não só pelos profissionais em turismo, como pelos turistas e população em geral, que hoje em dia têm uma maior consciência e preocupação com o meio em que vivem, por forma a preservá-lo para si e para as gerações futuras. Com isto, a responsabilidade para com o meio envolvente é algo que se tem acentuado ao longo destes últimos anos e que, associado a um estilo de vida stressante, monótono e muito ligado à vida urbana, levou a aumentos turísticos para os espaços rurais, não só a nível mundial, como também a nível nacional.

O Turismo em Espaço Rural é um produto completo e diversificado, distinguindo-se dos outros pelo seu carácter ligado à natureza, aos valores, àquilo que é genuíno, ao autêntico, trazendo turistas ao meio ambiente de forma não prejudicial, fazendo-os desfrutar de uma estadia agradável longe da rotina e do stress do quotidiano. Por ser considerada uma modalidade de turismo muito diversificada e fragmentada, onde existem milhares de empresas e iniciativas públicas por toda a Europa, existem questões relevantes para as diferentes definições nacionais: enquanto que um país pode definir como turismo em espaço rural todo o espaço da casa e da natureza envolvente, outro pode considerar as atividades económicas localizadas fora das áreas urbanas (Hall *et al.*, 2003).

Em Portugal, esta tipologia de turismo tem observado uma procura cada vez maior tanto por turistas vindos do estrangeiro como por turistas internos, e também a oferta tem vindo a aumentar e a se diversificar, pelo que existem alojamentos TER não

só no continente português, como também nos arquipélagos. A nível geral, em Portugal, as Casas de Campo são a tipologia de alojamento mais predominante com uma presença de quase 40%, sendo a modalidade que registou, em 2014, um maior aumento (9%), seguindo-se os Hotéis Rurais (8,7%) e o Agroturismo (8,5%) (idealista.pt).

O estudo do turismo no meio rural cativou-me, talvez, por residir na região Açoriana, onde o verde e o Turismo de Natureza prevalecem, onde o stress é bem menor que nas grandes cidades, onde o natural e o genuíno é tornado rico tanto para as populações locais como para os turistas que visitam o destino. O facto de ter optado por estudar esta tipologia (TER), que abrange não só a área do alojamento, adveio também do seu recente crescimento na região nos últimos anos, não só nas ilhas do triângulo como estudado nesta dissertação, mas em todas as ilhas do arquipélago, pelo que queria constatar se seria uma tipologia com potencial num futuro próximo.

Para além disso, as características do TER em valorizar o património, o renovar de habitações anteriormente não turísticas, envoltas na natureza, juntando a divulgação da gastronomia local, o artesanato, as atividades de animação a turistas e as atividades desenvolvidas em pleno meio rural, entre outras, fazem desta tipologia turística merecer ser estudada.

O TER é, portanto, um tema atual, relativamente pouco estudado e de grande interesse no campo turístico, especialmente na região Açoriana, propícia a este tipo de turismo. No arquipélago dos Açores já se começa a adquirir um maior conhecimento e desenvolvimento nesta área já regulamentada com leis próprias e tendo em conta o objetivo do Governo Regional para o turismo na região: apostar no Turismo de Natureza. Com isto, o desenvolvimento do turismo deverá basear-se na sustentabilidade, na possibilidade de visitar todas as ilhas, nas características diferenciadoras (proximidade do mercado, a singularidade e autenticidade de cada ilha, a paisagem, a segurança e a tranquilidade das zonas), no incentivo da melhoria das áreas características do turismo e fazer do Turismo de Natureza o principal produto dos Açores (PEMTA, 2016).

Esta dissertação de mestrado pretende, assim, abordar o potencial desenvolvimento do turismo em espaço rural nas ilhas do triângulo, conhecer o seu

presente e perceber o seu potencial futuro. Desta forma, este estudo está inserido no âmbito das ciências sociais e realizou-se entre os anos 2014 e 2016, inicializando-se com a recolha bibliográfica sobre o Turismo em Espaço Rural a nível mundial e nacional e o Turismo em geral, para uma maior abrangência de conhecimentos sobre esta matéria. Para além de toda a parte escrita do estudo, nos Açores realizei a mais prática: as entrevistas, os pré-testes e os inquéritos por questionário.

1.2. OBJETIVOS E ESTRUTURA DO TRABALHO

Tendo em conta o que já foi referido anteriormente sobre o tema desta dissertação, importa agora salientar os seus principais objetivos, aquilo que este estudo pretende averiguar: visa essencialmente avaliar o potencial desenvolvimento do turismo em espaço rural nas ilhas do triângulo e reconhecer a importância desse desenvolvimento potencial para o arquipélago dos Açores. Quanto aos objetivos de cariz mais específico, estes passam pelo conhecimento da realidade atual e significado do TER no triângulo e a identificação dos fatores principais que condicionam o desenvolvimento futuro desta modalidade nestas três ilhas dos Açores.

Depois de enunciado o tema em estudo e os seus objetivos, segue-se a pergunta de partida na qual o trabalho se centra “Quais as perspetivas de desenvolvimento futuro do Turismo em Espaço Rural nas ilhas do Triângulo?”, sendo esta a problemática do trabalho, à qual a investigação científica pretende dar resposta.

As perguntas hipotéticas definidas a que este estudo também responderá são duas, uma relativa ao presente e outra à situação futura: 1) O Turismo em Espaço Rural possui condições para continuar a desenvolver-se nas ilhas do Triângulo? 2) O Turismo em Espaço Rural tem potencial para ter significado num futuro próximo, nas ilhas do Triângulo?

Relativamente à estrutura deste trabalho, o mesmo encontra-se dividido em seis capítulos: I. Introdução, II. O Turismo nos Açores, III. O Turismo em Espaço Rural (TER), IV. A Evolução do TER nos Açores, V. O Potencial Desenvolvimento do TER

nas Ilhas do Triângulo e, por último, o capítulo VI. Conclusões e Recomendações. Desta forma, após uma análise bibliográfica dos autores conhecedores nas áreas do turismo e do turismo em espaço rural, a nível mundial, nacional e regional, o trabalho faz referência, numa primeira parte, a fontes primárias e secundárias, bem como a algumas análises de informação indireta, ou seja, de informação relativa ao INE e SREA, como forma de obter uma maior análise da situação turística em questão; numa segunda parte do trabalho é referida toda a análise dos dados estatísticos da investigação empírica em questão e tiradas as conclusões destes dados quantitativos (inquéritos), bem como dos dados qualitativos (entrevistas) e suas recomendações.

1.3. METODOLOGIA GERAL

Este estudo de natureza científica aborda, como já foi referido anteriormente, o Turismo em Espaço Rural nas ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), nomeadamente o estudo do seu potencial nestas três ilhas, pretendendo-se caracterizar os empreendimentos de Turismo em Espaço Rural (TER) e de Turismo de Habitação (TH) e retratar a opinião dos seus proprietários quanto ao presente e futuro do Turismo em Espaço Rural, não só para conhecer-se o seu potencial a nível do triângulo, mas também para saber o quão significativo poderá ser esse potencial ao nível dos Açores.

Esta é uma temática atual no arquipélago e cada vez mais debatida, pelo que o seu principal entrave é o Alojamento Local, com menos burocracias e complexidade, levando muitas vezes o empreendedor a optar por criar um AL em detrimento de um alojamento TER, o que poderá levar a uma descida do número de empreendimentos TER ou a uma estagnação dos mesmos.

Como tal, a nível metodológico e, após uma análise da bibliografia existente acerca do tema definido, para além dos dados estatísticos recolhidos através do SREA e INE, para conhecer-se a situação passada e atual do TER no triângulo, procedeu-se à recolha de dados através de instrumentos como as entrevistas e os inquéritos por questionário. Estas entrevistas foram concebidas com o objetivo de serem realizadas

pessoalmente enquanto os questionários foram pensados para serem enviados via email para os empreendimentos TER e TH listados no site do Governo Regional dos Açores.

Anteriormente aos inquéritos tiveram que ser realizados os pré-testes por forma a validar as questões para que não existissem dúvidas no seu preenchimento que induzissem a outras perceções, por dificuldades interpretativas ou, mesmo, de nível linguístico.

Após o término dos pré-testes, inquéritos por questionário e entrevistas procedeu-se a uma profunda análise de toda a informação quantitativa e qualitativa, o que permitiu conhecer a opinião dos proprietários dos alojamentos TER e TH em atividade no triângulo e apurar as opiniões das entidades regionais quanto ao tema escolhido, tirando assim as primeiras conclusões e respostas à pergunta de partida e às duas questões hipotéticas deste estudo.

Concluindo, na elaboração desta dissertação percorreu-se as etapas tradicionais do método científico de investigação em ciências sociais desenvolvido por Quivy e Campenhoudt. Este método é caracterizado pelas suas 7 etapas não independentes, mas que se apoiam mutuamente: 1) Pergunta de partida, 2) Exploração: leituras e entrevistas exploratórias, 3) Problemática, 4) Construção do modelo de análise, 5) Observação, 6) Análise das informações e 7) Conclusões (Quivy & Campenhoudt, 2005).

CAPÍTULO 2 – O TURISMO NOS AÇORES

“As características deste território reforçam ainda mais as potencialidades do sector turístico como alavanca e motor para o desenvolvimento económico e social.”

Turisativa, 2012

2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS

Desde cedo o conceito de turismo tem sofrido alterações, surgindo pela primeira vez em 1929 com Glucksmann, mas foram os professores Walter Hunziker e Kurt Krapf que, em 1942, criaram o conceito mais elaborado considerando o turismo o conjunto de relações e fenómenos causados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local de residência habitual. Estas deslocações e permanências não poderiam ser utilizadas para o exercício de uma atividade principal com fins lucrativos (Cunha, 2007).

Com o desenvolvimento do turismo apareceram uma variedade de conceitos que expressavam este fenómeno. Como tal, mais recentemente, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo como “o fenómeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados” (Oliveira, 2002). O Turismo é, portanto, um fenómeno humano, que é rico, complexo e polivalente (Moniz, 1996).

Segundo Oliveira (2002), o turismo atua como uma migração temporária acompanhada de transferência de renda, envolvendo um consumo efetuado fora do local de domicílio. Desta forma, de um lado encontramos a “procura”, um conjunto de pessoas com uma renda disponível para viajar e, por outro lado, encontramos a “oferta”, um núcleo recetor dotado de infra estrutura de equipamentos, de bens e de serviços.

Oliveira (2002) diz-nos ainda que o turismo é o conjunto de resultados de carácter económico, financeiro, político, social e cultural que são produzidos numa localidade visitada temporariamente por pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Por isso mesmo, “o turismo faz parte do setor de serviços e este é o setor que mais tem crescido nas economias industrializadas”, afirma Oliveira (2002). Cunha (2003) refere que o turismo é definitivamente uma das atividades mais fortes, o que acaba por contribuir significativamente para a dinamização de outras atividades, para uma modernização no país e para a criação de emprego.

Até à data, e tendo em conta as estatísticas existentes, o turismo desenvolveu-se como fenómeno sobretudo europeu, daí a Europa ser a região com maior importância, tanto como destino turístico, como na origem das correntes turísticas internacionais (Cunha, 2003).

Para uma maior compreensão sobre o que é considerado turismo neste trabalho, optou-se por ter em conta a definição de 1991 da OMT, que considera o turismo “o conjunto das actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros” (Cunha, 2007).

O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas, todas de origem vulcânica e de extensão territorial diversa. Estas ilhas estão localizadas no Atlântico Norte e dividem-se em três grupos geográficos, o Grupo Ocidental, composto pelas ilhas do Corvo e Flores, o Grupo Central, que abrange as ilhas do Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira, e o Grupo Oriental, das quais a ilha de São Miguel e Santa Maria fazem parte (visitazores.com).

Cada ilha possui características que as distinguem umas das outras, contudo existem também características transversais que estabelecem semelhanças entre elas. No quadro destas características são de destacar a localização geográfica do arquipélago, relativamente próximo à costa atlântica europeia e à costa atlântica americana, o que permite “recolher correntes turísticas” tanto da Europa como da América do Norte; a paisagem, os tons azuis do céu e do mar juntamente com a variedade da vegetação

presente nas ilhas, a verdura da paisagem, as falésias sobre o mar; a hospitalidade, a amabilidade e a cortesia dos portugueses e em especial “dos ilhéus”; a diversidade de recursos em cada ilha, pois nenhuma é igual à outra, o que nos permite desenvolver percursos entre elas ultrapassando a “barreira” do mar e unindo assim cada uma delas; o clima, semelhante ao longo de todo o ano e propício a uma estação turística nos Açores mais prolongada do que nos países de clima continental ou mediterrâneo (Arrillaga, 1972).

O setor do turismo na Região Autónoma dos Açores tem pouco mais de uma década e meia como uma aposta consistente de um setor de atividade englobado nas estratégias de desenvolvimento dos Açores. Estas são palavras do Secretário Regional do Turismo e Transportes, Vítor Fraga, numa entrevista ao Correio dos Açores onde expõe a sua opinião acerca da liberalização do espaço aéreo.

Vítor Fraga adianta que temos produtos de excelência, nomeadamente o *Whale Watching* e o Mergulho, mas que temos que ser capazes de comunicar e vender de forma a atrair o potencial turista a optar pela vinda à região ao invés de outros destinos. Sendo o Turismo um dos setores de atividade mais concorrenciais do mundo, não basta apenas ser-se bom neste meio, mas conseguir ser-se o melhor, pois estamos constantemente a concorrer com todos os destinos (Fraga, 2015).

A Região apresenta certas características e especificidades que apesar de condicionarem a atividade turística são também fatores de desenvolvimento para este setor. Segundo Cunha (2003), a atividade turística desenvolvida nesta região tem de assentar, antes de tudo, naquilo que é açoriano, ou seja, nos valores, na integração da paisagem natural e humana local, valorizando as diferenças que a distinguem de outros destinos, criando, assim, um Turismo com uma identidade única e distintiva.

Por outras palavras, pode dizer-se que o setor do Turismo nesta Região tem de incidir num desenvolvimento sustentável, com qualidade, valorizando o meio ambiente, preservando a autenticidade dos valores culturais e que aposte na diferenciação dos produtos (Cunha, 2003).

Tendo em conta o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), o setor do Turismo é um dos pilares económicos da região. Como

tal, este plano vem definir legalmente a estratégia para o desenvolvimento sustentável deste setor e o modelo territorial a adotar até ao ano de 2015 (POTRAA, 2008).

Para além do mais, este plano visa “salvaguardar a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território, estruturar o desenvolvimento turístico, assegurar a compatibilização e diversificação de usos e actividades, e ponderar as necessidades e interesses de diversos âmbitos e naturezas” garantindo, assim, um desenvolvimento económico da região açoriana (POTRAA, 2008).

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), o crescimento do Turismo nos Açores deve passar pelo aumento do número de turistas e pela diversidade dos mercados que os visitam, tendo em conta que os produtos de aposta nesta região são o Turismo de Natureza e Saúde e Bem-estar (PENT, 2007).

Este plano refere ainda os principais fatores distintivos para cada região de Portugal, fatores esses que tornam cada região portuguesa uma mais-valia. No caso da região Açoriana destaca as suas paisagens vulcânicas, a riqueza da vida marinha, a calma e a natureza por explorar, a vida marítima e a diversidade entre ilhas e as suas paisagens.

Aos produtos Turismo de Natureza e Saúde e Bem-estar, juntam-se o *Touring* e o Turismo Náutico, também estes prioritários para o desenvolvimento do Turismo na Região. Para além destes produtos turísticos, cada ilha dos Açores possui as suas próprias características, ou seja, cada ilha tem as suas potencialidades das quais se deve tirar o melhor partido criando, para isso, outros produtos estratégicos, de modo a que a Região não fique dependente de um só único produto turístico ou de um mercado turístico (Turisativa, 2012).

Os Açores encontram-se com um maior atraso no que toca ao seu desenvolvimento turístico, comparativamente a outras regiões e destinos, o que pode ser considerado como uma oportunidade e ponto forte na medida em que, desta forma, poderão ser capazes de criar um turismo de sucesso, pois possuem todas as condições para garantirem um processo de desenvolvimento turístico sustentável (Cunha, 2003).

Apesar deste atraso o arquipélago, particularmente a partir de 1999, tem registado aumentos significativos do número de turistas, apresentando-se acima da média nacional quanto às taxas de crescimento (Bedo & Dentinho, 2007). Neste ano alteraram-se as ligações entre o arquipélago e o Continente português, acabando assim por crescer consequentemente a competitividade internacional do mesmo.

Quando nos referimos ao Turismo nos Açores, sabemos, desde já, que existem algumas entidades regionais ligadas ao estudo desta área. Estas entidades desenvolvem, promovem, recolhem e divulgam informação pertinente tanto para os profissionais de turismo, como para a população em geral.

A Secretaria Regional do Turismo e Transportes é liderada pelo Doutor Vítor Fraga, que para além destas áreas abrange ainda áreas como as obras públicas, comunicações, tecnologia e energia. Tem a sua sede em Ponta Delgada, ilha de São Miguel (azores.gov.pt).

Cabe à Direção Regional do Turismo (DRT), com sede na cidade da Horta, ilha do Faial, a execução da política regional na área do Turismo, podendo proceder à exploração comercial de material destinado à promoção da Região (D.R.R., 2006). O Diretor Regional do Turismo é o Doutor João Carlos Bettencourt.

A Associação de Turismo dos Açores (ATA), constituída em 2003, tem a sua sede na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, e visa promover a Região como destino turístico de Natureza bem como a qualificação da oferta turística (visitazores.com). É especialmente através do site de promoção dos Açores “Visit Azores.com”, que a ATA divulga o destino, as atividades que se podem realizar na região, bem como os locais a visitar.

Quanto à Associação Regional de Turismo (ART) – Turismo dos Açores - caracteriza-se por ser uma instituição sem fins lucrativos e de direito privado, que tem como associados as Câmaras de Comércio de Angra do Heroísmo e da Horta e algumas Câmaras Municipais dos Açores. Tem a sua sede em Angra do Heroísmo, ilha da Terceira (visitazores.com, artazores.com).

Para além destas entidades regionais, existe ainda o Observatório do Turismo dos Açores (OTA), com a sua sede em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, e com a missão de promover a análise, divulgar e acompanhar a evolução desta atividade na Região (observatorioturismoacores.com).

Os Açores, arquipélago constituído por 9 ilhas, oferecem uma diversidade de atividades turísticas, no geral, e em cada ilha, em particular. Essas atividades podem ser realizadas por qualquer pessoa que se desloque a este destino.

Não sendo relevante abordar as empresas que existem nas nove ilhas, passo apenas a descrever as atividades que os Açores têm para oferecer no campo turístico. Estas atividades vão desde a Observação de Cetáceos, o Mergulho, os Passeios Pedestres, o Geoturismo, a Pesca Desportiva, o Iatismo, o *Canyoning*, o *Canoeing/Kayaking*, o Surf, bem como, atividades ligadas ao Parapente, os Passeios a Cavalo, o Golfe, Saúde e Bem-estar, a Observação de Aves e os Passeios de Bicicleta/BTT (visitazores.com).

A legislação patente na Região Autónoma dos Açores é diferente à praticada em Portugal continental, pelo que neste trabalho tornou-se imprescindível e fundamental abordar a referente ao arquipélago como forma de caracterizar o turismo nesta região.

Para uma melhor caracterização dos alojamentos na Região Autónoma dos Açores realizo, seguidamente, a distinção entre “empreendimento turístico” e “alojamento local”, pois os serviços de alojamento turístico podem apenas ser prestados nestes alojamentos assim categorizados.

Desta forma, segundo o artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de Maio, dá-se o nome de “empreendimento turístico” aos estabelecimentos com a finalidade de prestar serviços de alojamento turístico, mediante remuneração, dispondo de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, necessários ao seu funcionamento.

Estes empreendimentos estão referidos no artigo 5.º deste mesmo decreto, onde se encontram divididos em sete tipologias turísticas, para uma melhor perceção e distinção relativamente ao alojamento local. Passo então a enumerá-los: 1)

Estabelecimentos Hoteleiros; 2) Aldeamentos Turísticos; 3) Apartamentos Turísticos; 4) Conjuntos Turísticos; 5) Empreendimentos de Turismo de Habitação; 6) Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e, por último, 7) Parques de Campismo e de Caravanismo.

Assim sendo, e segundo o mesmo Decreto Legislativo, todos aqueles estabelecimentos ou instalações destinados a proporcionar alojamento turístico, mas sem qualquer intuito lucrativo ou destinados a fins exclusivos de solidariedade social e de frequência restrita a grupos limitados, não podem ser considerados como “empreendimentos turísticos”.

Os estabelecimentos denominados de “alojamento local” são todos aqueles cuja prestação de serviços de alojamento turístico é efetuada em quartos no domicílio do locador, em moradias, apartamentos ou estabelecimentos de hospedagem, com autorização de utilização habitacional e sem os requisitos indispensáveis à sua integração numa das tipologias de empreendimento turístico (Artigo 2.º, Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de Maio).

De acrescentar que só os estabelecimentos denominados de “alojamento local” registados na Direção Regional do Turismo é que podem ser comercializados como alojamento turístico, através de agências de viagens e turismo ou diretamente por quem o explore.

Após a referência às entidades regionais ligadas ao Turismo nos Açores, à breve descrição de muitas das atividades possíveis de serem realizadas no arquipélago e à distinção daquilo que é considerado Alojamento Local e Empreendimento Turístico, importa reforçar novamente que a aposta do Turismo nos Açores passa por este ser o principal destino de natureza do país, com um boa localização entre o continente americano e europeu (Fraga, 2014). Mais se acrescenta que a maioria dos açorianos, após um inquérito realizado pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), afirma que a região deve apostar sobretudo neste tipo de turismo (IPDT, 2015), continuando a tirar partido das particularidades naturais e paisagísticas dos Açores, sustentavelmente e de forma a elevar qualitativamente a região como destino turístico (Fraga, 2015).

2.2. REALIDADE E SIGNIFICADO NO CONTEXTO NACIONAL

Ao analisar a informação indireta disponível, reconheço a importância, cada vez maior, do Turismo para os Açores e do seu progressivo crescimento. Deste forma, o Turismo nos Açores tem-se tornado numa parcela com maior relevância para o Turismo Português, e é isso mesmo que quero demonstrar com a elaboração de algumas tabelas estatísticas, comparando o caso açoriano com o caso de Portugal Continental, ou seja, mostro a realidade turística existente nos Açores, bem como o seu significado comparativamente ao Continente.

Os dados estatísticos referentes aos Açores foram retirados do site do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), enquanto que os dados referentes a Portugal Continental foram retirados do INE, o Instituto Nacional de Estatística. Estes dados, apesar de serem dos respetivos sites oficiais de estatística, podem não corresponder totalmente à realidade existente ao ano em questão, pelo que poderá existir uma maior Capacidade de Alojamento, um maior número de Hóspedes e de Dormidas.

Assim, “deve-se realçar que a taxa de resposta não é a mesma nos diferentes tipos de alojamento (...), pelo que uma análise destes dados terá sempre que ter em conta a taxa de resposta e a capacidade de alojamento dos estabelecimentos” (SREA, 2014).

As tabelas elaboradas referem-se a um período de estudo que vai de 2000 a 2014, por serem os anos em que o Turismo nos Açores aumentou consideravelmente, tal como nos diz Santos (2007), “os indicadores da procura e da oferta do sector do Turismo na Região Autónoma dos Açores têm vindo a crescer, nos últimos tempos, a taxas relativamente elevadas no contexto das regiões portuguesas”. Diz-nos ainda que, devido ao seu enquadramento nas estratégias de desenvolvimento da Região, o Turismo tem um significado cada vez maior na economia Açoriana.

Para além deste autor, Moniz (2006) diz-nos que a razão de ter estudado o caso dos Açores na sua tese de doutoramento vem do fato deste destino encontrar-se numa fase de crescimento do seu ciclo de vida, onde prevalece o crescimento da procura

turística e da oferta de alojamento turístico, o que demonstra a expansão desta atividade na Região.

Tabela 1. Capacidade de Alojamento, por Regiões: Açores e Portugal Continental (2014-2000).

Capacidade de Alojamento (n.º de camas - milhares)			
Ano	Açores	Portugal Continental	%
	(Mês de julho)	(Total Geral)	
2014	9 775	-	-
2013	10 235	285 140	≈ 3,6
2012	-	259 021	-
2011	10 304	251 137	≈ 4,1
2010	-	241 941	-
2009	10 208	235 974	≈ 4,3
2008	10 036	236 813	≈ 4,2
2007	9 762	229 053	≈ 4,3
2006	9 766	226 944	≈ 4,3
2005	9 485	227 283	≈ 4,2
2004	8 065	218 954	≈ 3,7
2003	7 180	212 819	≈ 3,4
2002	6 224	207 662	≈ 3
2001	5 217	197 319	≈ 2,6
2000	4 446	195 570	≈ 2,3

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA e INE.

Seguidamente, abordo alguns conceitos relevantes para uma melhor compreensão das tabelas e daquilo que elas retratam. Estes conceitos são baseados nos documentos das estatísticas oficiais do turismo regional, ou seja, no Serviço Regional de Estatística dos Açores.

Sendo assim, a Capacidade de Alojamento é determinada através do número de camas, consistindo no número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num certo período ou momento; o Hóspede é todo o indivíduo que passa pelo menos uma noite (dormida) num estabelecimento hoteleiro; a Dormida diz respeito a uma permanência num estabelecimento, considerada por cada indivíduo, num período entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte; por fim, a Estada Média

consiste da média do número de dias/noites que os turistas permanecem num certo alojamento, ilha, região ou país.

Inicialmente, comecei por extrair informação relativa à Capacidade de Alojamento nos Açores e em Portugal Continental, tendo em conta que os dados da capacidade de alojamento nos Açores não são dados totais, pois, a partir do ano 2001, o Serviço Regional de Estatística dos Açores não refere uma média total desta capacidade, apenas possui informação mensal.

Deste modo, e como a capacidade de alojamento no arquipélago varia conforme o mês do ano, optou-se por se utilizar os dados do mês de julho para cada ano, por ser um mês de época alta, bastante caraterizador da capacidade de alojamento existente nessa época do ano.

Aquando a realização da Tabela 1. não existiam quaisquer dados sobre a capacidade de alojamento em Portugal Continental no ano de 2014.

Assim, ao analisar a tabela em questão nota-se que os Açores começam a ter uma maior capacidade para alojar pessoas a partir de 2005, com um total de 9 485 mil camas de capacidade, mas é especialmente a partir de 2008, com 10 036 de capacidade, que começam a ganhar destaque e só em 2014 é que se regista uma ligeira descida para os 9 775 mil.

Comparando os dados dos Açores com os de Portugal Continental, nota-se a grande expansão da capacidade de alojamento nos Açores nos últimos quinze anos, devido ao aumento da procura do destino e da sua oferta. Ao contrário dos dados referentes a Portugal Continental, onde o crescimento da capacidade de alojamento é já gradual.

Estes aumentos significativos advêm do crescimento notável do investimento privado no setor do turismo, por ser um novo pilar da base económica devido à sua dimensão e papel assumido na economia da Região, levando a um rápido aumento da oferta de alojamento nestes anos (Fortuna *et al.*, 2007).

Como os valores estatísticos são retirados de diferentes sites de estatística, estes podem não concordar totalmente uns com os outros no momento da sua comparação.

Assim, relativamente à capacidade de alojamento esta pode ser maior num site e menor quando comparada com o outro site.

Ao nível das percentagens gostaria de demonstrar a significância que o turismo nos Açores tem relativamente a Portugal Continental, pois apesar de parecer uma pequena parcela, desde 2005 que aumentou tendo cerca de 4% a 5%. Relembro que estes dados são apenas de Portugal Continental, não incluindo os valores estatísticos do Arquipélago da Madeira, pois não são relevantes para este estudo, querendo-se apenas comparar os Açores e Portugal Continental.

Relativamente à Tabela 2. e ao número de Hóspedes nos Açores, este tem vindo a aumentar gradualmente, especialmente desde 2004/2005, com a Região a contar com 313 403 mil hóspedes e 346 694 mil hóspedes respetivamente, mas com uma ligeira quebra em 2012, descendo de 382 464 mil hóspedes, em 2011, para os 326 488 mil hóspedes, em 2012, provavelmente devido à conjuntura económica sentida nesta altura.

Quanto às Dormidas Totais, nota-se que é a partir de 2004/2005 que houve um maior aumento, sendo que em 2004 houve nos Açores um total de 1 089 255 mil dormidas e em 2005 1 246 563 mil dormidas, com a percetível quebra em 2012, descendo de 1 150 449 mil dormidas em 2011, para um total de 955 495 mil dormidas em 2012.

Nas Dormidas por País de Residência, é de notar que os residentes em Portugal diminuíram progressivamente as suas dormidas no Arquipélago entre os anos 2000 e 2014; os anos compreendidos entre 2000 e 2004 sobressaem pelo fato de concentrarem um maior número de dormidas dos residentes portugueses, atingindo os 67% no ano de 2000 e os 53% no ano de 2004. Já os residentes no Estrangeiro aumentaram as suas dormidas nos Açores de 2000 a 2005, contando, neste último ano, com um total de 55% das dormidas; de 2006 a 2011 nota-se uma ligeira descida destes valores percentuais, com um novo aumento de 2012 a 2014, onde se registaram, respetivamente, 57% e 62% das dormidas de residentes no estrangeiro, no arquipélago dos Açores.

Tabela 2. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Açores (2014-2000).

Hóspedes, Dormidas e Estada Média - Açores							
Ano	Total de Hóspedes	Total de Dormidas	Dormidas, por país de residência	%	Dormidas, por país de residência	%	Estada Média
	(milhares)	(milhares)	Portugal (milhares)		Estrangeiro (milhares)		(dias)
2014	396 449	1 231 247	471 550	38%	759 697	62%	3,1
2013	372 385	1 185 790	446 614	38%	739 176	62%	3,2
2012	326 488	955 495	409 844	43%	545 651	57%	2,9
2011	382 464	1 150 449	555 554	48%	594 895	52%	3
2010	347 902	1 035 031	508 664	49%	526 367	51%	3
2009	357 383	1 108 130	563 630	51%	544 500	49%	3,1
2008	382 094	1 227 477	599 733	49%	627 744	51%	3,2
2007	383 649	1 291 072	613 087	47%	677 985	53%	3,4
2006	368 960	1 277 598	583 369	46 %	694 229	54%	3,5
2005	346 694	1 246 563	560 999	45%	685 564	55%	3,6
2004	313 403	1 089 255	580 652	53%	508 603	47%	3,5
2003	273 930	926 022	505 285	55%	420 737	45%	3,4
2002	248 725	776 613	441 392	57%	335 221	43%	3,2
2001	276 178	864 766	499 319	58%	365 447	42%	3,1
2000	232 818	683 485	458 135	67%	225 350	33%	3

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Com esta tabela relativa a dados do Turismo nos Açores, concluo também que a Estada Média dos hóspedes é de cerca de 3 dias em quase todos os anos registados, existindo alguns anos com quase 4 dias de estada média. De notar que os Açores são nove ilhas e cada ilha possui registos sobre a sua estada média, pelo que existem ilhas com uma estada média mais elevada, como é o caso da Graciosa e Flores; segue-se Terceira e São Miguel e, por último, Faial, Pico e Corvo como as ilhas com a estada mais reduzida (SREA, 2007). Isto acontece pois existem diversos motivos para visitar cada ilha, tendo em conta o tipo de turista/visitante: podem ser maioritariamente emigrantes de férias ou turistas com estadas prolongadas (ex. Graciosa e Flores), estadas curtas em trabalho ou um turismo mais organizado (ex. Terceira e S. Miguel), turistas que permanecem menos de 24 horas na ilha visitada (ex. Corvo e Pico) ou por pertencerem ao Circuito Açoriano, onde os turistas conseguem visitar a ilha ao lado sem pernoitar (ex. Faial e Flores) (SREA, 2007).

Relativamente aos dados estatísticos de Portugal Continental, presentes na Tabela 3, tanto o Total de Hóspedes como o Total de Dormidas apresentam um crescimento gradual. Não existem dados de 2014, mas em 2013 o total de hóspedes sofreu uma ligeira quebra, descendo de 12 524 300 mil hóspedes em 2012, para os 11 995 000 mil hóspedes em 2013.

Tabela 3. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Portugal Continental (2014-2000).

Hóspedes, Dormidas e Estada Média - Portugal Continental							
Ano	Total de Hóspedes	Total de Dormidas	Dormidas, por país de residência	%	Dormidas, por país de residência	%	Estada Média
	(milhares)	(milhares)	Portugal (milhares)		Estrangeiro (milhares)		(dias)
2014	-	-	-	-	-	-	-
2013	≈ 11 995 000	≈ 36 214 700	≈ 12 122 700	33%	≈ 24 092 000	67%	2,6
2012	≈ 12 524 300	≈ 33 218 600	≈ 11 442 900	34%	≈ 21 775 700	66%	2,7
2011	≈ 12 611 300	≈ 32 841 500	≈ 12 229 400	37%	≈ 20 612 100	63%	2,6
2010	≈ 12 212 800	≈ 31 362 700	≈ 12 406 700	40%	≈ 18 956 000	60%	2,6
2009	≈ 11 541 600	≈ 29 955 300	≈ 11 862 500	40%	≈ 18 092 800	60%	2,6
2008	≈ 11 926 500	≈ 31 892 300	≈ 11 730 600	37%	≈ 20 161 700	63%	2,7
2007	≈ 11 886 800	≈ 32 562 200	≈ 11 624 500	36%	≈ 20 937 700	64%	2,7
2006	≈ 10 975 400	≈ 30 657 300	≈ 11 016 100	36%	≈ 19 641 200	64%	2,8
2005	≈ 10 140 400	≈ 28 746 600	≈ 10 361 700	36%	≈ 18 384 900	64%	2,8
2004	≈ 9 636 400	≈ 27 682 400	≈ 9 834 200	36%	≈ 17 848 300	64%	2,9
2003	9 166 116	27 473 458	9 449 528	34%	18 023 930	66%	3
2002	9 311 209	27 962 327	9 418 721	34%	18 543 606	66%	3
2001	8 969 957	27 407 950	8 820 843	32%	18 587 107	68%	-
2000	9 239 008	28 253 124	8 655 010	31%	19 598 114	69%	-

Fonte: Elaboração própria, baseada no INE.

A nível do total de dormidas, o ano em que se nota um ligeiro decréscimo foi 2009, muito provavelmente devido à crise económica que já se fazia sentir no país, baixando as dormidas de 31 892 300 mil dormidas, em 2008, para os 29 955 300 mil dormidas, em 2009.

Quanto às Dormidas por País de Residência, no caso dos Portugueses, desde 2000 que têm vindo a crescer, excetuando-se os anos entre 2011 e 2013, onde se

registaram totais inferiores a 40%; a partir de 2000 que os valores percentuais das dormidas de residentes portugueses em Portugal Continental aumentaram de 31%, nesse mesmo ano, para 40%, em 2009 e 2010. Os residentes no Estrangeiro, têm como ano auge da sua estada em Portugal Continental o ano de 2000, contabilizando 69% de dormidas; desde então os valores mantiveram-se praticamente inalterados, excetuando-se os anos de 2009 e 2010, ambos com 60% das dormidas.

Findando, sem existirem dados estatísticos da média de dias de permanência no continente nos anos 2000, 2001 e 2014, conclui-se que a Estada Média arredondada é de 3 dias em cada ano, sobretudo nos anos 2002 e 2003.

2.3. AS ILHAS DO TRIÂNGULO NO CONTEXTO DO ARQUIPÉLAGO

Neste trabalho importa também, e sobretudo, comparar os dados totais do arquipélago dos Açores com os dados estatísticos das ilhas do Triângulo, ou seja, aprofundar este grupo de ilhas (Faial, Pico e São Jorge) de forma a percebermos melhor a sua relevância no arquipélago.

Milton Dias (2015), diretor da Triângulo Magazine, diz-nos que estas ilhas em conjunto possuem uma singularidade única, comparativamente às outras ilhas e que poderão num futuro próximo assumir um patamar de desenvolvimento bastante superior ao atual. Para além disso, diz-nos que “não é de agora que uma subregião dentro dos Açores tem-se assumido como uma potencial alavanca para a economia açoriana”.

Para o Triângulo crescer é necessário melhorar as acessibilidades e, principalmente, potenciar as duas *gateways* destas ilhas, de forma a ficar acessível a um maior número de pessoas, pois assume-se como um caminho fundamental na vertente do turismo, onde “cada ilha é uma realidade diferente e o turismo é algo que nos une” (Leonardo, 2015).

Todos os dados das seguintes tabelas foram retirados do site do Serviço Regional de Estatística dos Açores, por forma a comparar com uma maior proximidade à realidade apreendida entre os anos 2000 e 2014 no arquipélago açoriano.

Com este subcapítulo pretende-se mostrar o crescimento das ilhas que formam o triângulo, de forma a perceber-se a importância da aposta nestas ilhas e a sua relevância em comparação ao arquipélago.

Para isto, decidiu-se elaborar um conjunto de tabelas com a Capacidade de Alojamento, Hóspedes, Dormidas e Estada Média, tal como foi feito no subcapítulo anterior, mas desta vez comparando o Triângulo ao Arquipélago dos Açores.

Começando pela Capacidade de Alojamento, importa referir novamente que o Serviço Regional de Estatística dos Açores, a partir do ano 2001, apenas possui informação mensal, pelo que optou-se por utilizar o mês de julho, como mês caracterizador do critério em questão.

Tabela 4. Capacidade de Alojamento (milhares): Ilhas do Triângulo e Total Açores (2014-2000).

Capacidade de Alojamento (n.º de camas - milhares)			
Ano	Ilhas do Triângulo (Total 3 ilhas - julho)	Total Açores (julho)	%
2014	1 816	9 775	≈ 18,6
2013	2 013	10 235	≈ 19,7
2012	-	-	-
2011	2 043	10 304	≈ 19,8
2010	-	-	-
2009	1 879	10 208	≈ 18,4
2008	1 823	10 036	≈ 18,2
2007	2 006	9 762	≈ 20,5
2006	1 976	9 766	≈ 20,2
2005	1 789	9 485	≈ 18,9
2004	1 555	8 065	≈ 19,3
2003	1 435	7 180	≈ 20
2002	1 479	6 224	≈ 23,8
2001	1 419	5 217	≈ 27,2
2000	1 287	4 446	≈ 29

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Relativamente às Ilhas do Triângulo importa salientar o crescente aumento desta capacidade sobretudo desde 2004, com 1 555 mil camas de capacidade, mas foram

sobretudo os anos de 2007, 2011 e 2013 que obtiveram um maior destaque com a capacidade de alojamento a rondar os dois milhares.

No Total Açores, ao contrário do que acontece com o triângulo, foram os anos entre 2000 e 2005 que se caracterizam por aumentos da capacidade de alojamento de forma mais acentuada, pois só a partir deste último ano e de 2006 o crescimento tornou-se mais gradual, com a capacidade a rondar os 9 000 mil e os 10 000 mil. Em 2014 nota-se uma ligeira quebra para os 9 775 mil de capacidade total nos Açores.

Ao comparar a capacidade de alojamento das ilhas do triângulo com o total Açores repara-se na importância que estas ilhas possuem no arquipélago, com valores percentuais acima dos 18%. Os anos de maior relevo para estas ilhas foram 2000, 2001 e 2002, com valores entre os 29%, 27,2% e 23,8% respetivamente, o que não quer dizer que tenham sido os anos com uma maior capacidade de alojamento no triângulo, mas que, comparativamente aos valores percentuais do total Açores nesses anos, foram os anos que mais se destacam. Contudo, existem também anos cujos valores percentuais são menos expressivos, nomeadamente 2005 (18,9%), 2008 (18,2%), 2009 (18,4%) e 2014 (18,6%).

Tabela 5. Hóspedes, Dormidas e Estada Média: Ilhas do Triângulo – Total das ilhas do Faial, Pico e São Jorge (2014-2000).

Hóspedes, Dormidas e Estada Média - Ilhas do Triângulo							
Ano	Total de Hóspedes	Total de Dormidas	Dormidas, por país de residência	%	Dormidas, por país de residência	%	Estada Média
	(milhares)	(milhares)	Portugal (milhares)		Estrangeiro (milhares)		(dias)
2014	79 273	200 811	82 911	41%	117 900	59%	≈ 2,5
2013	71 840	191 122	84 279	44%	106 843	56%	≈ 2,6
2012	-	128 630	-	-	-	-	-
2011	71 211	171 819	95 337	55%	76 482	45%	≈ 2,4
2010	-	132 720	-	-	-	-	-
2009	66 138	162 960	104 507	64%	58 453	36%	≈ 2,6
2008	70 271	174 589	112 485	64%	62 104	36%	≈ 2,6
2007	74 739	189 906	121 190	64%	68 716	36%	2,6
2006	72 596	184 951	115 448	62%	69 493	38%	2,5

2005	65 071	170 478	117 160	69%	53 318	31%	2,6
2004	65 474	184 520	127 890	69%	56 630	31%	2,8
2003	60 266	165 804	113 437	68%	52 367	32%	≈ 2,7
2002	68 624	129 516	89 294	69%	40 222	31%	2,7
2001	67 376	191 098	132 356	69%	58 742	31%	2,8
2000	61 097	163 509	118 958	73%	44 551	27%	≈ 2,7

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

De seguida, importa comparar os dados da Tabela 2 com os dados da Tabela 5 iniciando-se por comparar a informação relativa ao Total de Hóspedes. No caso da região Açores o total de hóspedes tem vindo a aumentar gradualmente, principalmente a partir de 2004, com um total de 313 403 mil hóspedes, sendo que em 2014 os valores rondavam os 400 mil hóspedes, mais concretamente com um total de 396 449 mil hóspedes. Os dados totais dos hóspedes nas ilhas do triângulo são bastante mais reduzidos, o que se compreende pois são valores de apenas três de um total de nove ilhas. Apesar de não serem conhecidos dados de 2010 e 2012, os anos com mais hóspedes nestas ilhas foram de 2006 a 2014, com valores superiores a 70 mil hóspedes, à exceção do ano 2009, ano em que se nota uma ligeira quebra para os 66 mil hóspedes.

Quanto ao Total de Dormidas, desde 2004 que os Açores apresentam valores mais elevados, acima de 1 milhão, 1 089 255 mil dormidas neste ano, apenas com uma quebra em 2012, onde as dormidas descem para os 955 495 mil na região. No triângulo os valores caracterizam-se por serem muito inconstantes e são os anos de 2001, 2007 e 2013 que apresentam os valores mais elevados, com números a rondarem os 189 mil e 190 mil dormidas. Em 2014 os valores nestas ilhas já permaneciam nas 200 811 mil dormidas.

Nas Dormidas por País de Residência, primeiramente no caso dos Portugueses, foi o ano de 2007 que obteve dados estatísticos mais elevados nesta matéria com 613 087 mil dormidas de portugueses no arquipélago, o que desde 2012 tem vindo a diminuir para valores aproximados às 400 mil dormidas. No triângulo, entre 2000 e 2009 as dormidas têm-se mantido acima dos 100 mil, com exceção de 2002 (89 294

mil). Nos anos mais recentes, 2013 e 2014, as dormidas de portugueses rondaram os 84 279 mil e 82 911 mil, ou seja, voltaram a apresentar uma diminuição.

No caso das dormidas de Estrangeiros na região Açoriana, o ano 2000 caracteriza-se pelos seus valores mais baixos, apenas 27% de dormidas, e os anos 2013 e 2014 pelos valores mais elevados, 56% e 59% de dormidas, respetivamente. Nas ilhas do triângulo notam-se bem os aumentos das dormidas de estrangeiros nas mesmas, especialmente desde 2011, quando atinge os 45%; nos anos de 2013 e 2014 os valores percentuais voltaram a aumentar atingindo valores de 56% e 59%.

Por fim, a Estada Média nos Açores nestes anos estudados, foi essencialmente uma estada de 3 dias, com anos a rondarem quase os 4 dias de estadia na região. Nas ilhas do triângulo esta estada é superior a 2 dias, pois a estada média na maioria dos anos foi acima dos 2,5 dias, sendo praticamente uma estada de 3 dias.

CAPÍTULO 3 – O TURISMO EM ESPAÇO RURAL (TER)

“Durante longo tempo o espaço rural foi sobretudo consagrado à produção de bens capazes de o auto-suprir nas suas necessidades e, sobretudo, fazer face às exigências cada vez maiores, quantitativa e qualitativamente, das cidades.”

Moreira, 1994

3.1. O TER ENQUANTO MODALIDADE TURÍSTICA

Numa primeira abordagem àquilo que é realmente o Turismo em Espaço Rural como uma modalidade turística, importa, sobretudo, clarificar o conceito “Turismo em Espaço Rural” e “Turismo Rural”.

Desta forma, e segundo o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março, Turismo no Espaço Rural diz respeito às atividades, ao alojamento e às atividades de animação turística praticadas em zonas rurais, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante uma remuneração.

Por sua vez, segundo o artigo 5º do mesmo Decreto-Lei, o Turismo Rural define-se como um serviço de hospedagem de natureza familiar, que é prestado a turistas em casas rústicas particulares e integrado na arquitetura típica regional. Por esta ordem de ideias os:

“empreendimentos de Turismo no Espaço Rural devem integrar-se de modo adequado nos locais onde se situam, por forma a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, através do aproveitamento e manutenção de casas ou construções tradicionais ou da sua ampliação, desde que seja assegurado que a mesma respeita a traça arquitectónica da casa já existente” (Artigo 2º, Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março).

Vários autores como Cals, Capellà e Vaqué (1995), Vilarino e Dale (2000), dizem-nos que o turismo no meio rural ou turismo em áreas rurais são todos os movimentos turísticos desenvolvidos no meio rural; já o turismo rural diz respeito às atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, o seu habitat, a sua economia e a sua cultura (Candiotto, 2010).

Segundo a OMT (2002), citada por Silva (2013), Turismo Rural é a simples prática do turismo no espaço rural seja qual for a sua modalidade, isto numa visão mais vasta, pois o TER é semelhante ao conceito de ecoturismo, turismo verde, entre outros, daí a maioria das atividades turísticas decorrentes neste espaço enquadrarem-se igualmente no Turismo de (na) Natureza, também denominado de Turismo em Espaços Naturais.

Para Frédéric Pierret (2012), Diretor executivo da OMT, o turismo rural baseia-se nos princípios da sustentabilidade, integrando experiências rurais que consistem na interação em atividades rurais, nas instalações feitas pelo Homem e no alojamento rural. Este compreende uma série de atividades e serviços organizados pela população rural com o fim de mostrar a vida no espaço rural, a arte, a cultura e o património.

Por oposição ao chamado “mau turismo” das multidões, o “bom turismo”, hoje em dia assente numa diversidade de conceitos, tais como, turismo rural, sustentável, de natureza, de aventura, cultural, suave, discreto, ecoturismo, é visto como um instrumento de desenvolvimento estratégico, conservacionista, da natureza, dos modos de vida locais e da tradição, onde a autenticidade e a genuinidade são conceitos base (Simões *et al.*, 2003).

Isto tudo acontece porque, citando Pierre Donadieu (2002), “a sociedade urbana moderna valoriza o tempo livre, os lazeres culturais e desportivos, a vilegiatura, o turismo e todas as práticas de vida requintada em que as condições de bem-estar são as de bem-viver; interessa-se pelos jardins a visitar, pelos patrimónios naturais e culturais a proteger e pelas paisagens a admirar” (Simões *et al.*, 2003).

A preferência por férias repartidas tem levado a um acréscimo das estadas de curta duração à escala regional, tendo como destinos de eleição as áreas urbanas e as rurais com maior acessibilidade, daí o potencial do Turismo em Espaço Rural com estas

novas escolhas da população. Inserido no denominado turismo dos três “L” – *Lore, Landscape and Leisure* (Tradições, Paisagens e Lazer) – faz frente ao massificado turismo dos três “S” – *Sun, Sea and Sand* (Sol, Mar e Praia) (Luís, 2002).

Desta forma, os empreendimentos turísticos no espaço rural classificam-se em várias modalidades, de modo a satisfazer as necessidades de cada turista/consumidor, a enumerar: 1) Turismo de Habitação; 2) Turismo Rural; 3) Agroturismo; 4) Turismo de Aldeia; 5) Casas de Campo; 6) Hotéis Rurais; 7) Parques de Campismo Rurais; pelo que, para além da sua função como alojamento turístico, podem desenvolver atividades para ocupar o tempo livre dos seus hóspedes, contribuindo assim para a divulgação das características, dos produtos e das tradições da região em que estão inseridos. A gastronomia, o artesanato, a caça, o folclore, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais são alguns destes exemplos de divulgação (Artigo 2º, Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março).

Contudo, em Portugal Continental, tais modalidades sofreram alterações significativas em 2008, passando a denominar-se de TER apenas os empreendimentos turísticos inseridos nas categorias de Casas de campo, Agroturismo e Hotéis Rurais (Artigo 3º, Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto).

O importante na distinção dos conceitos Turismo no Espaço Rural e Turismo Rural é que qualquer atividade que seja desenvolvida num espaço que não seja urbano faz parte do turismo no espaço rural, mas poderá não corresponder a uma atividade de turismo rural, devido ao componente espacial ser dominante em relação às atividades desenvolvidas (Candiotto, 2010).

Desta maneira, para compreender-se melhor estes conceitos, recorreu-se à definição da OMT (2004), que nos diz que o Turismo Rural diz respeito a um certo número de elementos característicos, no coração dos quais se encontra a comunidade de Turismo Rural. Este tipo de turismo é dependente do campo e daquilo que essa área/região tem para oferecer, tais como, o seu património, a sua cultura, as atividades rurais e a vida rural (Rodrigues, 2014).

Nos espaços rurais tem havido, por parte das populações, uma crescente revalorização e procura dos mesmos, pois atualmente as pessoas estão cansadas do

stress urbano e pretendem retornar às origens, às tradições, às raízes, à relação com a natureza e ao modo de vida genuíno (Ribeiro, 2003, citado por Simões *et al.*, 2003). Este crescimento está, sobretudo, muito ligado ao aumento da oferta turística no espaço rural, bem como ao aumento da procura, pela população, por atrativos e empreendimentos que lhes tragam tranquilidade e a simplicidade do campo (Candiotto, 2010).

Todavia, o rural também tem vindo a perder população, devido à grande existência de um povo envelhecido e do trabalho da terra já não ter uma posição predominante (Fonseca, 2006). Era, sobretudo, um espaço que durante muito tempo se limitava à produção de bens que abastecessem as suas necessidades, bem como as das cidades (Moreira, 1994).

O espaço rural tem, talvez, como traço mais característico a sua diversidade de abordagens, análises e interpretações, daí existir uma certa dificuldade para caracterizar tal espaço (Moreira, 1994). Bodiguel (1986), citado por Moreira (1994), baseando-se em considerações sobre a ruralidade diz-nos que “é um certo tipo de relações entre uma aglomeração e o espaço enquadrante que caracteriza a ruralidade ou a urbanidade e não as características do meio natural”.

Para a população que vive no meio rural, o desenvolvimento do mesmo concretiza-se através da realização de grandes obras, da industrialização e da construção de estradas e outras infraestruturas, encarando a natureza como um recurso de suporte às atividades humanas e apresentando, desta forma, uma visão mais utilitária, ao comparar a visão da população urbana, que vê na harmonia das atividades económicas e na conservação da natureza um meio de desenvolvimento, daí ser uma visão mais estética e não utilitária, afastando a natureza do Homem e da sua ação (Figueiredo, 2003, citado por Simões *et al.*, 2003). As atividades ligadas ao turismo constituem mais um elemento a ter-se em conta no desenvolvimento destes espaços, sobretudo devido à conjuntura de abandono e despovoamento do mundo rural (Simões *et al.*, 2003). Para além disso, “(...) o Turismo em Espaço Rural é uma atividade complexa e com características próprias diferindo das modalidades convencionais de turismo” (Pinto, 2004).

Hoje em dia existe cada vez mais dificuldade em definir a dicotomia cidade/campo, já não basta uma simples observação das características destes lugares, que antes era percebida pelos modos de vida completamente distintos das populações, pois desde o século XVIII que o mundo rural perde quase todas as suas atividades, determinando, assim, o fim do seu isolamento (Moreira, 1994).

Como consequência do desenvolvimento e da melhoria das redes de transporte, desde algum tempo que as zonas rurais têm sido locais dedicados ao turismo em determinados países ou regiões tendo-se tornado cada vez mais importantes quer para excursões de um dia, como para maiores estadias (Sinclair & Stabler, 1991). Com a melhoria das estradas, estes movimentos populacionais têm sofrido aumentos facilitando também a saída das pessoas dos seus aglomerados no meio rural, particularmente para trabalhar (Fonseca, 2006).

A novidade neste interesse pelo rural está ligada ao deslocamento de pessoas como turistas para os espaços rurais, ao invés das conhecidas visitas ao campo com o objetivo de relembrar amigos e familiares e descansar (Presvelou, 2000, citado por Candiottto, 2010).

Segundo Pinto (2004), o TER tem como objetivo principal oferecer aos seus turistas a oportunidade de reviverem as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades inseridas no mundo rural, tendo o benefício da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado.

A importância do turismo nos espaços rurais vem do fato deste estimular o aparecimento de novas atividades que têm uma grande preocupação com a paisagem natural, pela flora e fauna e pelos diferentes modos de vida; o fato de revitalizar estes espaços na medida em que existe um maior afluxo de pessoas, bem como a criação de novos produtos e serviços, que são adequados a outras funcionalidades e exigências; coopera também na regeneração e preservação destes espaços rurais ao contribuir para o desenvolvimento da economia local com a criação de novos empregos na área do turismo e na das atividades artesanais, entre outras (IESE, 2008).

Para além disto, o TER é também um fator de pluriatividade e contribui de forma valiosa para a sustentabilidade das economias rurais com a dinamização de um

conjunto de outras atividades económicas que deste são afluentes e que com ele interagem, como é o caso do comércio, serviços, animação, venda de produtos locais e o artesanato (IESE, 2008).

Contudo, segundo um estudo de Silva (2006), acerca dos impactos do turismo em espaço rural, reconhece-se que apesar de todos os contributos do TER não existem apenas aspetos positivos quando nos deparamos com a própria realidade apreendida. Existem também aspetos menos bons pois, segundo este estudo, o TER cria poucos postos de trabalho e não dinamiza significativamente o comércio e os serviços, e por sua vez também não é um instrumento eficaz no combate à desertificação das zonas rurais. Outro estudo acerca da caracterização do TER/TN refere também a incapacidade das atividades TER/TN para gerarem efeitos multiplicadores (destaque na economia), ser questionável a criação de postos de emprego, o consumo local por parte dos turistas não demonstrar uma expressão significativa em conjunto com a fragilidade ao nível da oferta de serviços (IESE, 2008).

O Turismo rural opera em áreas naturais e sensíveis, pelo que os impactos negativos passam pelo desgaste de caminhos muito utilizados, pela destruição da vegetação, pelo lixo e barulho que poderão existir. Estes são alguns dos exemplos a nível ambiental a considerar, pelo que *“the peace, quiet and authentic nature of the countryside can be seriously compromised”*. O caso do tráfego aéreo, marítimo e, sobretudo, o automóvel podem ter grandes impactos para uma área bem sucedida na atração de turistas, pois as estradas estreitas podem facilmente ficar lotadas e existir falta de estacionamento. Com isto, as questões do planeamento, controlo local, participação pública e parcerias levam-nos a querer que seja necessário a existência de um maior controlo no desenvolvimento do turismo, por forma a que os problemas então existentes sejam minimizados e os benefícios maximizados, o que no mundo real pouco acontece (OCDE, 1994).

Por fim, importa referir que existem algumas características importantes e até, por vezes, determinantes que as zonas rurais devem ter para que o TER consiga ser bem sucedido, ou seja, de forma a atrair e fixar clientes. Algumas das características que fazem destes espaços bons investimentos são a qualidade das instalações, bem como a competência relativamente aos serviços prestados; a possibilidade de participar na vida

ativa das explorações agrícolas; as condições adequadas para a prática de desportos e/ou lazer; paisagem de interesse, bem como o respeito pela rusticidade das construções e materiais utilizados; existência de interesses culturais e a proximidade a agregados populacionais e a zonas de comércio local (dgadr.mamaot.pt).

3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A partir de 1923, na Europa, mais propriamente em França, começou a falar-se no rural, com a criação de um serviço com o objetivo de informar o público sobre as possibilidades e condições de estadia no campo, o “*Syndicat d’initiative de Bordeaux*”. Em 1955 foi criado um movimento denominado de “*Gîtes ruraux*” encorajado pelos poderes públicos através de um plano de modernização e equipamento, ou seja, foi neste ano que se deu em França o arranque do turismo rural após a criação de três modalidades (“*Stations vertes de vacances*”, “*Aubergues rurales*” e “*Villages-vacances-Famille*”) ganhando uma maior dimensão com a criação de uma associação específica, em janeiro de 1971, designada de “*Tourisme en Espace Rural*” (T.E.R.) e com a publicação do “*Manifeste du tourisme en espace rural*” em novembro de 1972, que refere que esta tipologia de turismo não deve contribuir para o risco de colonização dos campos (Moreira, 1994).

O campo francês, de grande atratividade devido à sua paisagem variada, à riqueza do seu património, à diversidade do terreno e suas tradições, conjuntamente com a necessidade deste povo em encontrar as suas raízes, mais as dificuldades na agricultura francesa e a desertificação social, fizeram do turismo rural de França um importante elemento social (Moinet, 1996, citado por idestur.org.br).

Assim, em França, o turismo rural surgiu com o intuito de combater o êxodo rural, complementar a renda das propriedades rurais e proteger a natureza, pelo que a sua política de desenvolvimento é estruturada na oferta de alojamentos e numa abordagem por produtos desenvolvidos em torno de alojamentos com uma forte imagem de marca (portaleducacao.com.br). Esta tipologia de turismo foi um sucesso em França, explicado pela grande experiência na oferta e na procura o que leva a que seja

“frequentemente referido como um modelo exemplar de organização e promoção do turismo rural” (Mesquita, 2009).

No início do século XIX, deram-se as primeiras manifestações de turismo em espaço rural quando famílias aristocratas elegiam o campo como local de estadia, pois as férias já eram vistas como fuga alternativa à cidade, pelo convívio com a natureza e a ruralidade. Por toda a Europa, a atração pelo rural divulgou-se na literatura clássica, pela literatura implícita ao tema das viagens, tendo sido Almeida Garrett e Alexandre Herculano, de certa forma, quem foi pioneiro deste fenómeno, avaliando e valorizando os antigos hábitos (Coutinho, 2012).

Na Europa, o crescimento do turismo rural possui especial importância e tem sido acelerado pelo processo de integração na União Europeia. Para além disso, a Europa tem grandes oportunidades para o TER devido à sua riqueza e diversidade de recursos, tais como a história e arqueologia, a cultura, a paisagem, entre outros (OMT, 2004, citado por Mesquita, 2009). Assim, desde os anos 50 que em muitos países da Europa do Norte e Centro e, desde os anos 70 os países da Europa do Sul, têm visto no TER uma estratégia com boas perspetivas, pois este retém a população e cria emprego, promovendo o desenvolvimento socioeconómico das áreas menos favorecidas (adcmoura.pt).

A integração da Espanha na União Europeia, e a criação da Política Agrícola Comum (PAC), em 1962 pela Comunidade Económica Europeia (CEE), foram um grande marco no processo de revalorização rural, até porque na terceira reforma da PAC, aprovada em 1999, consagrou-se o novo modelo de espaço rural com o objetivo de um desenvolvimento integrado dos territórios rurais, baseado no critério de multifuncionalidade e diversificação económica (portaleducacao.com.br).

O turismo nos espaços rurais tem uma longa história na Europa, onde as primeiras viagens para tais espaços estavam associadas a antigas rotas comerciais, peregrinações e motivos de saúde relacionados com as termas romanas, para além de que as pessoas que viviam nesses espaços tinham já a tradição de fornecer alojamento e refeições aos visitantes que por lá passavam. Devido aos meios de transporte existentes na altura, estas viagens envolveram a passagem lenta em muitas zonas rurais, por

maneira que os viajantes tinham a necessidade de encontrar alojamento, alimentação e satisfazer outras necessidades materiais (Davidson, 1992).

A Europa ocupa um lugar de destaque por ser “líder no mercado de turismo rural, a nível mundial” devido à sua grande riqueza cultural - monumentos, aldeias, sítios históricos, etc. - contudo, a oferta desta tipologia de turismo não é homogênea, pelo que assume várias formas e diferentes definições (Davidson, 1992).

Segundo Godinho (2004), o turismo rural terá surgido na Europa com o objetivo principal de impedir o despovoamento, preservar a paisagem rural, salvar a agricultura familiar, manter um equilíbrio ambiental saudável, bem como para propiciar solvência a muitas famílias. Para o crescimento e evolução do turismo em espaço rural, muito contribuíram os fundos comunitários que a Comunidade Europeia disponibilizou, concedidos a regiões menos desenvolvidas e de grande apoio no desenvolvimento económico, como é o caso do programa Leader (Mesquita, 2009).

Foi em 1990 que a comissão adotou esta nova iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural denominada de LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) através da qual a comunidade incentiva à integração do desenvolvimento rural a nível local (Davidson, 1992). Este programa tem como particularidade o envolver de vários agentes locais em projetos inovadores (Mesquita, 2009), ou seja, tem o objetivo de aumentar o potencial de desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais (ec.europa.eu).

O programa Leader incluiu três gerações: Leader I (1991-1993), Leader II (1994-1999) e Leader+ (2000-2006). Desde 2007, que o programa Leader terá sido integrado nas políticas de desenvolvimento rural global da União Europeia e isto significa que foi incluído nos programas de desenvolvimento rural a nível regional e nacional juntamente com outros eixos de desenvolvimento rural. Este programa difere das outras medidas rurais mais tradicionais por consistir em indicar “como” proceder em vez de “aquilo” que há que fazer (ec.europa.eu).

O êxito desta iniciativa define-se pela mobilização conjunta das distintas administrações públicas, a nível europeu, estatal, autónomo, local e privado, bem como na criação de um novo quadro institucional nas zonas de aplicação das iniciativas,

conhecidas por Grupos de Ação Local e CEDER (Centros de Desenvolvimento Rural) (portaleducacao.com.br).

3.3. O TER EM PORTUGAL

O Turismo em Espaço Rural foi lançado, experimentalmente, em Portugal em 1978, sob a forma de Turismo de Habitação, tendo inicialmente quatro áreas-piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa. Posteriormente, terá sido alargado a zonas do interior com uma disponibilidade limitada de alojamento, mas com grande frequência de turistas, seguindo-se as regiões dos vales do Douro e Vouga e, por fim, todo o território português (Moreira, 1994).

Legalmente, o TER terá sido criado em 1986, através do Decreto-Lei n.º 256/86 devido ao desenvolvimento do turismo rural e ao aumento do turismo de habitação nas zonas e, com isto, deu origem a duas novas modalidades de hospedagem, o Turismo Rural e o Agroturismo. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira são pela primeira vez mencionados no âmbito do Turismo em Espaço Rural, pelo artigo n.º 28 (Artigo 28º, Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de agosto, Silva, 2009).

Assim, no caso Português, o Turismo em Espaço Rural, abrange as Casas de Campo, os empreendimentos de Agroturismo e os Hotéis Rurais, segundo o Artigo 3º, da Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto. Assim sendo, é considerado Espaço Rural as áreas com uma ligação tradicional e significativa à agricultura ou a um ambiente e paisagem vincadamente rurais (Artigo 4º, Portaria nº 937/2008, de 20 de agosto).

Com isto, em Portugal um empreendimento para ser considerando Turismo no Espaço Rural tem de localizar-se nestes espaços rurais, destinar-se a prestar serviços de alojamento a turistas com vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado, dispondo de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços para o seu funcionamento (Artigo 3º, Portaria nº 937/2008, de 20 de agosto).

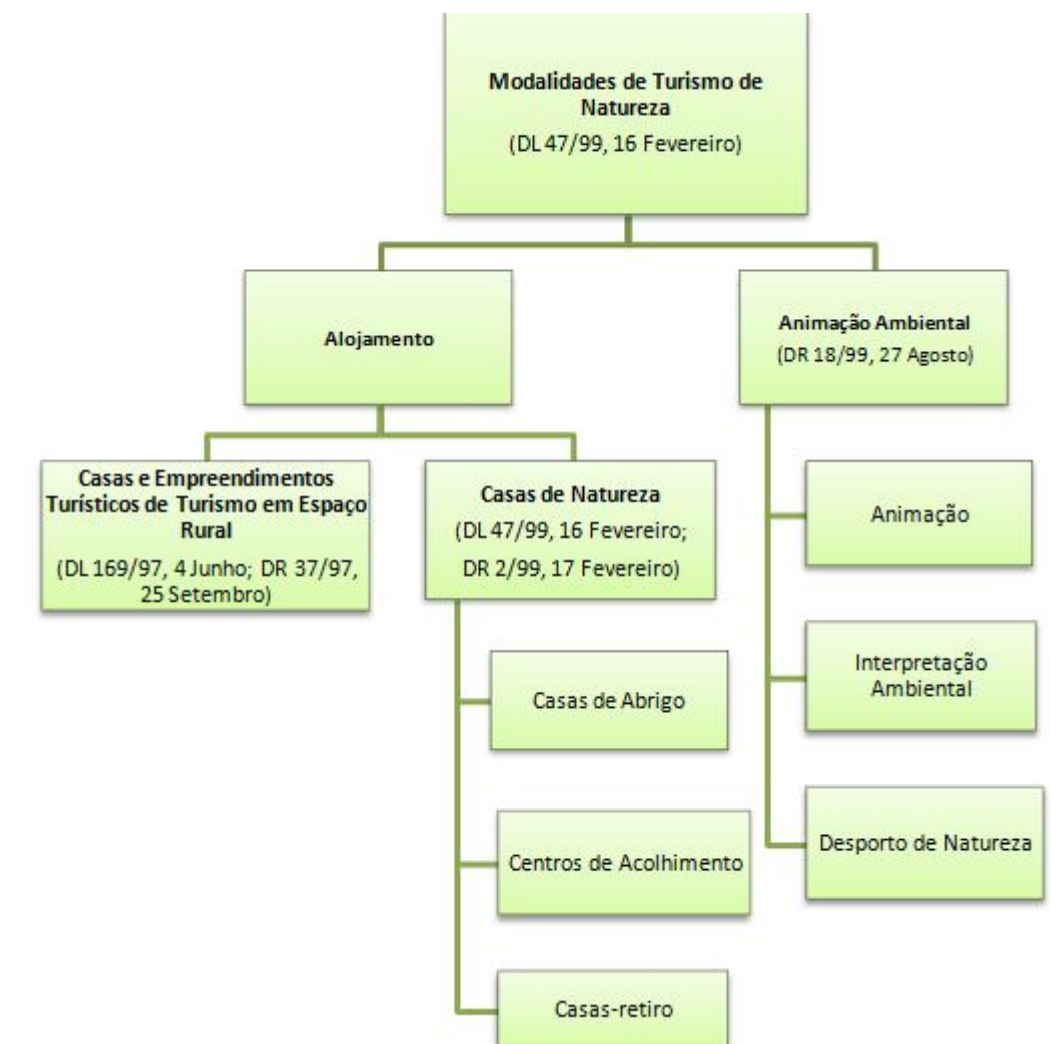
Segundo o PENT, pretendeu-se criar e desenvolver produtos que atraíssem e respondessem à procura dos clientes em Portugal, como é o caso do produto estratégico do Turismo de Natureza, pois o país possui vários fatores distintivos e qualificadores desta tipologia de turismo (PENT, 2015).

A redefinição do conceito de empreendimentos de Turismo de Natureza é feita através da Portaria n.º 261/2009, de 12 de março, segundo a qual estes estabelecimentos destinam-se a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou em outras áreas com valores naturais, que para o seu bom funcionamento devem dispor de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares que envolvam a animação ambiental, a visita a áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental. Estes empreendimentos são reconhecidos como Turismo de Natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Esta tipologia de turismo possui variadas características que fazem com que este se desenvolva segundo algumas modalidades de hospedagem, de atividade e serviços de animação ambiental, como é possível observar-se na Figura 1, acerca das Modalidades do Turismo de Natureza. Estas modalidades permitem à população contemplar e usufruir do património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural (Rodrigues, 2002).

O Turismo de Natureza representa cerca de 6% das motivações principais dos turistas que visitam Portugal, sendo as regiões dos Açores (36%) e da Madeira (20%) as mais importantes nesta matéria, isto segundo dados de 2006 (PENT, 2007). O território português dispõe de 21% de área considerada protegida e o seu grande desafio baseia-se em desenvolver uma oferta que respeite o meio ambiente, ou seja, conseguir criar um produto vendável turisticamente preservando sempre as áreas protegidas. As regiões prioritárias para o desenvolvimento do produto são os Açores, a Madeira, o Porto e Norte e o Centro (PENT, 2007).

Figura 1. As Modalidades de Turismo de Natureza.



Fonte: Elaboração própria, baseada no esquema das modalidades de turismo de natureza, segundo o DL 47/99, 16 de fevereiro.

Portugal dispõe de ajustadas ofertas de atividades de animação turística aos diversos segmentos do turismo de natureza que, conjuntamente com a proximidade do país aos mercados europeus emissores, o seu clima ameno durante todo o ano e a segurança do destino, fazem deste um país com características importantes para a oferta de turismo de natureza (icnf.pt).

Desta forma e no caso do alojamento turístico, podem adquirir o reconhecimento como empreendimentos de turismo de natureza em Portugal as seguintes tipologias:

Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos Turísticos, Apartamentos Turísticos, Conjuntos Turísticos (Resorts), Empreendimentos de Turismo de Habitação, Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural e Parques de Campismo e Caravanismo (icnf.pt).

Quanto às atividades turísticas, todas as que se desenvolvam em áreas classificadas ou outras com valores naturais, podem nomear-se como atividades de turismo de natureza desde que sejam reconhecidas como tal pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (Artigo 4º, Decreto-Lei nº 108/2009, 15 maio).

E é aqui que entra o TER, que apresenta características próprias e que tem como objetivo principal o de oferecer aos seus utentes a oportunidade de reviverem as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, com o benefício de um acolhimento personalizado e de hospedagem (dgadr.mamaot.pt).

Em Portugal, existe uma variedade de associações relacionadas com o Turismo em Espaço Rural, nas suas diversas modalidades. Passo a enumerar algumas delas, para uma maior perceção do que existe no país: a Associação de Turismo de Habitação (TURIHAB); a Associação Portuguesa de Turismo no Espaço Rural (PRIVETUR); a Federação Portuguesa de Turismo Rural (FPTR); a Associação Portuguesa em Espaços Rurais e Naturais (APTERN); a Associação de Turismo em Espaço Rural (Casas Açorianas); a Central Nacional do Turismo no Espaço Rural (CENTER); bem como os Solares de Portugal, as Aldeias de Portugal e as Casas no Campo (Turismo de Portugal, 2016).

Nestes últimos anos, o turismo tem assumido uma posição de relevo nas políticas formuladas pelo Estado Português, bem como pela União Europeia (UE), com o objetivo de combater a depressão económica e demográfica que, principalmente desde 1960, afetou muitas áreas do interior do país. Esta tipologia de turismo visa, sobretudo, combater os problemas dos espaços rurais, ao melhorar também a qualidade de vida das populações que neles habitam de forma sustentável (Silva, 2006).

Segundo Lane (1994), Leal (2001), OCDE (1994) e Pearce (1990), citados por Silva (2006), apesar do turismo apresentar algumas desvantagens, como é o caso da

existência de flutuações de mercado, a possível criação de tensões entre membros das comunidades hospedeiras, bem como a consequente destruição do património e do ambiente da zona, nos espaços rurais contribui para a fixação da população rural, para a preservação e valorização dos recursos ambientais e patrimoniais, bem como para o aumento dos rendimentos das famílias rurais, entre outros fatores.

Ao nível do historial do Turismo em Espaço Rural português, importa referir que é ainda algo muito recente e que só nos inícios dos anos 70 é que é considerado num plano nacional para o turismo de médio prazo, que visava, citando Cavaco (1999), “a orientação dos fluxos para as regiões mais desfavorecidas e para os espaços rurais (...) e a procura de novas formas de alojamento, inclusive o alojamento em casas particulares localizadas em regiões rurais”. Porém este documento não terá sido aprovado pelo Parlamento (Luís, 2002).

Antes do TER em Portugal ter sido legalizado em 1986, em 1984, através do Decreto-Lei nº 251/84, de 25 de julho, foi definido o regime de inserção do turismo de habitação na oferta turística portuguesa, pelo que o turismo de habitação foi a primeira modalidade a inserir-se em Portugal, seguindo-se em 1986 a distinção entre o Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo. Em 1989 surgiu o conceito Hotel Rural e só em 1997 o Turismo de Aldeia e Casas de Campo (Luís, 2002).

O estado, desde cedo, tem concedido apoios financeiros fundamentais para impulsionar o TER destacando-se o Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico (SIFIT), o Sistema de Incentivos Regionais (SIR), o Programa de Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), o Regime de Incentivos às Microempresas (RIME), bem como o Programa INTERREG (Luís, 2002). É importante destacar o Programa LEADER, pelo seu carácter abrangente e estruturante que teve relativamente ao lançamento e na requalificação de parte dos alojamentos TER/TN. A filosofia de abordagem deste programa está ligada por Planos de Desenvolvimento Local (PDL) que concretizaram estratégias integradas e inovadoras de desenvolvimento sustentável, que visavam os seguintes três objetivos: experimentar novas formas de valorizar o património natural e cultural; reforçar o ambiente económico, por forma a contribuir na criação de postos de trabalho; e melhorar a capacidade organizacional das respetivas comunidades (IESE, 2008).

Os programas LEADER “em cooperação com o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o poder autárquico na promoção de iniciativas locais estão a um passo de transformar o rural num local de actividades e serviços, ocupando o tempo da população autóctone e apostando no desenvolvimento local” (Palma, 2014). Desta forma, este programa teve grande significado nos impactes produzidos, especialmente na requalificação do património rural, visto que houve a recuperação de casas e infraestruturas que sem esse financiamento a sua degradação física e ambiental prolongar-se-ia (dgadr.mamaot.pt).

Ao nível das dinâmicas de iniciativa TER, através do estudo de caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal (2008), nota-se que estas são mais acentuadas em localidades com património construído e natural de relevo, como é o caso da região Norte, Centro e Açores, e também em regiões com a tradição de destino turístico, como é o caso da Madeira e Algarve.

Numa breve caracterização sobre a oferta do TER/TN fica-se a par dos serviços, atividades de animação, infraestruturas e equipamentos que dotam estes estabelecimentos pelo que, relativamente à capacidade de alojamento, o estudo demonstra a existência de um total estimativo de 1 050 estabelecimentos no país no ano de 2007 e refere ainda que esta oferta apresentou uma tendência global de crescimento entre os passados anos 2002 e 2007 (IESE, 2008).

Quanto aos serviços disponíveis para os turistas, nestas modalidades de alojamento podemos encontrar serviços tais como o fornecimento de refeições por encomenda, a guarda de animais domésticos, o fornecimento de refeições em regime aberto e *baby-sitting*; nas atividades de animação temos os percursos pedestres, percursos de bicicleta, jipe, moto, a observação de animais, a organização de festas e reuniões, venda de produtos locais, atividades equestres e animação de crianças; referentemente às infraestruturas e equipamentos, nos alojamentos TER/TN podem encontrar-se a sala de jogos, a piscina descoberta, o campo de ténis, campo de golf/minigolfe, piscina coberta, ginásio e SPA/estética (IESE, 2008).

Em qualquer mercado existe a necessidade de um equilíbrio entre a oferta e a procura, o que também acontece no mercado do turismo, particularmente no turismo em

espaço rural. Nem sempre tal situação acontece pelo que se torna essencial “que haja uma oferta qualificada e de excelência para que haja também uma procura de qualidade, e equitativa para com a oferta” (Palma, 2014).

Assim, relativamente à procura, o perfil dos clientes TER/TN segundo o Estudo de caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal é um cliente-tipo residente em Portugal, com uma faixa etária compreendida entre os 25 e os 44 anos, por sua vez empregado (a) com habilitações superiores, que privilegia a descoberta da região e o contato com a natureza (daí este ser o motivo da viagem e da escolha do alojamento TER), e com uma estada média de duas a três noites, que aumenta quando se trata da região do Algarve e Madeira, entre sete a catorze dias (IESE, 2008).

Este cliente-tipo toma a iniciativa de organizar a sua própria viagem, tendo sobretudo em conta alguns meios de escolha do estabelecimento, como a internet, o aconselhamento de outros e sua visita anterior, ou seja, um turista mais autónomo que opta por escolher o destino pela internet, contactar por email ou telefone o alojamento e deslocar-se em viatura própria (IESE, 2008).

O inquérito aos estabelecimentos desta modalidade revela que o registo dos seus hóspedes apresenta-se desigual, isto por não ter havido um assentamento sistemático em vários estabelecimentos, pelo que os apontamentos de hóspedes nestes estabelecimentos antes de 2004 tornam-se menores. Entre 2003 e 2007, houve um crescimento nas dormidas de cerca de 30%, que se revelou maior nas dormidas de hóspedes estrangeiros. As dormidas são especialmente concentradas nos meses de junho a agosto, com uma concentração significativa nas regiões Norte e Açores. Por fim, a procura entre hóspedes estrangeiros e nacionais é semelhante nos meses de verão, já em dezembro são os hóspedes nacionais que mais optam pelos alojamentos TER/TN.

CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DO TER NOS AÇORES

“Mais difícil do que chegar ao topo é manter a qualidade que tal patamar implica, surgindo aqui vários aspetos que são fundamentais para que os Açores se mantenham na linha da frente, como a formação, os transportes e a criatividade, no sentido de manter este destino puro, diversificado e longe da massificação (...)”.

Dias, 2016

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TER NOS AÇORES

As ilhas dos Açores, com quase seis séculos de história, diferenciam-se pelo seu “bem receber”, não retirando valor à importante Mãe Natureza, ao seu património arquitetónico e ao cultural, onde se podem destacar, sobretudo, as festas religiosas e populares, os festivais, as touradas à corda, o artesanato, a gastronomia, bem como os produtos regionais e a doçaria tradicional (casasacorianas.com).

No que toca à Natureza do arquipélago, é notável a quantidade de parques naturais, áreas protegidas, espécies de fauna e flora com estatuto de proteção, reservas florestais, geopaisagens e locais de interesse geológico, que fazem desta região um “santuário de biodiversidade e de geodiversidade”, para além de ser um dos melhores destinos para a prática de Turismo de Natureza (visitazores.com).

Há já algum tempo que a natureza é vista como uma componente bastante relevante para o futuro turístico da região Açoriana, não só ao nível da observação da paisagem, mas também no usufruir da mesma, fazendo dos Açores uma região de referência quanto ao Turismo de Natureza, sua imagem de marca, afirma Vasco Cordeiro (2012), ao Jornal i.

Segundo o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, o Turismo de Natureza é considerado o produto central da região, ou seja, é o seu produto turístico prioritário e deverá ser complementado com outros produtos turísticos como o turismo

náutico, o *touring* cultural e paisagístico e a saúde e bem-estar (PEMTA, 2016). Para além do que afirma este recente plano, o PENT Horizonte 2013-2015 também já nos dizia que os Açores deveriam ter enfoque no desenvolvimento dos produtos do turismo de natureza, nas suas várias vertentes, bem como nos circuitos turísticos.

Assim sendo e, com base nos 10 produtos selecionados pelo PENT em função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, sua aptidão e potencial competitivo em Portugal, o Turismo de Natureza nos Açores possui 1ª Prioridade de desenvolvimento, tal como o arquipélago da Madeira, Regiões Porto e Norte e Centro. Com isto, este desenvolvimento passaria pelo aumento da oferta, com especial destaque na inovação das suas experiências, “fazendo chegar informação de mercado, tecnologia e ideias para a criação de experiências que valorizem os valores autênticos da região”, pela melhoria da informação e divulgação dos recursos naturais e no desenvolvimento de um sistema de sinalização destes mesmos recursos (Turismo de Portugal, 2006).

Vítor Fraga (2014), através do Diário Insular, diz-nos que as características singulares e inigualáveis fazem parte do “potencial diferenciador” dos Açores, levando a que estas ilhas sejam um destino de turismo de natureza cada vez mais competitivo. Mais tarde, afirma também que o desenvolvimento do setor do turismo deve continuar baseando-se na natureza e na complementaridade da oferta em todas as ilhas e constata que os pilares do turismo da região passam pela sustentabilidade económica, ambiental e social (Fraga, 2015).

Na região Açoriana, “os empreendimentos turísticos situados em áreas classificadas ou outras com valores naturais, dispendo de um conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental” são empreendimentos inseridos no produto Turismo de Natureza e podem obter a sua qualificação oficial como tal, junto do responsável do Governo dos Açores encarregado pela área do Turismo (Artigo 20.º, Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio).

Os espaços rurais incluem as áreas rurais e naturais, sem estatuto de áreas protegidas, bem como as áreas com ocupação humana que se distingam de áreas

urbanas ou urbanizáveis de boa aptidão para a utilidade turística. Assim sendo, nestes mesmos espaços é permitido a instalação de empreendimentos TER, bem como outros empreendimentos de turismo de natureza (POTRAA, 2008). Estes espaços, em geral, caracterizam-se por conterem um rico capital de recursos naturais e culturais e oferecerem uma multiplicidade de oportunidades de utilização, o que permite, à partida, ter condições favoráveis para um percurso de sustentabilidade e constituir uma vantagem e uma oportunidade recentemente reencontrada bastante interessante do ponto de vista turístico (Simões *et al.*, 2003).

O Turismo sustentável é uma abordagem positiva que tem como intenção a redução das tensões e atritos causados pelas complexas interações entre a indústria do turismo, os visitantes, o meio ambiente e as comunidades que são hospedeiras de turistas. Esta é também, e sem dúvida, uma abordagem para o desenvolvimento do turismo com particular relevância nas áreas rurais, onde a interdependência entre o turismo e o meio ambiente são o mais evidente (Sharpley, 1997).

Na última década do século XX, o conceito de sustentabilidade passou a ser utilizado para referir aspetos especificamente ligados à cultura e ao ambiente do destino visitado, em vez de ser focado apenas nos aspetos ambientais. Contudo, tendo em conta todas as componentes que compõem a experiência turística, a sustentabilidade do turismo possui uma dimensão económica e organizacional, bem como aspetos ambientais e socioculturais (Mason, 2003).

Desta forma, o Turismo em Espaço Rural e o Turismo Sustentável têm-se tornado praticamente sinónimos, sendo a sustentabilidade um elemento integral das várias políticas de desenvolvimento desta modalidade turística, pelo que o desenvolvimento do turismo sustentável deve idealmente focar-se em satisfazer as necessidades de desenvolvimento das comunidades locais (Hall *et al.*, 2003).

Segundo o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, inserem-se no produto Turismo de Natureza uma variedade de subprodutos que se subdividem consoante a sua natureza “Soft, Especialista e Ativo”. Desta forma, inseridos na categoria Soft estão os Passeios a pé/*Hiking*, os Passeios equestres, a Reserva da Biosfera e o TER; na Especialista fazem parte o *Birdwatching* e o Geoturismo; e, por

fim, o grupo Ativo diz respeito ao BTT, à Canoagem/*Kayaking*, ao *Canyoning*, *Downhill*, Parapente, Rapel e escalada e o *Trekking* (PEMTA, 2016).

O conceito TER tem como intuito definir um produto completo e diversificado que integra não só a componente de alojamento, mas também a restauração, animação e o lazer (Luís, 2002). É uma forma de turismo a que se tem vindo a dar especial atenção, onde o acolhimento personalizado, o contato com a natureza, com as populações e o seu *ethos* matricial enquanto herança cultural fazem deste segmento do turismo uma atividade económica de relevo que, amiudadamente, é capaz de colmatar as insuficiências e depressões do setor agrícola e do desenvolvimento regional integrado (Cardoso *et al.*, 2009).

Gilberto Vieira (2014), presidente das Casas Açorianas – Associação de Turismo em Espaço Rural, revela que o TER nos Açores tem que apostar na proximidade ao cliente, na diferenciação e na autenticidade, criando uma mentalidade particular de turismo e atraindo o turista informado e sem pressa.

Para João Bettencourt (2014), atual Diretor Regional do Turismo dos Açores, os agentes de desenvolvimento do turismo em espaço rural na região foram, sobretudo, a necessidade em definir estratégias de desenvolvimento nestes espaços, associadas à riqueza do património natural, histórico e cultural, a procura por experiências diversas, tanto por turistas nacionais como estrangeiros e, por fim, a saturação dos espaços turísticos tradicionais.

Nos Açores existem Decretos Legislativos referentes ao Turismo em Espaço Rural apenas aplicáveis na região, pelo que o que é aplicável no arquipélago não o é em Portugal Continental. Desta forma, nos Açores existem quatro categorias para classificar os alojamentos TER, tais como, Casas de Campo, Agroturismo, Hotéis Rurais e Alojamento Rural (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio).

Estes alojamentos TER destinam-se a prestar serviços de alojamento a turistas, nos espaços rurais, tendo ao seu dispor um conjunto apropriado de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares que contribuam para o seu bom funcionamento, tendo em conta a oferta de um produto turístico completo e

diversificado nestes espaços. Na Região Autónoma dos Açores, o conceito Espaço Rural diz respeito aos espaços com uma ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e à paisagem com carácter essencialmente rural (Artigo 2.º, Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio).

Segundo o artigo 14.º da Portaria n.º 54/2012, de 15 de maio, os empreendimentos de turismo em espaço rural podem exercer atividades destinadas unicamente à ocupação dos tempos livres dos seus hóspedes e ainda de forma a contribuir na divulgação das características, produtos e tradições das regiões onde os mesmos se inserem. Quando estas atividades não se destinem exclusivamente à ocupação dos utentes das unidades TER, as entidades em questão deverão licenciar-se como empresas de Animação Turística.

Quando nos referimos ao Turismo em Espaço Rural, neste caso o açoriano, importa sobretudo ter em conta a abordagem LEADER da região, que contribui para uma melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, tanto para as famílias de agricultores como para a população a nível mais amplo, ao utilizar uma abordagem global para a resolução dos problemas nessas zonas (prorural.azores.gov.pt). Reconhece-se a sua importância no desenvolvimento harmonioso do território e das comunidades, pois abrange uma variedade de domínios: a criação e desenvolvimento de microempresas, o turismo, a diversificação de atividades não agrícolas, a transformação e comercialização de produtos agrícolas, os serviços básicos para a população e as infraestruturas sociais e de saúde (radioatlantida.net).

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), elaborado pelo Governo dos Açores, em parceria com diversas entidades públicas e privadas, e participado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), intervém através da execução de medidas e ações por forma a dar continuidade e reforçar a intervenção nestas zonas (questões primeiramente levadas a cabo pelos programas Leader) com o objetivo de potenciar e/ou reforçar os recursos locais que já existem, bem como fixar e/ou dinamizar o crescimento das populações existentes (prorural.azores.gov.pt).

Na região açoriana, as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) são os instrumentos operacionais para a execução da abordagem Leader, através dos Grupos de Ação Local (GAL). Existem quatro GAL na região, nomeadamente, ADELIÃOÇOR (Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo), ARDE (Concelho de Ponta Delgada e Santa Maria), ASDEPR (São Miguel, exceto Concelho de Ponta Delgada) e GRATER (Graciosa e Terceira) (prorural.azores.gov.pt). Estes grupos são bastante relevantes para o sucesso da implementação das estratégias de desenvolvimento promovido pelas comunidades locais e todo o trabalho desenvolvido pelos GAL contribui para melhorar a qualidade de vida, para fixar as populações e na criação e manutenção de postos de trabalho (radioatlantida.net).

Em Portugal, através do Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de março, criou-se uma rede aberta às organizações envolvidas no desenvolvimento rural à escala nacional, regional e local que abrange todo o território português, como é o caso do arquipélago – Rede Rural Nacional (RRN) – que na região integra 19 membros originários dos diversos domínios do desenvolvimento rural abrangendo assim instituições privadas, organismo da administração pública regional, universidade, cooperativas, associações agrícolas e associações de desenvolvimento local, com objetivos de médio prazo e o intuito de estruturar as ações da RRN ao identificar para cada uma das ações um conjunto de atividades e metas de concretização, para além de incluir um plano de comunicação, segundo o PRORURAL+, horizonte 2014-2020. A RRN é, portanto, um mecanismo de intercâmbio de informações e conhecimentos especializados entre agentes dos territórios rurais (Artigo 21.º, Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de março).

O Turismo em Espaço Rural nos Açores obteve um crescimento extraordinário pelo desenvolvimento de um segmento assente na ruralidade, sua valorização e aproveitamento a nível turístico, o que faz com que este produto se encontre em expansão e que se afirme como uma oferta inigualável (Fraga, 2014).

Desta forma e, tendo em conta que o concelho de São Roque do Pico apresenta o maior desenvolvimento deste setor no arquipélago, tanto em número de casas por quilómetro quadrado como em termos de população, criou-se uma marca registada e apelidada de “São Roque do Pico - Capital do Turismo Rural”, por forma a alicerçar parte do desenvolvimento do concelho, combatendo as questões ligadas à insularidade e

às dificuldades de transportes, refere Mark Silveira (2015) à Revista *Business Portugal*, salientando ainda que estas condições estão a melhorar, especialmente no referente às ligações marítimas e aéreas, o que poderá ser um ponto inicial e benéfico para o turismo.

Esta marca deverá ser potenciada por forma a gerar um crescimento sustentável do setor, tanto a nível da ilha do Pico como de todo o arquipélago, sendo que na ilha do Pico o projeto estruturante “para a imagem e futuro de São Roque” passa, sobretudo, pela requalificação do Porto Comercial do Pico, uma obra crucial para o desenvolvimento do turismo na ilha (Triângulo Magazine, 2015).

Para além desta marca, e referentemente ao Turismo dos Açores em geral, e não apenas ao caso particular do TER, importa referir a criação da “Marca Açores” como forma de certificar os produtos regionais, ou seja, com o objetivo de associar os atributos mais distintivos do arquipélago à produção regional. Uma marca transversal a todos os produtos com potencial para serem distinguidos, abrangendo os setores do artesanato e agroalimentar e, recentemente, alargando a adesão ao selo “Marca Açores” a serviços e estabelecimentos (Triângulo Magazine, 2016).

4.2. SITUAÇÃO ATUAL E RELEVÂNCIA DO TER NOS AÇORES

A estratégia do Turismo dos Açores tem como prioridade proteger e preservar o património natural e cultural da região, criando as condições necessárias para que a qualidade de vida das populações não seja comprometida no presente e no futuro como tal, a aposta central do turismo é feita através do Turismo de Natureza e da complementaridade entre ilhas, o que permite promover a organização de circuitos temáticos entre as mesmas (PEMTA, 2016), ou seja, é nesse sentido da perspetiva de natureza e da complementaridade de oferta entre todas as ilhas que o setor deve continuar a desenvolver-se e a promover-se além-fronteiras (Incentivo, 2015).

Na região Autónoma dos Açores, o Turismo em Espaço Rural tem um peso superior na ilha do Pico, onde a Hotelaria Tradicional representa 33%, o TER 17% e o

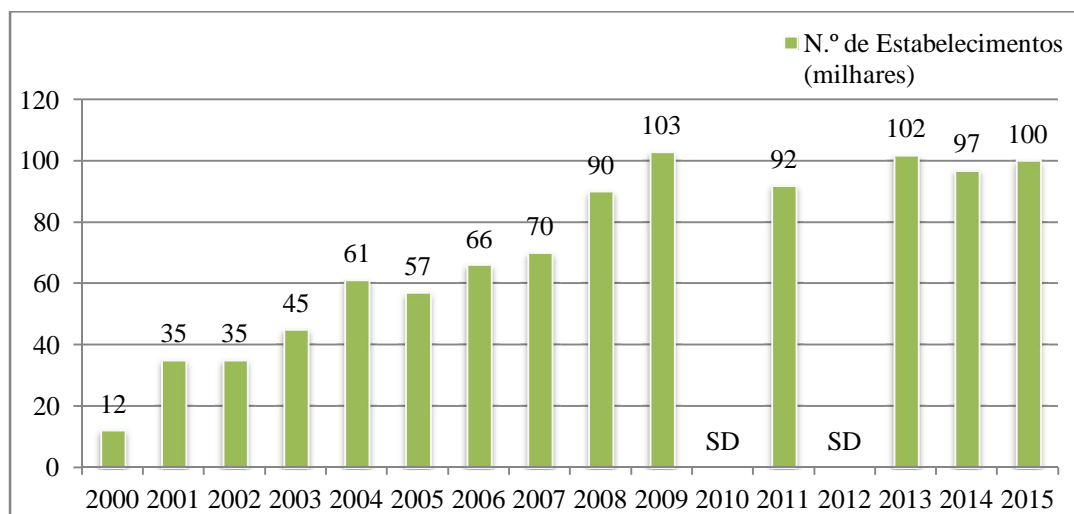
Alojamento Local 50%, comparativamente aos valores totais das nove ilhas do arquipélago que mostram que a Hotelaria Tradicional representa 65%, o TER 8% e o Alojamento Local 27% (Jornal do Pico, 2016).

Assim sendo, e segundo dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores, segue-se uma série de gráficos que mostram a expressão atual do Turismo em Espaço Rural no arquipélago dos Açores, bem como de anos anteriores, pelo que a amostra seguidamente exposta é referente aos anos de 2000 a 2015, por forma a avaliar a evolução do TER na região e evidenciar a sua expressão.

Note-se que os dados estatísticos referentes aos anos 2010 e 2012 são inexistentes, por falta de informação do SREA, daí estar designado “SD” (Sem Dados).

Primeiramente é referido o número de Estabelecimentos TER em atividade no arquipélago, segundo a Figura 2. Esta figura mostra que o ano de 2000 foi o que teve uma menor quantidade de estabelecimentos em atividade (apenas 12) e o ano de 2009 o que teve a quantidade mais elevada (103 estabelecimentos). Para além disso, através do gráfico pode-se ver a evolução anual do número de estabelecimentos com apenas ligeiras quebras, como é o caso dos anos 2005 (57 estabelecimentos), 2011 (92 estabelecimentos), 2013 (102 estabelecimentos), 2014 (97 estabelecimentos) e 2015 (100 estabelecimentos). Nos últimos anos os valores mantiveram-se mais homogéneos.

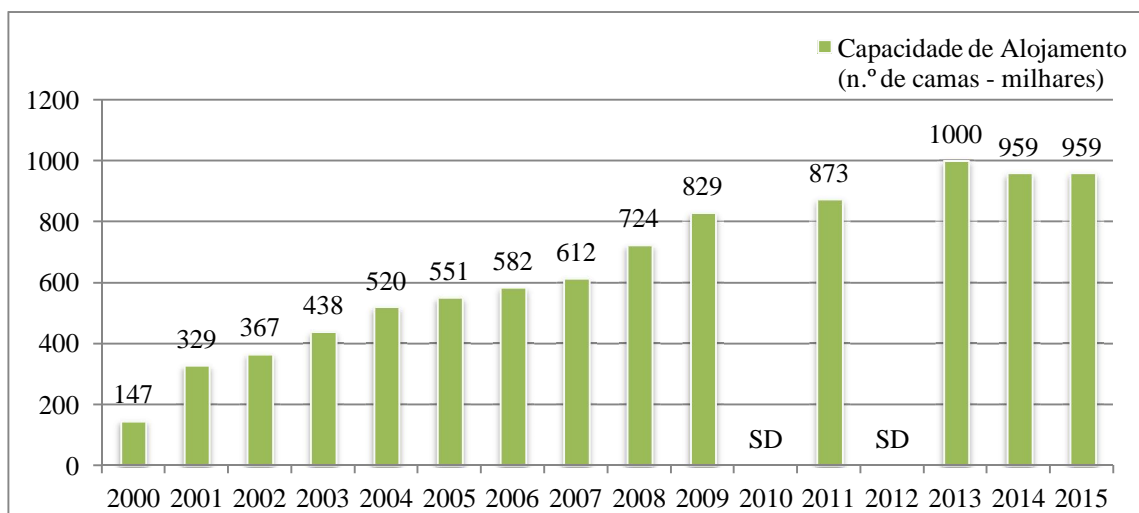
Figura 2. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade nos Açores (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Depois da análise do número de estabelecimentos é importante analisar a capacidade destes alojamentos TER no arquipélago (Figura 3). Novamente o ano 2000 é marcado pelo menor valor, desta vez o menor número de camas (147 camas) e o ano 2013 pelo valor mais elevado (1 000 camas). A evolução da capacidade de alojamento é gradual ao longo dos anos, pelo que só existem ligeiras quebras em 2014 (959 camas) e em 2015 (959 camas), comparativamente ao ano com o valor mais elevado da capacidade de alojamento.

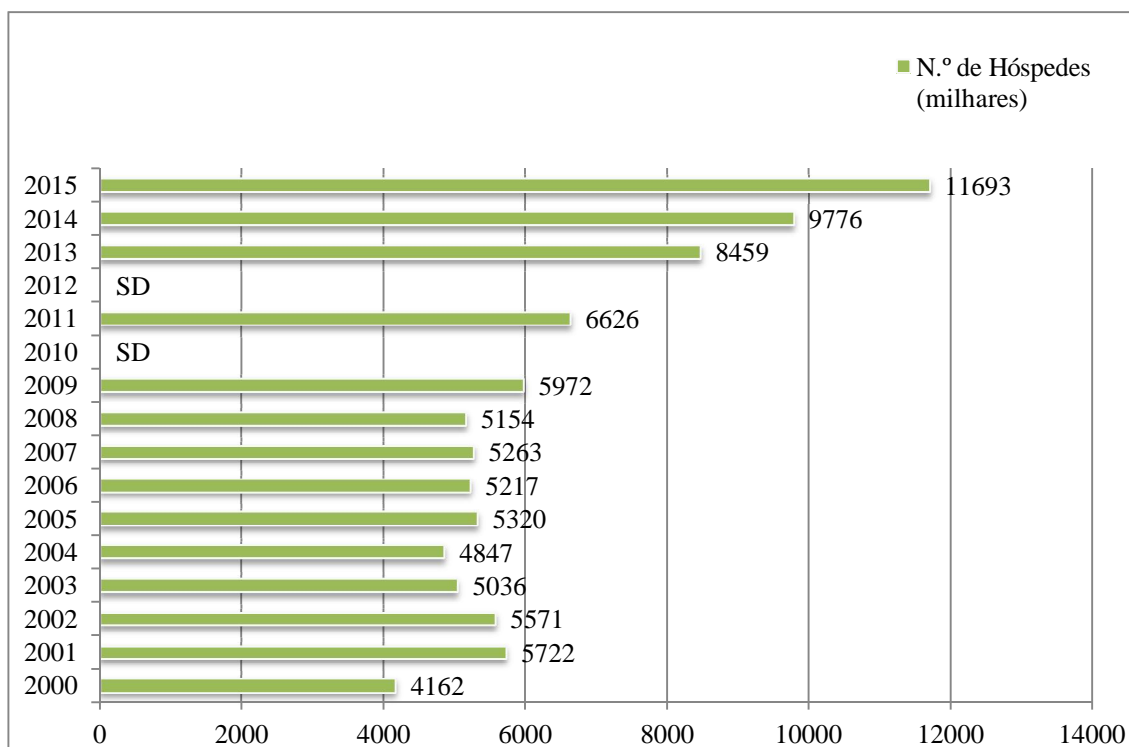
Figura 3. Capacidade de Alojamento do TER nos Açores (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Segue-se a análise do número de Hóspedes nos estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (Figura 4). No ano 2000 os estabelecimentos TER tiveram menos hóspedes (4 162 mil) e em 2015 mais hóspedes (11 693 mil). Os anos 2001 e 2002, foram, até 2008, os anos que se destacaram pelo aumento do número de hóspedes, com 5 722 mil e 5 571 mil respetivamente, pois a partir de 2009 (5 972 mil) este número tem revelado aumentos significativos com os anos de 2013 e 2014 já a atingirem os 8 459 mil e 9 776 mil hóspedes em alojamentos TER nos Açores.

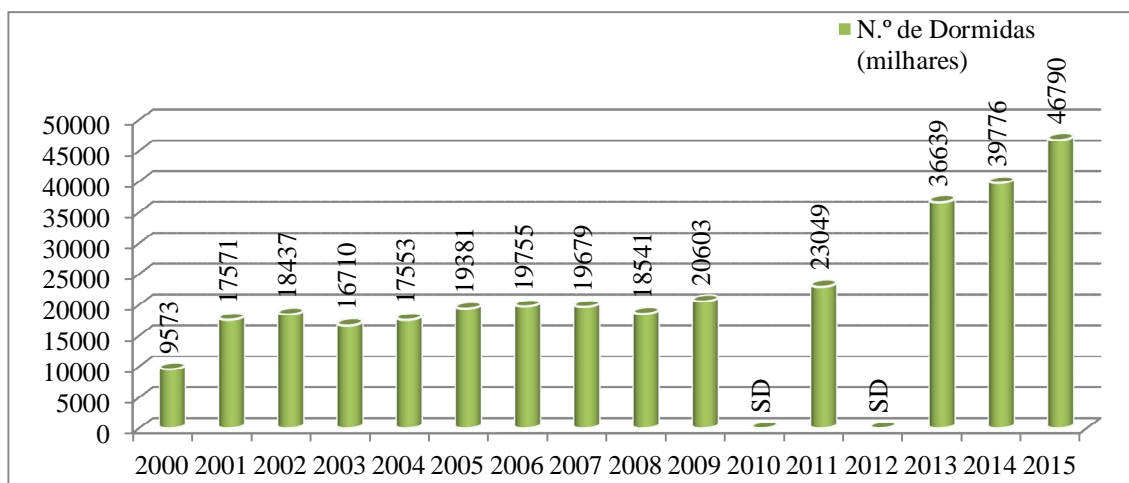
Figura 4. N.º de Hóspedes em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Quanto ao número de Dormidas nestes estabelecimentos (Figura 5), importa referir que 2015 foi o ano com maior número de dormidas com valores a rondarem os 46 790 mil, pelo que o ano com menos dormidas foi 2000 (9 573 mil). Contudo, os anos que apresentam valores mais semelhantes vão de 2001 a 2009, onde as dormidas não ultrapassam as 21 mil. 2011 já apresenta algum crescimento (23 049 mil), mas são os anos de 2013 e 2014 que, seguidos ao ano 2015, apresentam maiores crescimentos com 36 639 mil e 39 776 mil dormidas, respetivamente.

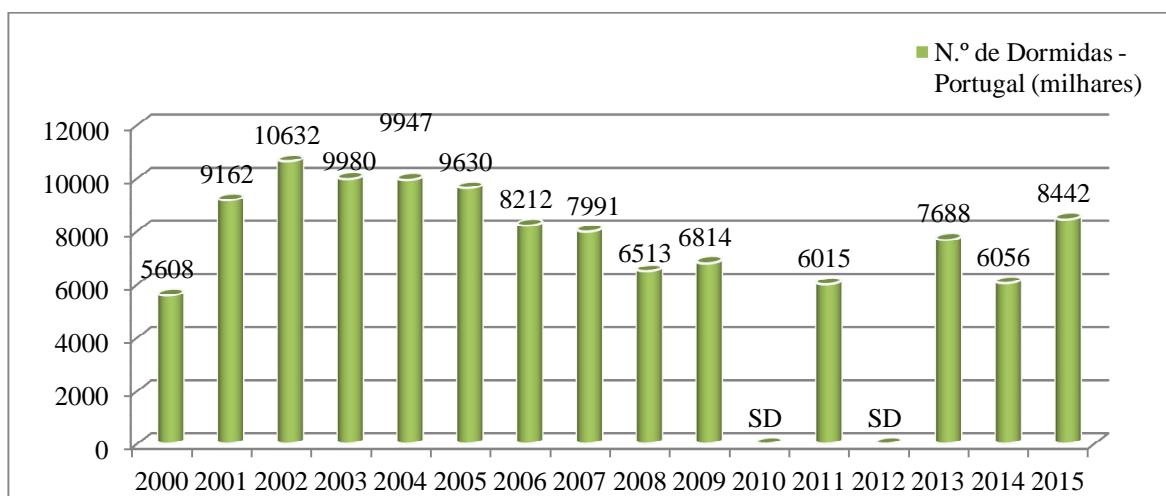
Figura 5. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Nas figuras 6 e 7 são mostrados dados sobre o número de dormidas nos estabelecimentos TER nos Açores conforme o seu país de residência (Portugal e Estrangeiro). Assim sendo, os anos em que as dormidas de residentes em Portugal são mais elevadas dizem respeito a 2002 (10 632 mil), equivalendo a 57,7% do total de dormidas nesse ano, 2003 (9 980 mil - 59,7%) e 2004 (9 947 mil - 56,7%), e aqueles onde estas dormidas foram menores são, sobretudo, os anos de 2000 (5 608 mil - 58,6%), 2011 (6 015 mil - 26,1%) e 2014 (6 056 mil - 15,2%).

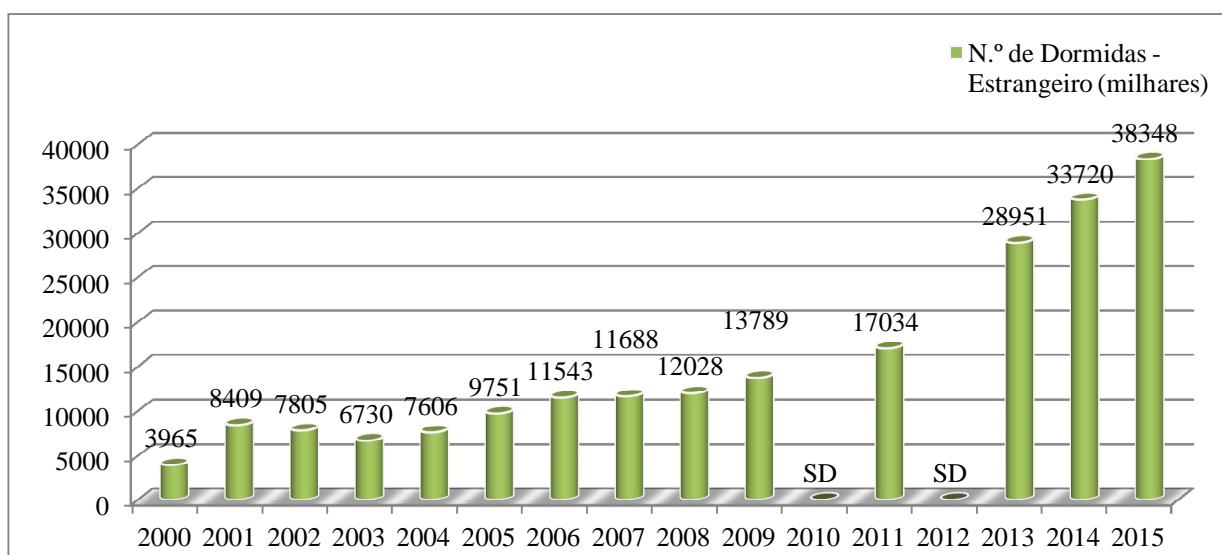
Figura 6. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER, por país de residência - Portugal (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

As dormidas nos estabelecimentos TER pelos residentes no Estrangeiro tiveram o seu destaque em anos mais recentes. De destacar 2013 (28 951 mil), o que equivale a 79% do total de dormidas, 2014 (33 720 mil - 84,8%) e 2015 (38 348 mil - 82%), anos bastante mais marcantes comparativamente aos anos compreendidos entre 2000 (3 965 mil - 41,4%) e 2009 (13 789 mil - 66,9%), onde as dormidas não ultrapassaram as 14 mil.

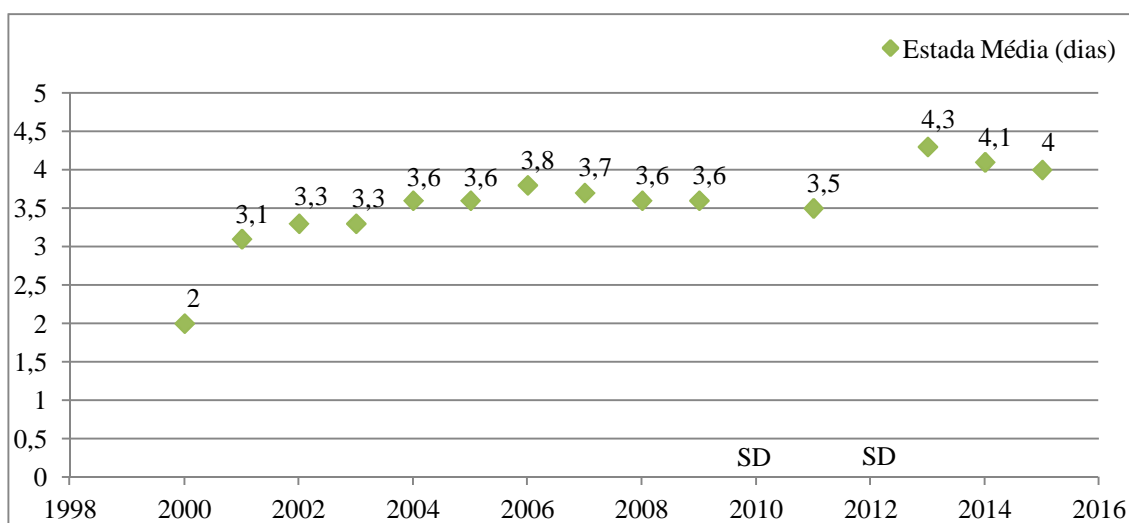
Figura 7. N.º de Dormidas em Estabelecimentos TER, por país de residência - Estrangeiro (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Por fim, a Estada Média nos estabelecimentos TER nos Açores, entre 2000 e 2015, variou entre os 2 dias (ano 2000) e os 4,3 dias (ano 2013). Assim, pode-se concluir que desde 2001 a estada média tem apresentado valores acima dos 3 dias, com apenas os anos 2013 (4,3 dias), 2014 (4,1 dias) e 2015 (4 dias) a chegarem aos 4 dias de estada (Figura 8).

Figura 8. Estada Média em Estabelecimentos TER nos Açores (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

4.3. O TER NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atualmente nos Açores o Turismo é regido pelo POTRAA, pela Legislação Regional e o recente Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores. Como tal, o Turismo em Espaço Rural segue esta linha de orientação, com as suas próprias leis que o distinguem do Alojamento Local. O Alojamento Local (AL) é uma tipologia de alojamento que tem vindo a registar um crescimento significativo na região, estando devidamente regulamentado e onde existe um avultado número desta tipologia de bastante qualidade, que não desfigura a restante oferta de alojamento nos Açores (Triângulo Magazine, 2016).

O POTRAA, Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, é um plano setorial aplicável a todo o território da região e define a estratégia de desenvolvimento sustentável para o setor do turismo, bem como o modelo territorial a adotar. É também um instrumento de orientação para os diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa. Este documento normativo resultou de um debate aberto que envolveu organizações e instituições que representassem os interesses neste domínio, bem como o público em geral, e está em vigor desde 2008 até à

atualidade, pelo que a revisão do POTRAA é um compromisso programático do XI Governo Regional, que deverá ser concluído no prazo máximo de um ano a contar da entrada em vigor da Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2015 de 15 de julho de 2015.

O objetivo principal do POTRAA é o “desenvolvimento e afirmação de um sector turístico sustentável, que garanta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação da disparidade entre os diversos espaços constitutivos da região” (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

Embora o horizonte do Plano esteja a terminar, importa referir que o Cenário A (Modelo de crescimento e de compromisso) terá sido o cenário de referência a adotar, escolhido entre três outros cenários, fazendo do mesmo a visão estratégica do POTRAA. Neste cenário, e relativamente à oferta turística, dinâmica e estrutura, note-se que existe a necessidade de diversificação da mesma ao nível das tipologias de alojamento, através de medidas que desenvolvam as diferentes formas de Turismo em Espaço Rural, o Turismo de Habitação e o surgimento de novas formas inovadoras e bem integradas no domínio da Hotelaria Tradicional. Quanto às Implicações sobre o sistema produtivo, o POTRAA “assume as unidades de turismo de habitação, turismo em espaço rural e outras pequenas/médias unidades hoteleiras dispersas pelo território como tendo um papel complementar no surgimento de actividades/serviços alternativos, dotados de especificidade própria e baseadas em características e tradições locais” (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

Relativamente à Legislação Regional do TER existe o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, e a Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio de 2012, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.

Para ser considerado alojamento TER terá que ter em conta o enquadramento paisagístico, as amenidades rurais envolventes, a qualidade ambiental e a valorização de produtos e serviços que são produzidos na própria zona do empreendimento (Artigo 1.º,

Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio de 2012). Assim, nestas unidades, para além do habitual alojamento, é permitido comercializar produtos artesanais e gastronómicos, tanto os que são produzidos na unidade como aqueles que o são na região onde se inserem e podem, também, fornecer diretamente aos seus utentes, aos estabelecimentos de comércio a retalho ou estabelecimentos de restauração ou de bebidas pequenas quantidades de produtos primários, transformados ou não (Artigo 11.º, Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio de 2012).

Tal como já foi referido no ponto 4.1., as tipologias de alojamento TER nos Açores são quatro - Casas de Campo, Agroturismo, Hotéis Rurais e Alojamento Rural – pelo que seguidamente será feita uma breve caracterização e distinção de cada uma, para um melhor conhecimento das suas diferenças e, posteriormente, um melhor entendimento da tipologia mais abundante nas ilhas do triângulo (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

As Casas de Campo são imóveis que se situam em aglomerados rurais ou espaços rurais e que, pela sua traça, materiais de construção e outras características, se integrem na arquitetura típica local e não devem exceder a capacidade máxima de 15 quartos; se cinco ou mais casas de campo se situarem num aglomerado rural, com uma relação de proximidade e exploradas pela mesma entidade, serão consideradas como “Turismo de Aldeia” (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

Os imóveis localizados em explorações agrícolas, de modo a permitirem aos hóspedes acompanhar e conhecer a atividade agrícola e/ou participar nos trabalhos aí desenvolvidos são denominados de empreendimentos de Agroturismo. A capacidade máxima também é de 15 quartos (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

Quanto à definição de Hotel Rural, para ser assim considerado deverá ter em conta a sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitar as características dominantes da localidade onde se situa e, sobretudo, ser um estabelecimento hoteleiro que se localize em espaços ou aglomerados rurais (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto). Estes classificam-se nas categorias de 3 a 5

estrelas e devem ter uma capacidade máxima de 30 quartos (Artigo 19.º, Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio de 2012).

Quando determinado alojamento não se insere em nenhuma das categorias anteriores poderá ser proposto ao empreendimento a denominação de Alojamento Rural, tendo em conta que tem de integrar-se na paisagem, possuir instalações de qualidade e cumprir outros indicadores, como por exemplo, uma capacidade máxima de 25 quartos, um máximo de três pisos, espaço verde envolvente, o aproveitamento do património construído, que represente os modelos arquiteturais tradicionais da região, entre outros (Artigo 17.º, Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto; Artigo 20.º, Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio de 2012).

O Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores é recente, lançado este ano, e tem como objetivo principal definir um conjunto de estratégias numa abordagem dicotómica entre mercados e produtos por forma a atingir três pontos essenciais: a qualificação e o desenvolvimento sustentável do setor turístico, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as ilhas (PEMTA, 2016).

Desta forma, a missão para o desenvolvimento do turismo dos Açores passa por “atingir a verdadeira sustentabilidade através do Turismo, proporcionando aos nossos visitantes uma experiência de convidados especiais em ambiente natural, recebendo-os com carinho e cortesia genuínas, para que a experiência dos Açores lhes deixe saudade e os faça voltar” (PEMTA, 2016).

Como já foi referido ao longo do capítulo, o produto prioritário dos Açores é o Turismo de Natureza, e este produto diz respeito a atividades como os Passeios a pé/*Hiking*, os Passeios equestres, a Reserva da Biosfera, o TER, o *Birdwatching*, o Geoturismo, o BTT, a Canoagem/*Kayaking*, o *Canyoning*, o *Downhill*, o Parapente, o Rapel e a escalada e o *Trekking* (PEMTA, 2016).

As principais características do destino e os fatores diferenciadores em relação aos destinos concorrentes são, segundo os *stakeholders* consultados, a preservação ambiental, a sustentabilidade natural e a calma e a tranquilidade, para além de outras como a hospitalidade, o clima, a segurança e a proximidade do destino aos mercados

emissores. E com isto, o posicionamento do destino deve assentar no fato dos Açores serem um destino de natureza, de beleza rara, sem influências externas a si e sem vocação para as massas, pelo que é dirigido a nichos muito específicos que queiram ter experiências irrepetíveis (PEMTA, 2016).

4.4. SIGNIFICADO DO TER NAS ILHAS DO TRIÂNGULO

“Os Açores, no seu todo, têm características ímpares, cada ilha tem a sua oferta e uma apetência própria para atrair turistas e as ilhas do triângulo, pela proximidade entre si, têm uma apetência muito maior para congregar um conjunto de oferta superior”.

João Bettencourt, 2016

4.4.1. As ilhas do Triângulo

Localizadas em território português, no meio do Oceano Atlântico, fazem parte do Arquipélago dos Açores, constituído por nove ilhas de origem vulcânica, que se subdividem em três grupos geográficos: Ocidental – Corvo e Flores, Central – Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira e Oriental – São Miguel e Santa Maria (naturfactor.com).

Com um crescimento consolidado e sustentado, as ilhas do triângulo começam a constituir-se como um produto turístico a ter-se em atenção junto dos mercados emissores e, mesmo até, dentro do próprio arquipélago (Triângulo Magazine, 2016).

O triângulo é um cluster de ilhas, parte do arquipélago dos Açores e, devido à proximidade, Faial, Pico e São Jorge são uma experiência atlântica única, onde quem as visita poderá conhecer três ilhas em apenas uma viagem (triangletheazores.com, 2016). Triângulo é o nome dado a este conjunto de ilhas devido à sua proximidade e disposição geográfica no Grupo Central dos Açores, oferecendo um sub-destino turístico na região

com grandes potencialidades, podendo impulsionar o seu desenvolvimento sustentado numa zona com 40 mil habitantes (Tavares, 2016).

No triângulo, cada ilha tem a sua própria especificidade, pelo que se completam entre si e a existência de várias ligações marítimas operadas pela Atlânticoline faz delas um destino surpreendente, podendo-se mesmo avistar golfinhos na sua travessia (visitportugal.com). O isolamento entre estas ilhas e as condições naturais de cada uma deram origem a uma cultura muito própria (ourisland-azores.com).

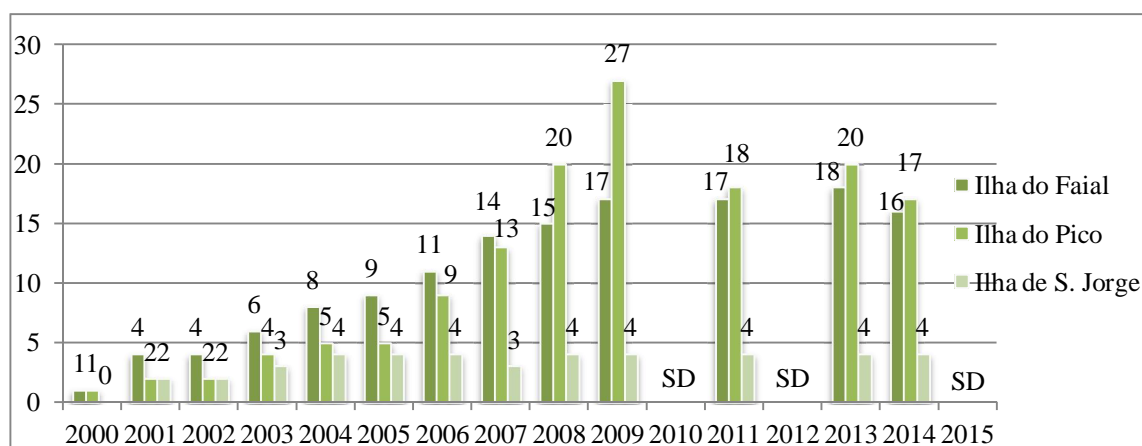
A Associação Municípios do Triângulo é a responsável pela divulgação turística do mesmo, e existe já um projeto comercial que promove a marca “*Triangle The Azores / An Island Cluster*”, que foi criado essencialmente para a promoção das ilhas do triângulo dirigindo-se ao mercado da Costa Leste dos Estados Unidos e Canadá (Tavares, 2016). Para além disso, o aumento da procura do triângulo tem sido notável sobretudo devido ao trabalho que tem sido realizado em conjunto, como é o caso dos municípios que têm trabalhado mais em sintonia nos últimos tempos e também pelo tecido empresarial que tem percebido que a oferecer produtos complementares entre estas três ilhas faz com que a procura suba (Triângulo Magazine, 2016).

Recentemente, iniciou-se um projeto de preparação de uma estratégia de promoção turística conjunta para as três ilhas, visando tirar proveito da oferta diversificada e complementar existente nesta zona, destacando-se a sua proximidade e a facilidade de circulação diária entre elas (Triângulo Magazine, 2016).

Segundo dados do SREA, consegue-se perceber a expressão do TER nestas três ilhas entre os anos 2000 e 2015, sendo que a ilha de São Jorge é a que apresenta um desenvolvimento menor desta tipologia de turismo.

A nível do total do triângulo, os estabelecimentos TER em atividade evoluíram consideravelmente entre 2000 e 2009 (ano de quebra), em especial para a ilha do Pico, e, apesar de não conhecer-se dados de 2010, 2012 e 2015 é notável o decréscimo desses estabelecimentos entre 2011 e 2014, anos esses em que os estabelecimentos TER em atividade totalizam números mais estáveis, existindo quebras ou aumentos pouco significativos, comparativamente aos anos entre 2000 e 2009 (Figura 9).

Figura 9. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade nas ilhas do Triângulo (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Segundo a Tabela 6, ao comparar-mos a situação do triângulo (soma das três ilhas) com o arquipélago dos Açores em geral verifica-se que estas ilhas atingiram o seu número máximo de estabelecimentos em 2009, com 48 estabelecimentos, ano em que os Açores tinham um total de 103 estabelecimentos, o que enfatiza o significado destas três ilhas no arquipélago ao nível do turismo em espaço rural.

Tabela 6. Estabelecimentos TER nas ilhas do Triângulo e Açores (2000-2015).

Ano	Triângulo (milhares)	Açores (milhares)	%
2000	2	12	17
2001	8	35	23
2002	8	35	23
2003	13	45	29
2004	17	61	28
2005	18	57	32
2006	24	66	36
2007	30	70	43
2008	39	90	43
2009	48	103	47
2010	-	-	-
2011	39	92	42
2012	-	-	-
2013	42	102	41

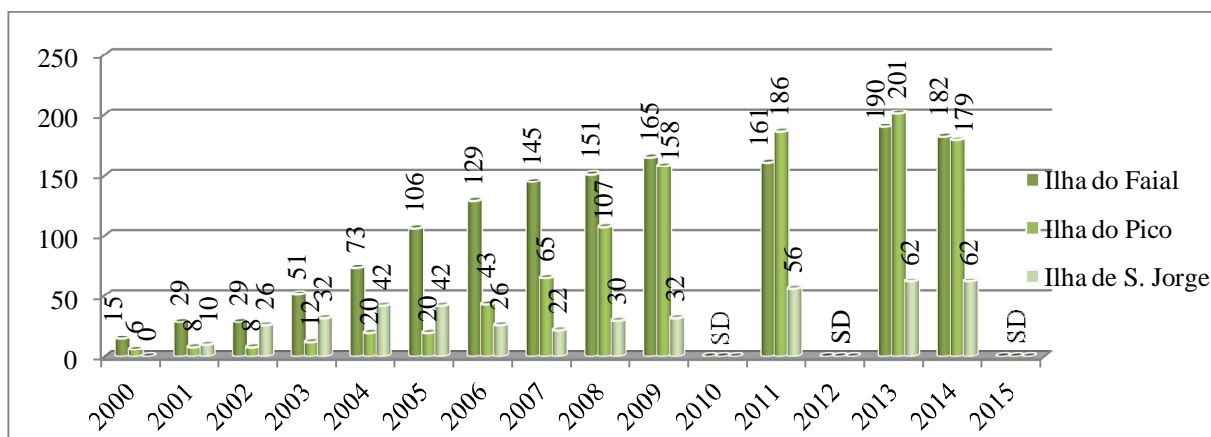
2014	37	97	38
2015	-	100	-

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Comparativamente ao arquipélago em geral, os anos em que o triângulo teve um maior significado na região foi entre 2007 e 2013, chegando a significar mais de 40%, quase metade dos estabelecimentos da região.

Relativamente à capacidade de alojamento, as ilhas que notoriamente têm uma maior capacidade são o Faial e o Pico. Enquanto que a capacidade do Faial aumentou gradualmente até 2009, a capacidade do Pico teve um crescimento bastante notório até 2013, onde os valores já rondavam os 201 de capacidade. Em 2014 existiu uma ligeira quebra nestas duas ilhas (Figura 10).

Figura 10. Capacidade de Alojamento do TER nas ilhas do Triângulo (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

A Tabela 7 representa bem a evolução da capacidade de alojamento nestas três ilhas, com evoluções significativas até 2013 (453 camas) e um ligeiro decréscimo em 2014 (423 camas). O arquipélago em geral também atingiu o seu máximo em 2013 (1 000 camas). Desde 2008 que o triângulo tem um significado no arquipélago dos Açores acima dos 40%, taxa bastante elevada visto a região ser constituída por nove ilhas e o triângulo apenas ser constituído por três, pelo que em 2011 a taxa seria de

46%, quase metade da capacidade de alojamento de turismo em espaço rural nos Açores.

Tabela 7. Capacidade de Alojamento do TER nas ilhas do Triângulo e Açores (2000-2015).

Ano	Triângulo (milhares)	Açores (milhares)	%
2000	21	147	14
2001	47	329	14
2002	63	367	17
2003	95	438	22
2004	135	520	26
2005	168	551	30
2006	198	582	34
2007	232	612	38
2008	288	724	40
2009	355	829	43
2010	-	-	-
2011	403	873	46
2012	-	-	-
2013	453	1000	45
2014	423	959	44
2015	-	959	-

Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

4.4.2. O TER na ilha do Faial

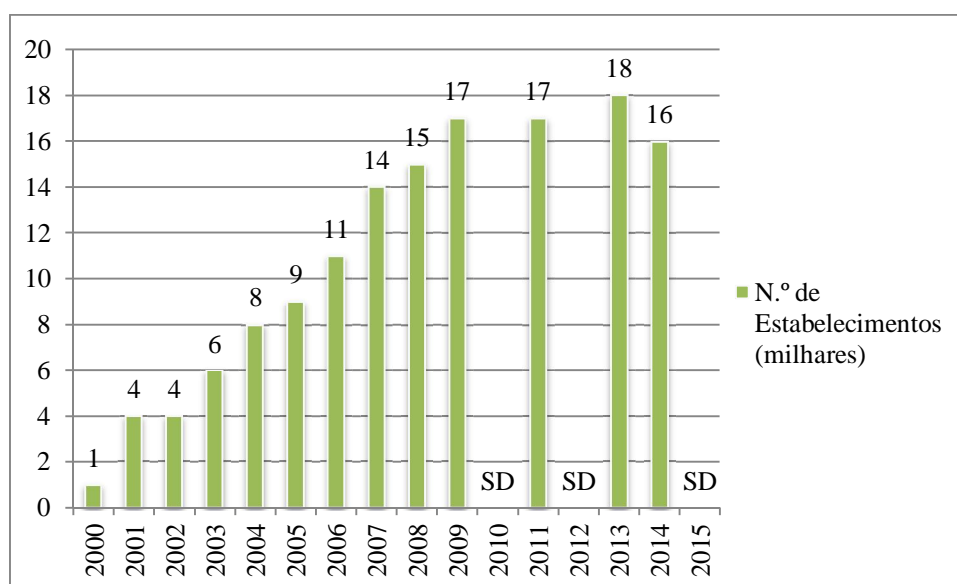
“(…) o Faial retirava vagarosamente os seus véus e revelava, com nitidez crescente ao encurtar a distância, a frescura dos verdes de tonalidades várias trepando a encosta até bordejar a misteriosa Caldeira, ocultando a gigantesca cratera no centro da ilha (…)” (Rodrigues & Costa, 2007).

A ilha do Faial possui cerca de 15 000 habitantes, sendo a terceira ilha mais habitada do arquipélago dos Açores, localizando-se no Grupo Central e definindo-se como o vértice mais a Oeste das ilhas do triângulo. O seu ponto mais alto é o Cabeço

Gordo, com 1 043 metros de altitude. Faial – Ilha Azul é o nome dado à ilha devido à frequente presença de hortênsias, que juntam os tons azul floral e o verde da vegetação e das pastagens. Para além de tudo isto, a ilha tem um alto potencial para a prática de atividades ligadas ao mar, como a observação de cetáceos, o mergulho, o canyoning, a pesca desportiva, o iatismo, e as atividades realizadas em terra passam essencialmente pelos passeios pedestres, passeios a cavalo e de bicicleta (visitadores.com).

Quanto ao TER no Faial, segundo os dados apurados do SREA, a Figura 11 sobre o número de estabelecimentos em atividade mostra que até 2009 o Faial teve um crescimento significativo dos seus empreendimentos TER (17 estabelecimentos), estagnando-se e até mesmo diminuindo para 16 estabelecimentos em 2014, ou seja, após o grande crescimento o Faial manteve-se dentro dos mesmos números, não evoluindo a este nível.

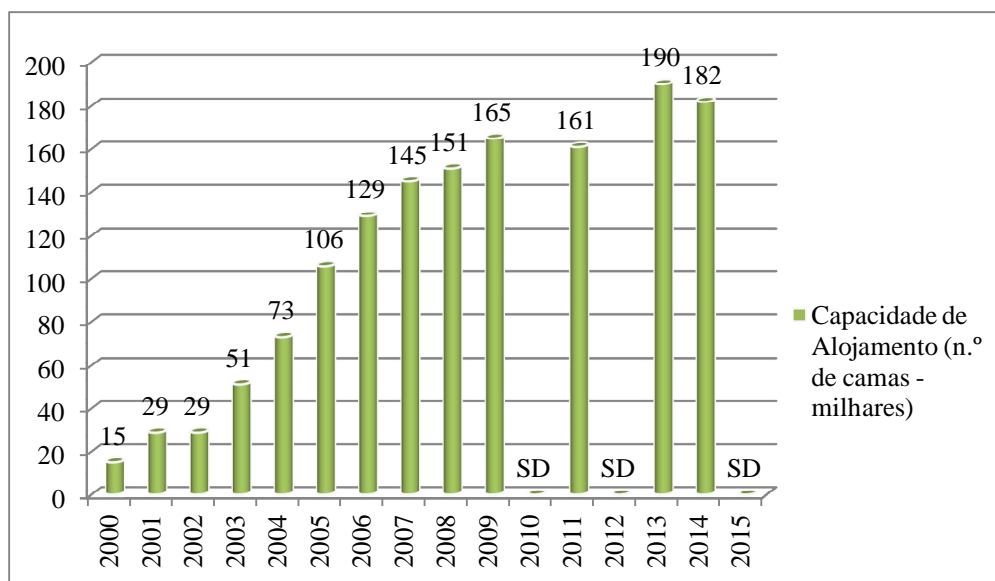
Figura 11. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade no Faial (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Na Figura 12 sobre a capacidade de alojamento do turismo em espaço rural no Faial é notável a evolução gradual até 2009 (165 camas), com ligeira quebra em 2011 (161 camas) e aumentos em 2013 (190 camas) e 2014 (182 camas).

Figura 12. Capacidade de Alojamento do TER no Faial (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

4.4.3. O TER na ilha do Pico

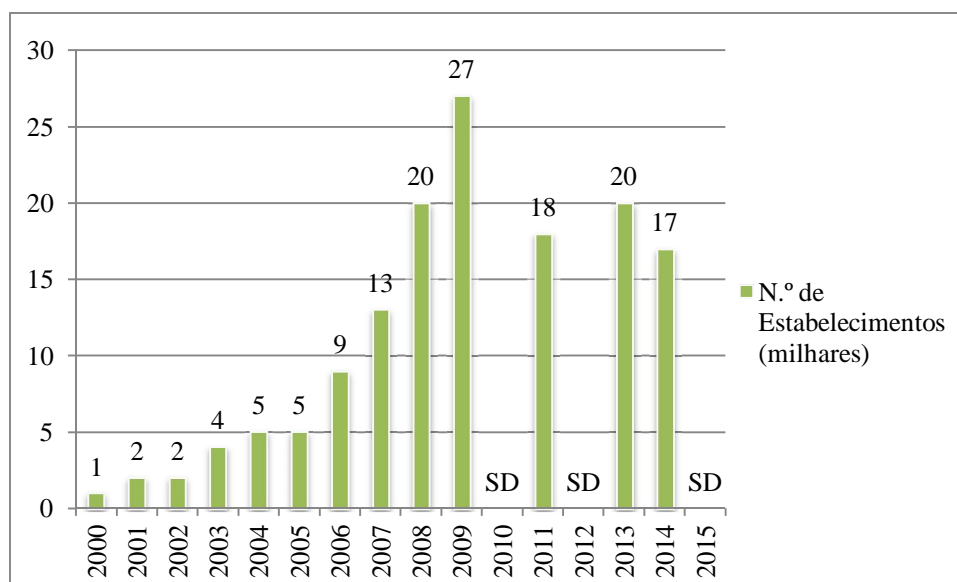
“(…) a ilha espraia-se no planalto verdejante onde ondulam as urzes, faias e incensos mirando a lonjura do canal que as ilhas do Faial e São Jorge protegem. Em manchas verdes que o compacto coberto vegetal matiza, o “mistério” espraia-se sobre “lajidos” que o fogo de erupções recentes foi derramando” (Rodrigues & Costa, 2007).

A ilha do Pico é a segunda maior ilha do arquipélago, povoada com 14 148 habitantes e a ilha mais a sul do Grupo Central e também um dos vértices das ilhas do triângulo. O seu ponto mais alto é o Piquinho, que constitui o ponto mais alto de Portugal com 2 350 metros de altitude. Pico – Ilha Cinzenta vem da existência dos grandes campos de lava a que a população denomina de “Lajidos” ou “Terras de Biscoito”, bem como da existência de currais da vinha, maroiços nos terrenos agrícolas, muros e divisórias que remetem para esta tonalidade e se juntam ao verde da vegetação. Devido ao seu historial da caça à baleia a observação de cetáceos é uma das atividades que pode ser praticada nesta ilha, bem como outras ligadas ao mar, como o mergulho, o

passeio de barco, a prática de vela e de caiaque, a pesca desportiva, entre outras ligadas à terra, como o Geoturismo, a observação de aves, os passeios de bicicleta e a cavalo e a realização de percursos pedestres (visitadores.com).

Na ilha do Pico o número de estabelecimentos TER em atividade cresceu exponencialmente a partir de 2007 (13 estabelecimentos), em 2008 (20 estabelecimentos) e 2009 (27 estabelecimentos), com quebra significativa em 2011, quando os estabelecimentos diminuíram para apenas 18, mantendo-se, posteriormente, dentro desses valores (Figura 13).

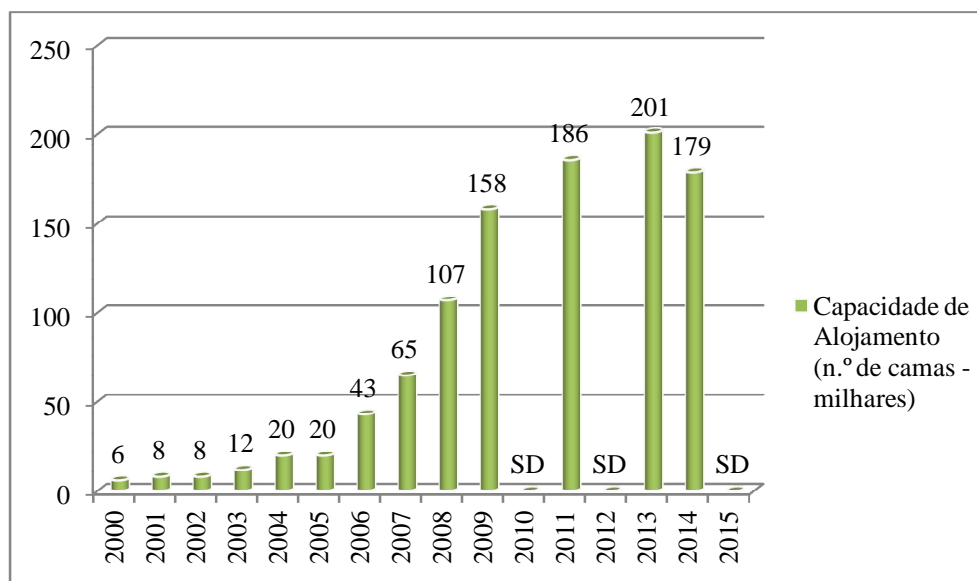
Figura 13. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade no Pico (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Quanto à capacidade de alojamento do TER nesta ilha importa referir que até 2005 era de apenas 20 camas, evoluindo notoriamente a partir de 2006 (43 camas) até 2013 (201 camas). Em 2014 deu-se nova quebra para as 179 camas (Figura 14).

Figura 14. Capacidade de Alojamento do TER no Pico (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

4.4.4. O TER na ilha de São Jorge

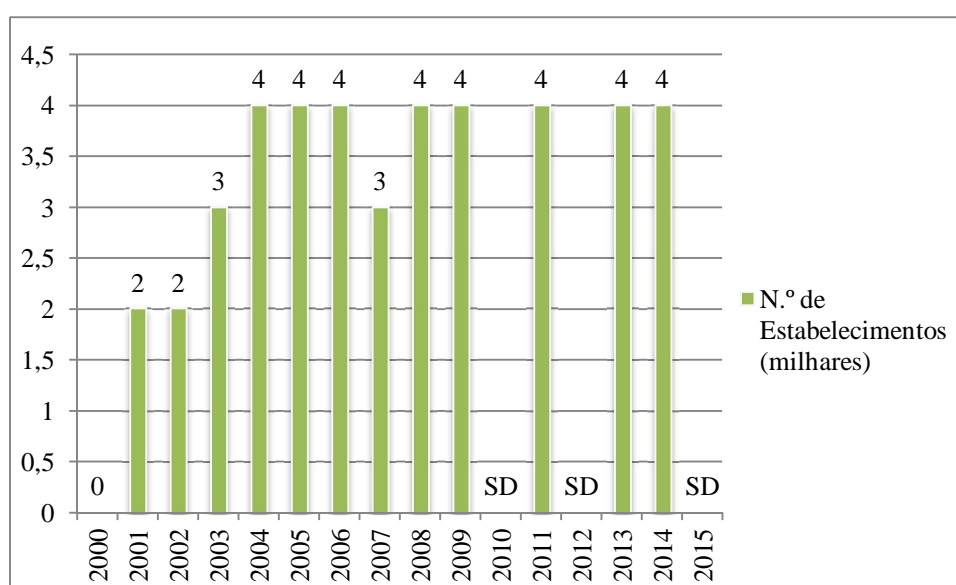
“E, depois e sempre, o mar em volta a ornar de espuma as dezenas de restingas de terra que as ravinas deixaram escorregar sobre a costa alcantilada a formar o rosário de fajãs onde o arrojo de gente laboriosa fez construir pequenos povoados que os sismos, a intempérie e a maresia ameaçadora não afugenta” (Rodrigues & Costa, 2007).

A ilha de São Jorge tem 9 171 habitantes, localiza-se no Grupo Central dos Açores e é também um dos vértices das ilhas do triângulo. O seu ponto mais alto é denominado de Pico da Esperança com 1 053 metros de altitude. São Jorge – Ilha Castanha, nome dado devido às suas terras agrícolas, às suas pontas rochosas e também aos seus inúmeros cones vulcânicos que geraram a ilha. Relativamente às atividades que podem ser praticadas na ilha, tal como as outras ilhas, a ilha de São Jorge tem grande potencialidade para a prática de atividades ligadas ao mar, como o mergulho, a pesca desportiva, o iatismo, entre outras, e nas atividades em terra destacam-se os percursos

pedestres, a observação de aves, os passeios a cavalo e o bastante conhecido canyoning (visitadores.com).

Referentemente às estatísticas do TER, na ilha de São Jorge os números não são muito discrepantes e, no caso do número de estabelecimentos TER em atividade nesta ilha, desde 2004 que existem 4 estabelecimentos, apenas com a quebra do ano 2007 (3 estabelecimentos) (Figura 15).

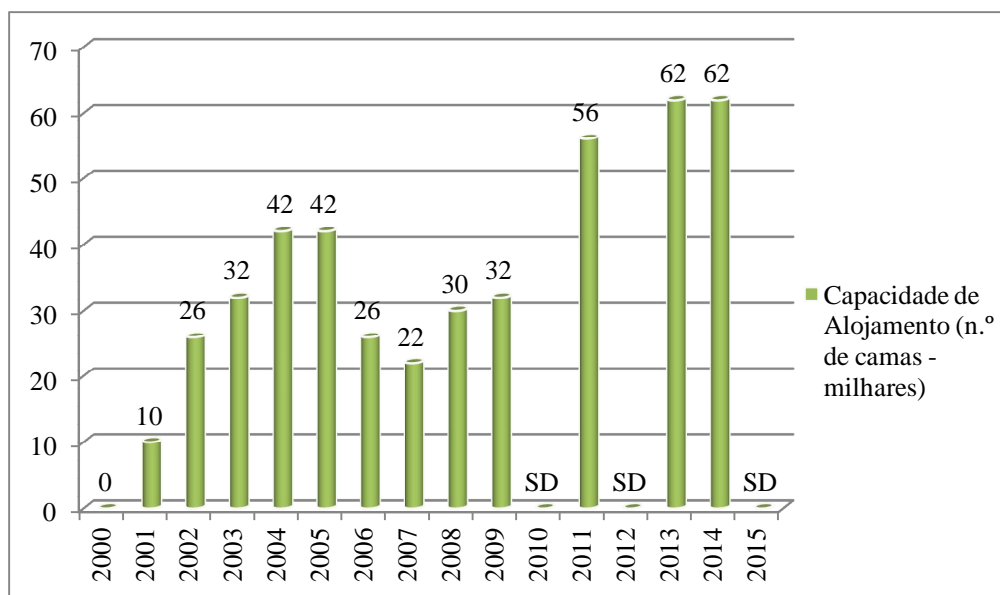
Figura 15. N.º de Estabelecimentos TER em Atividade em São Jorge (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

Por fim, quanto à capacidade do alojamento TER nesta ilha, nota-se pelo gráfico que não é uma capacidade regular, pois 2004 e 2005 existiu 42 camas, entre 2006 e 2009 essa capacidade diminuiu, chegando mesmo a existir apenas 22 camas em 2007, e a partir de 2011 a capacidade voltou a aumentar chegando às 62 camas em 2013 e 2014 (Figura 16).

Figura 16. Capacidade de Alojamento do TER em São Jorge (2000-2015).



Fonte: Elaboração própria, baseada no SREA.

4.4.5. Sinopse

São Jorge em conjunto com o Pico, que está separado do Faial pelo seu Canal de cerca de 8 km de largura, constituem as denominadas “Ilhas do Triângulo”, um sub-destino dentro do Arquipélago dos Açores. O Faial hoje em dia é ideal para quem procura a natureza e pelo seu porto da Horta passam as mais variadas nacionalidades e culturas desde há muitos anos, sendo ponto de referência obrigatório do iatismo internacional. O Pico com a sua Paisagem da Cultura da Vinha, declarou-se Património da Humanidade da UNESCO, para não deixar de referir a imensa subida à Montanha do Pico, onde fumarolas permanentes relembram a sua natureza vulcânica. São Jorge é das ilhas mais verdes dos Açores e ideal para o contato com a natureza e o mar, a ilha das Fajãs e das Reservas Naturais, sendo a Fajã mais conhecida pelas suas amêijoas a da Caldeira do Santo Cristo (aerhorta.com).

Segundo a Triângulo Magazine (2016), estas ilhas não se restringem apenas à sua beleza natural, são mais, são as pessoas e a cultura com uma identidade própria que com o tempo vão criando uma outra identidade de maior alcance, a do triângulo. No

verão devido às acessibilidades tanto aéreas e, sobretudo, às marítimas as pessoas ficam mais próximas e sente-se uma maior convivência, deixando o mar de ser um entrave, para tornar-se um meio de união. Para além de tudo isto, como forma de divulgar o triângulo tem existido uma maior aposta nos produtos locais, que se define num “verdadeiro complemento à oferta turística que estas ilhas apresentam”.

A Associação dos Municípios do Triângulo enquadra todos os atuais municípios das três ilhas do triângulo: Horta, Madalena, São Roque do Pico, Lajes do Pico, Velas e Calheta, tendo como objetivo a realização comum de interesses específicos dos municípios que a integram, defendendo interesses coletivos de cariz sectorial, regional ou local (amtriangulo.com). Como tal, é a responsável pela divulgação do triângulo, não só ao nível do turismo em geral, mas também do TER em particular.

Como se pode avaliar nos gráficos acima elaborados e descritos, o TER teve alguma estagnação nos últimos anos, principalmente na ilha do Faial, após anos de desenvolvimento do alojamento, passando a ilha do Pico a ser a que possui um maior número de estabelecimentos. De notar que é na ilha do Pico, mais propriamente no concelho de São Roque, que se criou a marca “São Roque do Pico – Capital do Turismo Rural”, em que uma das razões seria mesmo o facto da existência de grande concentração de estabelecimentos TER.

Os dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores permitem-nos averiguar a evolução do TER nos Açores e no Triângulo contudo só com o desenrolar da investigação quantitativa se obterá mais respostas quanto ao futuro do TER nestas ilhas: o TER terá condições para que se continue a desenvolver no triângulo? Tem potencial de forma a ser significativo num futuro próximo? E que perspetivas de desenvolvimento futuro existem ao nível do TER?

CAPÍTULO 5 – O POTENCIAL DESENVOLVIMENTO DO TER NAS ILHAS DO TRIÂNGULO

“A apetência por um turismo puro e de natureza começa a ganhar alicerces e configuram uma aposta ganha em diversos segmentos. Paralelamente, e como forma de dar resposta ao crescente fluxo turístico, aumenta o número de infraestruturas de apoio (...)”.

Dias, 2016

5.1. METODOLOGIA ESPECÍFICA

Os dados recolhidos diretamente nesta investigação foram obtidos entre os meses de julho e setembro de 2016, tendo os pré-testes, numa primeira fase, sido enviados via email, para empreendimentos localizados na ilha do Faial, pelo que alguns destes foram realizados presencialmente como forma de averiguação das questões e como mecanismo de despiste de eventuais dúvidas. Do total de 43 empreendimentos em atividade, 10 foram escolhidos para a realização destes pré-testes. Numa segunda fase, procedeu-se ao envio dos restantes inquéritos, alguns realizados presencialmente, outros por telefone e, na sua maioria, enviados via email.

Desta forma, a investigação científica baseou-se na aplicação de inquéritos por questionário aos proprietários dos empreendimentos TER e TH em atividade nas ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), debruçando-me, para isto, na plataforma online do Governo Regional dos Açores onde é disponibilizada informação acerca destas modalidades, indispensável à concretização desta investigação. Ou seja, para além dos pré-testes a dez empreendimentos, realizei mais trinta e três inquéritos, enviando-os primeiramente por email e posteriormente contactando os seus proprietários via telefone, no sentido de obter uma amostra mais próxima da realidade.

De referir ainda que destes 43 empreendimentos em atividade no triângulo, o estudo foi realizado apenas com 37 empreendimentos, pois em alguns casos terá sido

realmente impossível estabelecer qualquer contato telefónico e via e-mail, para além disso, alguns empreendimentos pertencem a um mesmo proprietário, não fazendo sentido realizar o inquérito inúmeras vezes à mesma pessoa.

O Turismo de Habitação terá sido incluído devido ao seu contexto rural e tendo também em conta o número reduzido de unidades (três) nestas três ilhas, porém apenas uma delas respondeu ao inquérito por questionário, pelo que só a sua opinião fará parte do estudo. A análise dos resultados dos inquéritos é realizada através do *software IBM SPSS* versão 23, tendo cada gráfico e tabela como fonte a sigla “EPDTERIT” (Estudo sobre o Potencial Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural nas Ilhas do Triângulo).

Para além deste universo de estudo/amostra, a investigação debruçou-se também na realização de quatro entrevistas a entidades regionais ligadas à área do turismo, tendo sido realizadas entre os meses de junho e agosto de 2016: a primeira realizou-se dia 17/06 ao Diretor Regional do Turismo, Dr. João Bettencourt, na Horta (Faial), com uma duração de cerca de 12 minutos; a segunda a 23/06 ao Secretário Regional do Turismo e Transportes, Dr. Vítor Fraga, na Madalena (Pico), com cerca de 19 minutos; a terceira dia 8/08 ao Presidente da Associação Casas Açorianas, Dr. Gilberto Vieira, via email; e, por fim, a última entrevista dia 10/08 ao Presidente da Associação de Municípios do Triângulo, Dr. José Leonardo, na Horta (Faial), com uma duração de cerca de 46 minutos.

5.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

Um dos instrumentos utilizados para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, que teve como tema O Potencial Desenvolvimento do TER nas ilhas do Triângulo. Dirigido aos proprietários dos empreendimentos de Turismo em Espaço Rural e de Turismo de Habitação que exercem atividade nas ilhas do triângulo, no arquipélago dos Açores, realizou-se com a finalidade de retratar a opinião destes, estudando-se assim o potencial do TER nestas ilhas e o quão significativo poderá ser esse potencial ao nível regional.

Este inquérito foi dividido em quatro partes para uma maior facilitação na sua análise e melhor compreensão do inquirido, a enumerar: Parte I – Identificação, onde se encontram variáveis que definem e caracterizam o proprietário do empreendimento; Parte II – Relação com o Turismo, onde se percebe o grande ou pouco contacto do proprietário com esta área; Parte III – Turismo em Espaço Rural (TER) – Açores, onde se conhece a opinião do proprietário relativamente ao TER nos Açores; Parte IV – Turismo em Espaço Rural, nas Ilhas do Triângulo, essencial para avaliar a opinião do proprietário quanto ao presente e potencial futuro nestas três ilhas. Para além de estar dividido em quatro partes, este totaliza 26 questões, que se subdividem em perguntas de resposta fechada e aberta. Dentro das perguntas de resposta fechada introduzi questões de resposta única, múltipla, dicotómicas e com escala de resposta.

Seguidamente, é elaborada uma análise de cada questão do inquérito, tendo em conta que apenas 20 proprietários aderiram ao mesmo de um total de 37 empreendimentos TER, ou seja, conseguiu-se obter a opinião de cerca de 54% dos inquiridos.

Designação do empreendimento

Nesta questão importa apenas referir os nomes dos empreendimentos que tiveram a sensibilidade de responder ao inquérito contribuindo, assim, muito para o desenvolvimento deste trabalho e seus resultados: Casa Capelinhos, Casa D'Arramada, Casas da Fajã, Casas do Areeiro, Casas do Capelo, PATIO Horse & Lodge, Quinta da Meia Eira, Quinta das Bugarvílias, Quinta do Canto, Quinta do Vale, Adega do Canto, Adega do Gato, Adegas do Pico, Cancela do Porco, Casa do Comendador, Casas Alto da Bonança, Houses in Pico, Casa da Ermida, Quinta de São Pedro e Quinta das Figueiras.

Classificação do empreendimento

Referentemente à classificação do empreendimento, de um total de 20 respostas aos inquéritos apenas um possui a categoria TER (categoria antiga), pelo que foi incluído no separador “sem categoria”, e todos os outros designam-se pelas novas categorias.

Assim, 13 empreendimentos pertencem à categoria “Casa de Campo”, totalizando os 65%; 2 à categoria de “Agroturismo” (10%); 2 à categoria de “Alojamento Rural” (10%); 1 à categoria de “Hotel Rural” (5%) e 1 à categoria de “Turismo de Habitação” (5%), como se observa na Tabela 8.

Tabela 8. Distribuição por categoria

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Sem categoria	1	5,0	5,0	5,0
Casa de Campo	13	65,0	65,0	70,0
Agroturismo	2	10,0	10,0	80,0
Hotel Rural	1	5,0	5,0	85,0
Alojamento Rural	2	10,0	10,0	95,0
Turismo de Habitação	1	5,0	5,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Ilha

Quanto à distribuição dos empreendimentos por ilha (Tabela 9), nota-se que a ilha do Faial originou o maior número de respostas ao inquérito (Frequência=10) o que equivale a 50% da amostra; da ilha do Pico obteve-se 7 inquéritos (35%) e da ilha de São Jorge 3 inquéritos (15%).

Tabela 9. Distribuição por Ilha

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Faial	10	50,0	50,0	50,0
Pico	7	35,0	35,0	85,0
São Jorge	3	15,0	15,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Concelho

Na variável Concelho (Tabela 10), como é de esperar, da Horta obteve-se a maioria das respostas (Frequência=10), equivalendo a 50% da amostra; da Madalena apenas 1 frequência (5%); de São Roque 5 frequências (25%); das Lajes 1 frequência (5%) e do Concelho das Velas 3 frequências, total de 15%.

Tabela 10. Distribuição por Concelho

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Horta	10	50,0	50,0	50,0
Madalena	1	5,0	5,0	55,0
São Roque	5	25,0	25,0	80,0
Lajes	1	5,0	5,0	85,0
Velas	3	15,0	15,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Nome do proprietário

A categoria “Nome do proprietário” foi incluída apenas por uma questão de organização e complemento da informação sobre o empreendimento, pelo que não terá sentido de análise neste ponto.

Género

Na Tabela 11 pode-se observar que, curiosamente e segundo esta amostra, não existe um género maioritário dos proprietários, pelo que responderam ao inquérito 10 proprietários do género “Feminino” (50%) e 10 do género “Masculino” (50%).

Tabela 11. Distribuição por Género

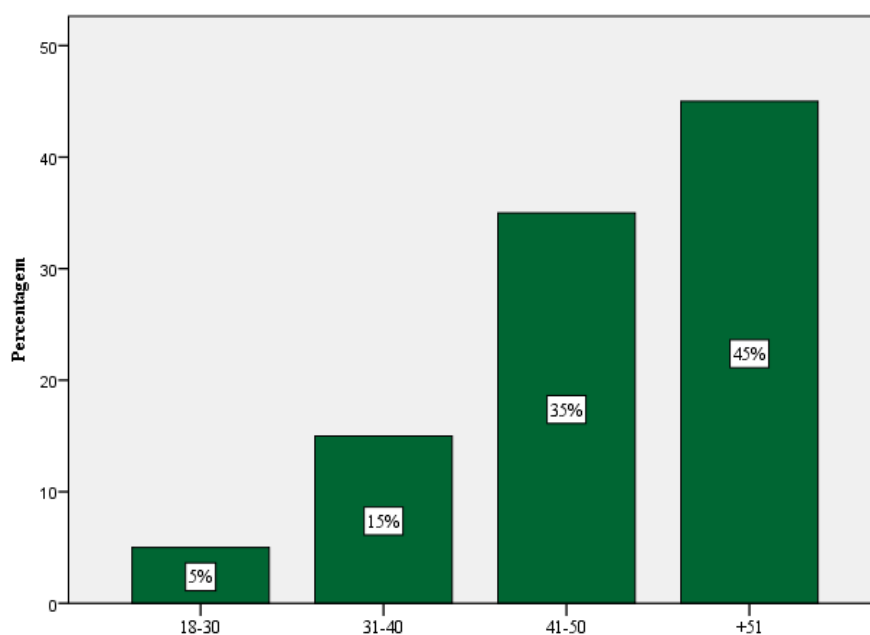
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Feminino	10	50,0	50,0	50,0
	Masculino	10	50,0	50,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Faixa etária

Na variável “Faixa etária” (Figura 17) a maioria dos inquiridos refere pertencer ao critério “+51”, totalizando os 45%, quase metade da amostra; seguindo-se o critério “41-50” (cerca de 35%) e em terceiro lugar o “31-40” que totaliza os 15%.

Figura 17. Distribuição por Faixa etária

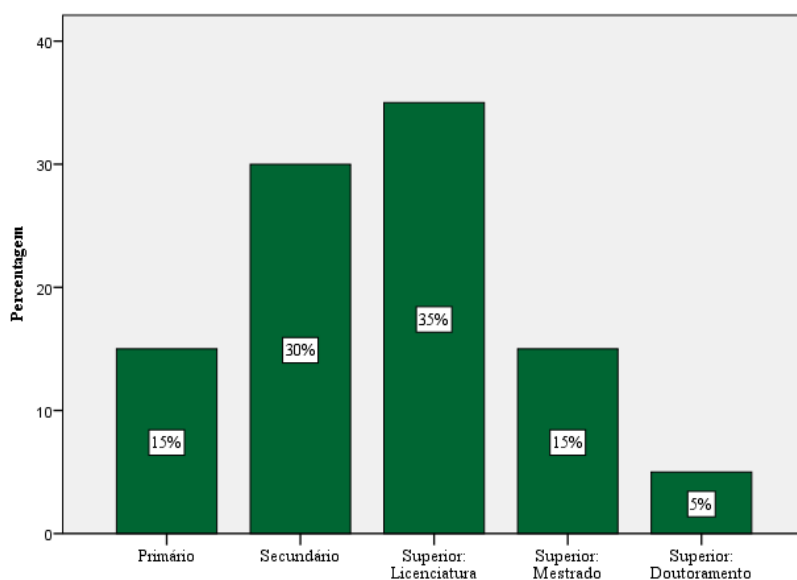


Fonte: EPDTERIT, 2016

Nível de escolaridade

A Figura 18 representa a distribuição da amostra por nível de escolaridade, conseguindo-se logo perceber que a “Licenciatura” diz respeito a 35% dos inquiridos, seguindo-se o “Secundário” com 30%. A categoria “Doutoramento” apenas agregou 5% dos inquiridos.

Figura 18. Distribuição por Nível de escolaridade



Fonte: EPDTERIT, 2016

Possui algum tipo de formação na área do Turismo?

No segundo grupo de perguntas referentes à relação do proprietário com a área de Turismo, segundo a Tabela 12 e de um total de 20 inquiridos, 5 referem ter algum tipo de formação nesta área (25%), contra os 15 inquiridos que não têm qualquer formação em Turismo (75%).

Tabela 12. Formação na área do Turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	5	25,0	25,0	25,0
	Não	15	75,0	75,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Dos 25% que possuem alguma formação na área referem ainda o seu tipo, que vai desde o Curso de Empreendedorismo, Economia, Marketing, Guia Turística, Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo, bem como uma diversidade de Workshops que vão desde o Atendimento e Atenção ao Cliente, às novas Tendências em Turismo.

Antes de exercer funções no seu empreendimento atual, trabalhou em algum estabelecimento relacionado com esta área?

Relativamente à experiência anterior na área do Turismo, 14 inquiridos referem não ter tido qualquer experiência (70%), contra apenas 6 inquiridos (30%), que antes do empreendimento atual experienciaram a área, nomeadamente ao nível da Restauração, Rent-a-car, Hotel, Pensão, como Guia Turística e numa variedade de outras empresas (Tabela 13).

Tabela 13. Trabalho na área do Turismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	6	30,0	30,0	30,0
	Não	14	70,0	70,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Concorda com a afirmação “É positivo continuar a investir na área do Turismo nos Açores”?

Com esta questão percebe-se se os inquiridos consideram ser positivo o investimento na área do Turismo na região, pelo que na sua maioria (65%) respondem “Concordo Totalmente” com a afirmação, 25% “Concordo”, e apenas 5% “Não concordo nem discordo” e também 5% para o “Discordo”, tal como nos mostra a Tabela 14.

Tabela 14. Concordância no investimento do Turismo na região

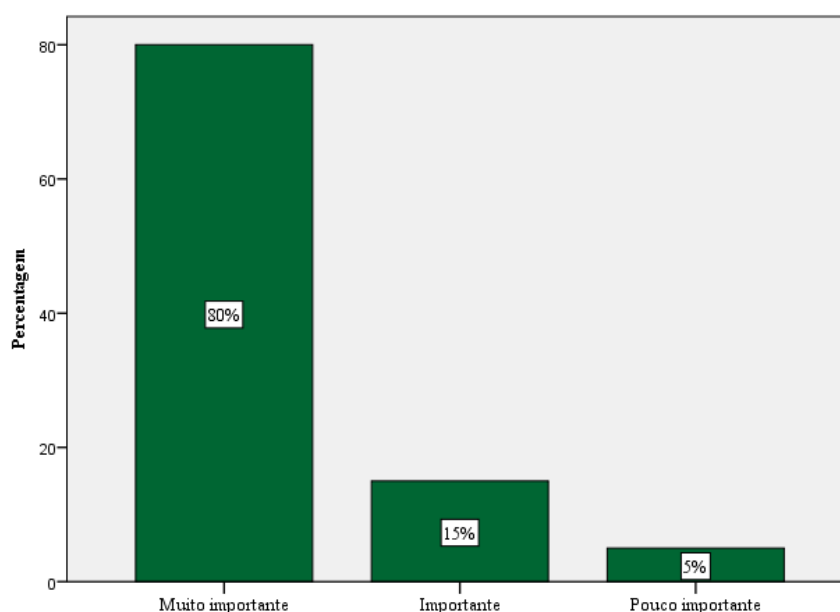
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Concordo totalmente	13	65,0	65,0	65,0
	Concordo	5	25,0	25,0	90,0
	Não concordo nem discordo	1	5,0	5,0	95,0
	Discordo	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Para si, a modalidade TER é:

Entrando na III parte do inquérito, pediu-se aos inquiridos que avaliassem a importância do TER nos Açores, pelo que a maioria respondeu ser “Muito importante” (cerca de 80%), seguindo-se a categoria “Importante” com 15% de respostas (Figura 19).

Figura 19. Importância do TER na região



Fonte: EPDTERIT, 2016

Considera o TER uma forma positiva de valorizar o património açoriano?

Nesta questão existe um caso omissivo, um inquirido que não respondeu a este ponto, pelo que as respostas baseiam-se nos 19 inquiridos. Destes, todos consideram que o TER é uma maneira positiva de valorizar o património da região açoriana (Tabela 15).

Tabela 15. Valorização do património através do TER

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	19	95,0	100,0	100,0
Omissivo	Sistema	1	5,0		
Total		20	100,0		

Fonte: EPDTERIT, 2016

Esta modalidade é uma mais-valia na divulgação do arquipélago?

Quanto à modalidade TER em ser uma mais-valia para divulgar os Açores, 100% dos inquiridos afirmou que “Sim” (Tabela 16).

Tabela 16. Divulgação do arquipélago através do TER

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	20	100,0	100,0	100,0

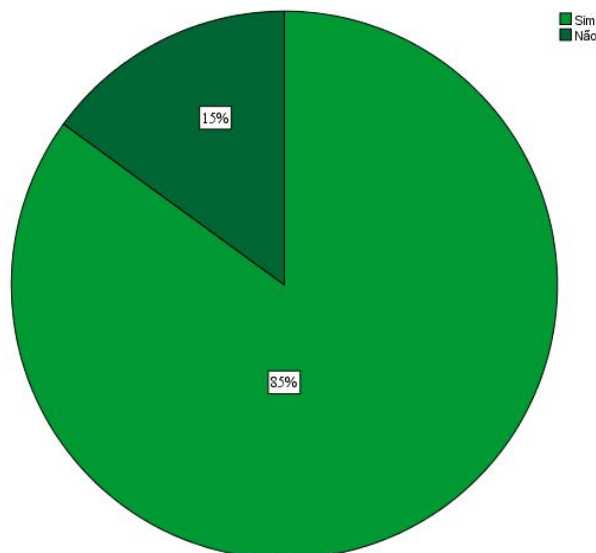
Fonte: EPDTERIT, 2016

Nota um crescimento geral, de ano para ano, das dormidas no seu estabelecimento?

Na avaliação das dormidas do próprio empreendimento 85% dos inquiridos (Frequência=17) respondeu que “Sim”, que nota realmente um crescimento e apenas 15% não considera o mesmo, o que equivale a apenas 3 proprietários a responder “Não” (Figura 20). Das respostas “Sim”, e tendo em conta que alguns não responderam ao “é

um crescimento significativo?”, 5 responderam que “Sim”, 5 que “Não”, 2 responderam “Ligeiro”, 1 considera ser um crescimento “Progressivo” e outro “Pouco” crescimento.

Figura 20. Crescimento anual das dormidas no estabelecimento



Fonte: EPDTERIT, 2016

O TER tem potencial para continuar a desenvolver-se no arquipélago?

Sobre o potencial do TER em continuar a desenvolver-se nos Açores, 100% dos proprietários respondeu que “Sim” (Tabela 17).

Tabela 17. Potencial futuro do TER

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Sim	20	100,0	100,0	100,0

Fonte: EPDTERIT, 2016

Deve-se continuar a investir no Turismo em Espaço Rural na região?

Mais uma vez, os inquiridos responderam na sua totalidade que “Sim” sobre a continuação do investimento do TER nos Açores (Tabela 18).

Tabela 18. Continuação do investimento no TER

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Sim	20	100,0	100,0	100,0

Fonte: EPDTERIT, 2016

Que aspetos/iniciativas considera relevantes tendo em vista o desenvolvimento futuro do TER nos Açores?

Nesta questão de resposta aberta referir-se-á alguns dos aspetos relatados pelos proprietários, essenciais para o desenvolvimento futuro do TER no arquipélago, a enumerar:

Acessibilidades – relativamente aos transportes aéreos é necessária uma melhor coordenação, mais voos a melhores preços; e nos transportes marítimos melhorar mais especificamente as ligações com a ilha de São Jorge, pois deve-se ter em conta que nesta ilha a estadia é relativamente curta, pelo que desenvolver os transportes a este nível e criar um segundo destino turístico com entrada pela Terceira, valorizará o Grupo Central em geral. Cerca de 7 proprietários referiram as acessibilidades para desenvolver o TER, pelo que é um ponto indispensável a ser desenvolvido;

Regulamentação/apoios – deverá existir uma menor carga fiscal, de taxas e de burocracias; facilitação nos mecanismos de licenciamento; um maior apoio das câmaras, bem como incentivos governamentais e monetários para os melhores; agilizar o processo de reserva; e apoio técnico especializado ao empreendedor. Cerca de 6 proprietários referiram aspetos relacionados com a regulamentação e apoios nesta área, vistos como vitais para o crescimento e facilitação no processo da criação de empreendimentos TER;

Desenvolvimento - analisar e fazer o levantamento dos principais targets turísticos da região; maior divulgação das pequenas unidades; apostar na qualidade, promoção, comunicação, diferenciação e inovação; ter em conta que o TER deverá crescer e desenvolver-se se tivermos ou viermos a ter um aumento das dormidas na região; valorizar a natureza como única e proteger o meio ambiente; recuperação de edifícios degradados; mais carros nas rent-a-cars; mais restauração/bebidas/comércio próximas ao alojamento; criar pontos de interesse e atrações; e investir na formação profissional.

Foram cerca de 8 os proprietários que referiram questões ligadas ao desenvolvimento, pelo que este tópico engloba uma variedade de questões, tal como a formação na área.

Na sua opinião, o Turismo em Espaço Rural no triângulo é uma mais-valia para o arquipélago dos Açores?

Dos 20 inquiridos todos afirmaram que o TER no triângulo é uma mais-valia para o arquipélago em geral (Tabela 19). Sendo assim, algumas das principais razões que justificam estas respostas afirmativas passam pelo(a):

Desenvolvimento - o TER é bom para o desenvolvimento económico; é considerado uma oferta alternativa; forma de melhorar infraestruturas; consegue criar postos de trabalho nas freguesias rurais; é positivo visitar várias ilhas numa viagem aos Açores, devido também à sua proximidade; é uma forma de descentralizar o turismo na região; para além destas respostas, é necessário ter em conta que a ilha de São Jorge está ainda pouco desenvolvida a nível do TER, sendo em parte prejudicada, comparativamente às ilhas do Faial e Pico, pelo que desenvolver o resto do Grupo Central conjuntamente não discriminaria qualquer uma das outras ilhas. Cerca de 6 proprietários referiram razões ligadas ao desenvolvimento da região como mais-valia do TER no triângulo;

Divulgação/promoção – o TER é uma forma autêntica de alojamento de qualidade; bom na divulgação do arquipélago em geral e como destino de natureza; e por ser uma modalidade alinhada com os recursos turísticos primários e as expectativas do perfil da procura. Cerca de 5 proprietários referiram que o TER é uma mais-valia quanto à divulgação e promoção do arquipélago;

Identidade – o TER permite a manutenção do património tradicional; mostra respeito pelas tradições; defende a identidade cultural; e tem uma identidade muito própria. Cerca de 7 proprietários referiram que o TER é uma mais-valia no que respeita à própria identidade do arquipélago.

Tabela 19. Mais-valia do TER no triângulo

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Sim	20	100,0	100,0	100,0

Fonte: EPDTERIT, 2016

Deve-se aumentar a aposta do TER nestas três ilhas?

Quando se questionou os inquiridos sobre o aumento da aposta do TER no triângulo apenas 5% (Frequência=1) respondeu que “Não”, contra 95% que respondeu “Sim” (Frequência=19) (Tabela 20). Referentemente às respostas afirmativas e quanto aos parâmetros em que se deve apostar nestas ilhas, uma média de 80% refere que se deve “Divulgar a gastronomia” e as “Atividades de animação”; seguindo-se o “Desenvolvimento de produtos regionais” com uma média de 70%; em último, com média de 45% está o “Alojamento” (Tabela 21).

Tabela 20. Aposta do TER no triângulo

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Não	1	5,0	5,0	5,0
Sim	19	95,0	95,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Tabela 21. Parâmetros a desenvolver no triângulo

	N		Média
	Válido	Omisso	
Alojamento	20	0	,45
Divulgar a gastronomia	20	0	,80
Atividades de animação	20	0	,80
Atividades para hóspedes	20	0	,55
Desenvolvimento de produtos regionais	20	0	,70

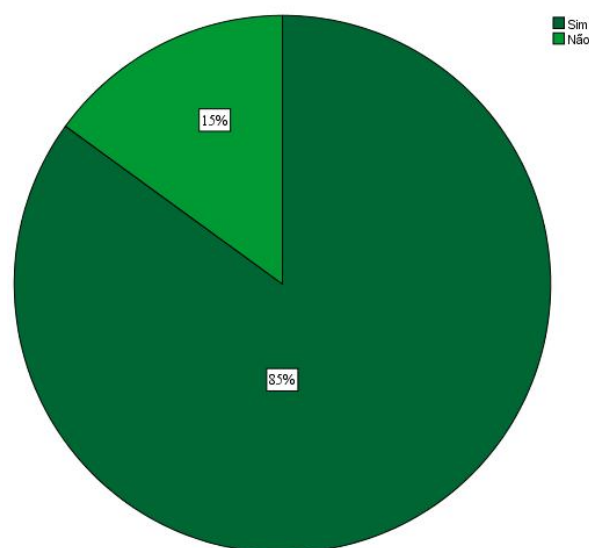
Fonte: EPDTERIT, 2016

Para além destes parâmetros, alguns proprietários ainda referiram na categoria “Outro” aumentar a aposta na sustentabilidade; na qualificação/formação dos trabalhadores; na sinalização das unidades inerentes, para um mais rápido e eficiente acesso dos hóspedes; especialmente na época baixa; parcerias; através da divulgação das festas religiosas, como o Espírito Santo; e ter primeiramente em conta as necessidades das zonas quanto ao alojamento e comércio.

O triângulo tem atualmente condições para investir no TER?

Nesta questão 85% dos inquiridos responde que “Sim” e apenas cerca de 15% responde “Não” (Figura 21), sendo que a sua justificação vem do facto da não existência do produto triângulo e por existirem meios de transporte inadequados.

Figura 21. Condições de investimento do triângulo no TER



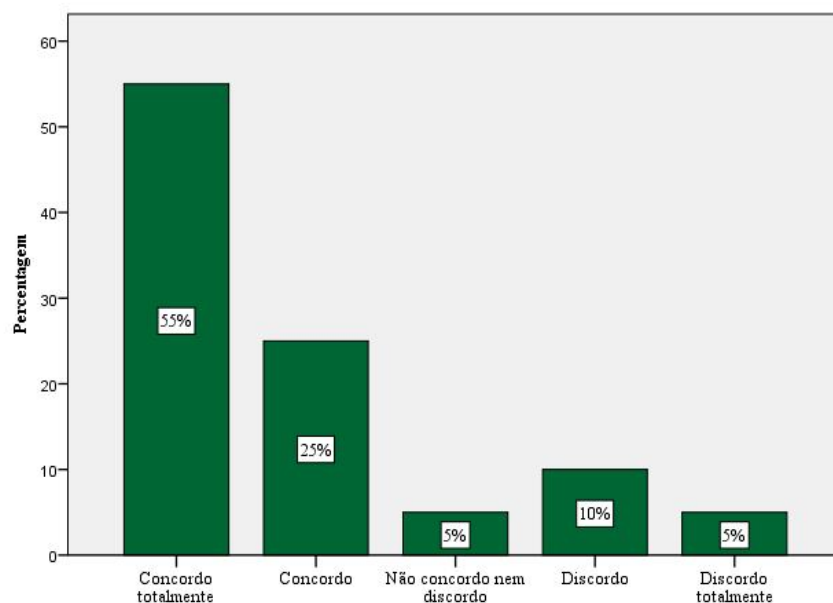
Fonte: EPDTERIT, 2016

Concorda com a afirmação “É positivo divulgar o triângulo, no contexto do TER, como um sub-destino nos Açores”?

Segundo a Figura 22, a maioria dos proprietários (cerca de 55%) escolheu “Concordo totalmente” na divulgação do triângulo como um sub-destino no arquipélago.

Em segundo lugar, com 25% estão os que optaram pela categoria “Concordo”; e uma minoria de cerca de 5% cada optou por “Não concordo nem discordo” e por “Discordo totalmente”.

Figura 22. Divulgação do triângulo como sub-destino



Fonte: EPDTERIT, 2016

O TER é o futuro do Triângulo?

Dos 20 proprietários, 3 (15%) consideram que o TER “Não” é o futuro do triângulo e 17 deles (85%) considera que “Sim” (Tabela 22). Nas respostas afirmativas considerou-se diversos parâmetros para o TER ser o futuro do triângulo (Tabela 23), nomeadamente: uma média de 75% para a “Sustentabilidade”, seguindo-se a “Melhor forma de divulgar o triângulo” com média de 55%, pelo que o considerado menos importante com média de 30% terá sido por ser “Bom para as empresas”.

Tabela 22. TER como futuro do triângulo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sim	17	85,0	85,0	85,0
	Não	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Fonte: EPDTERIT, 2016

Tabela 23. Parâmetros para o potencial futuro do TER no triângulo

	N		Média
	Válido	Omisso	
Sustentável	20	0	,75
Inovador	20	0	,35
Bom para a população	20	0	,35
Bom para as empresas	20	0	,30
Melhor forma de divulgar o triângulo	20	0	,55

Fonte: EPDTERIT, 2016

Na categoria “Outro” o TER é considerado o futuro destas ilhas por criar emprego; não ser destrutivo para com a natureza; por numa viagem conhecerem-se várias ilhas; por virem a ser desenvolvidos os meios de transporte aéreo, marítimo e terrestre; e pela participação nas feiras na Europa.

Quais os fatores que condicionam o desenvolvimento futuro destas ilhas, no contexto do TER?

Existem fatores que são um entrave no desenvolvimento futuro do TER nas ilhas do triângulo, tais como, logo em primeiro lugar as “Acessibilidades” com média de 85%, seguindo-se a “Necessidade de formação na área” com média de 70%, e em terceiro lugar a categoria “Outro” (Tabela 24). Nesta categoria os proprietários referiram outros condicionantes: a legislação ao nível Camarário; a distância do arquipélago (no meio do Atlântico); o facto de se copiar em vez de inovar; a qualidade do serviço prestado; necessidade de dinamismo e dedicação; de formação e apoio para participar nas feiras

do Turismo; ter de existir a criação do produto, da formação das populações e dos agentes públicos, bem como a não existência de um verdadeiro sistema integrado e coordenado de transportes (aéreo, marítimo e terrestre).

Tabela 24. Fatores condicionantes ao desenvolvimento do TER no triângulo

	N		Média
	Válido	Omisso	
Acessibilidades	20	0	,85
Falta de apoios	20	0	,20
Pouco interesse na modalidade	20	0	,10
Clima	20	0	,10
Necessidade de formação na área	20	0	,70
Falta de divulgação	20	0	,30
Outro	20	0	,40

Fonte: EPDTERIT, 2016

Acredita que apostar no TER no triângulo trará benefícios para a população residente?

Nesta questão, 100% dos inquiridos considera existirem benefícios para a população Açoriana com a aposta do TER no triângulo (Tabela 25). Destas afirmações, os inquiridos indicaram três principais benefícios para a população: a criação de postos de trabalho (com a maioria de respostas); desenvolvimento económico e sociocultural; fixação de população; desenvolvimento das próprias pessoas e dos produtos locais; quebra da sazonalidade; sensibilização para o desenvolvimento sustentável; conservação das tradições; maior rendimento das famílias e publicidade para a própria freguesia.

Tabela 25. Benefícios do TER no triângulo para a população

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido Sim	20	100,0	100,0	100,0

Fonte: EPDTERIT, 2016

Que iniciativas proporia para desenvolver o TER nas ilhas do triângulo?

Quanto à última questão do inquérito, os proprietários apresentaram uma série de respostas essenciais também para as conclusões deste trabalho. Assim, propuseram iniciativas como:

Cooperação - estabelecer parcerias com todas as entidades do setor; maior envolvimento das juntas de freguesia; maior envolvimento das populações; união dos empresários para divulgar o TER como um sub-destino. 4 proprietários referiram iniciativas ligadas à cooperação para desenvolver o TER no triângulo;

Desenvolvimento - melhorar a divulgação do triângulo; combater as casas clandestinas; melhorar o acesso aéreo ao triângulo; mais e melhores transportes e seus custos; festas e feiras; formação dos profissionais da área; melhorar a burocracia quanto às novidades e sua exploração; desenvolver as atividades âncora de animação e um pacote que permita mais pernoitas na ilha de São Jorge, caracterizando o que cada ilha tem para oferecer e melhorando o número de estadias nesta ilha. Cerca de 6 proprietários identificaram iniciativas ligadas ao desenvolvimento;

Criação - trazer turismo de inverno com o clima Açoriano; criação de eventos temáticos durante as épocas baixas; mecanismos de incentivo/apoio ao desenvolvimento de projetos de animação turística e cultural; congressos/simpósios sobre a temática; maior informação dos empreendedores quanto ao perfil e interesses de quem nos visita, intercâmbios e estudo de destinos similares e *best-practices*. Cerca de 5 proprietários referiram aspetos a ser criados, essenciais ao desenvolvimento do TER.

5.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Um dos outros instrumentos utilizados para a recolha de informação, também essencial para uma análise mais aprofundada sobre o tema e apuramento de opiniões realistas, foram as entrevistas às entidades regionais ligadas à área do Turismo. Das três entrevistas, apenas uma não foi realizada pessoalmente, pelo que o entrevistando terá enviado por e-mail a sua opinião. Seguidamente, segue-se uma pequena análise descritiva por cada pergunta realizada.

Acredita que o Turismo em Espaço Rural está no caminho certo?

“Nesta tipologia de empreendimento turístico queremos efetivamente que o Turismo em Espaço Rural cumpra aquele que é o seu principal objetivo que é perpetuar as memórias do passado, tudo o que tem a ver com as casas, os vários materiais com que eram construídas e aquilo que está definido na legislação é precisamente dar cumprimento aquilo que eram as tradições da casa típica (...) acredito que é algo que vem valorizar e diversificar a nossa oferta e enriquecer, sobretudo vem enriquecer ainda mais a nossa oferta turística no arquipélago” (Bettencourt, 2016).

“(...) o Turismo em Espaço Rural neste momento defronta-se com grandes desafios, desde logo, porque o Turismo em Espaço Rural tem que dar um passo seguinte e o passo seguinte é deixar de ser uma tipologia de alojamento para ser um produto turístico (...) uma unidade de Turismo em Espaço Rural não pode significar, de forma alguma, falta de conforto, antes pelo contrário (...) o Turismo em Espaço Rural se for visto única e exclusivamente na perspetiva de alojamento vem ter uma forte ameaça que provém do Alojamento Local” (Fraga, 2016).

“Após um grande esforço, desde pioneiros até a uma aposta concertada entre privados e entidades oficiais na promoção desta vertente, acho que sim: escolhemos bem o caminho e estamos a trilhá-lo” (Vieira, 2016).

“Sim, eu penso que nos Açores o turismo em espaço rural está no caminho certo (...) penso que é uma área e uma vertente onde existe muita procura, e muita procura por experiências diferenciadoras e eu acho que é aí que nós teremos que apostar (...) penso que é uma componente revelante e uma componente interessante e que se deve adicionar mais serviços, para além do alojamento” (Leonardo, 2016).

Relativamente às opiniões anteriores sobre esta questão todas as entidades referem que o TER está no caminho certo, contudo este necessita passar de uma modalidade de alojamento para um produto turístico de forma a não estagnar com o Alojamento Local. Acredito que o AL seja uma forte ameaça para o TER (como alojamento), pois têm vindo a ser desenvolvidos um grande número de projetos deste tipo, variando a oferta mas, devido às suas facilidades, levam alguns empresários a optar por um AL em vez de um TER.

Considera que o TER possui condições para continuar a crescer nas ilhas do triângulo?

“Sim e temos tido um crescimento assinalável, mais pessoas que pretendem desenvolver projetos (...) Existem obviamente incentivos financeiros que possibilitam que esses mesmos empresários possam desenvolver projetos de Turismo em Espaço Rural” (Bettencourt, 2016).

“O Turismo em Espaço Rural não só dispõe como tem disposto ao longo dos anos dessas condições e basta ver, por exemplo, no caso do Pico a oferta de alojamento de Turismo em Espaço Rural é superior a 30% da oferta global das camas, o que dá bem mostra do peso que o Turismo em Espaço Rural tem nesta zona do arquipélago” (Fraga, 2016).

“Como em todo o arquipélago, entendo que as ilhas do triângulo têm todas as condições para continuar a crescer neste segmento do mercado, com a vantagem de as ligações, sobretudo marítimas, proporcionarem uma mais-valia no contexto da Região, unindo facilmente três ilhas” (Vieira, 2016).

“Tem, muitas condições (...) mesmo em alojamento local, mesmo em turismo em espaço rural, a hotelaria está completamente cheia, portanto, existe esse potencial e é de facto uma grande mais-valia essa componente” (Leonardo, 2016).

Mais uma vez todos acreditam que o TER tem condições para continuar a crescer nestas ilhas, especialmente quando temos em conta as acessibilidades marítimas vantajosas nesta zona do arquipélago e os apoios dados aos empresários que pretendem criar um novo projeto. Penso que a ilha do Pico continuará a crescer ao nível do TER, pois para além da marca “Capital do Turismo Rural”, possui zonas e condições favoráveis ao desenvolvimento desta tipologia.

Existem recursos para que tal aconteça? Precisamos de apostar mais na oferta/procura?

“O trabalho que tem sido desenvolvido é um trabalho conjunto entre Governo Regional, Autarquias e Setor Privado e tem havido visão quanto aquilo que são as reais

necessidades do arquipélago e aquilo que tem sido a oferta a disponibilizar, tanto é que, em termos de alojamento, mas também ao nível de oferta de atividades turísticas. Portanto, entendo que estamos num bom caminho (...)” (Bettencourt, 2016).

“(...) uma coisa tem que estar condicionada à outra, nós temos quando se cria e quando se incentiva ao surgimento da oferta ela tem que ter como base aquelas que são as tendências da procura e tem que ter como base também aquele que é a linha estratégica e a matriz do destino” (Fraga, 2016).

“Tanto quanto sei, o crescimento nessas três ilhas é uma realidade muito interessante e a oferta (com destaque para a ilha do Pico) tem acompanhado todo esse potencial que os Açores encerram, no seu todo” (Vieira, 2016).

“Sim, eu acho que o turismo deve ser sustentável e a sustentabilidade é fundamental, agora os Açores estão num dilema que é nós podermos vender de facto a natureza e ter uma gestão muito equilibrada do número de visitantes que nós devemos ter nas nossas ilhas (...) Nesta zona do arquipélago eu penso ainda que existe espaço para investimento no turismo, quer no turismo rural, quer no turismo no alojamento local, quer também até na hotelaria tradicional (...) tem que haver uma melhoria, tem que haver um investimento na formação profissional na área do turismo” (Leonardo, 2016).

Confirma-se que existem recursos para o desenvolvimento do TER no triângulo, pois existe espaço para se investir no turismo e têm-se em conta que a oferta e a procura estão condicionadas uma com a outra, por forma a evoluir-se de acordo com a estratégia que se pretende. Considero ser possível (e essencial) a existência sustentabilidade nestas ilhas desde que se consiga delimitar o número de visitantes em cada uma delas e ter-se sempre em conta os parâmetros do futuro POTRAA.

Como avalia, na ótica do desenvolvimento do TER, as políticas de turismo regionais e locais? Que modificações proporia?

“Acredito que a atual legislação está de acordo com aquilo que são as prioridades de cada uma das ilhas do Arquipélago dos Açores, embora tenhamos efetuado

recentemente algumas alterações em casos particulares, por exemplo, da questão da portaria (...)” (Bettencourt, 2016).

“(...) o Turismo em Espaço Rural nos Açores tem uma trajetória de sucesso, o que é sinónimo que tanto do ponto de vista da definição de políticas públicas como do ponto de vista da prática implementada pelos nossos empresários as coisas foram bem feitas, existe é os desafios, nomeadamente toda esta evolução do Turismo em Espaço Rural de uma tipologia de alojamento para um produto turístico (...)” (Fraga, 2016).

“No conjunto funcionou a nível de todos os tipos de alojamento incluindo o TER. Não diria que proponho alterações significativas, mas ajustamentos a que as novas realidades vão obrigando. Determinante, na minha opinião, é que haja uma consciência de que tudo o que se conquistou não pode ser um dado adquirido” (Vieira, 2016).

“As políticas têm sido adequadas o que eu penso é que tem de haver um estudo económico da perceção da realidade (...) No geral tem qualidade, temos é que adicionar mais serviços para o turismo rural e termos a sensatez de ter muito cuidado daquilo que nós transportamos para fora da região ou aquilo que nós dizemos, porque nós temos um fator que para mim é fundamental para os Açores terem sucesso, que é a segurança e a paz de espírito, que os Açores podem em muito ganhar no futuro e a nossa ruralidade de facto permite isso” (Leonardo, 2016).

Ao nível das políticas existentes desta matéria na região deverão ajustar-se com as novas realidades criadas, estando de acordo com as estratégias que pretendemos seguir e sempre que necessário são realizadas alterações às mesmas. Quanto às políticas implantadas ao TER apesar de serem mais rígidas e de cumprimento mais complicado devido aos custos, penso que esta rigidez é necessária por ser um produto diferenciador e de grande qualidade, por forma a garantir a mesma.

Quais são as suas perspetivas futuras para o TER, a nível geral/Açores?

E a nível das ilhas do triângulo?

“(...) esta tipologia de Turismo em Espaço Rural é a que melhor identifica o Arquipélago dos Açores. Turismo em Espaço Rural não cinge apenas ao alojamento, é

todo um conceito em torno de um, é um conceito que passa pelo alojamento, mas que passa pela vivência, pela hospitalidade do povo açoriano, pelas suas tradições. Todo este conjunto é que define aquilo que é o Turismo em Espaço Rural no Arquipélago dos Açores” (Bettencourt, 2016).

“A perspetiva é de crescimento, de um crescimento não só quantitativo, mas acima de tudo qualitativo, aliás essa tem sido a tónica e nas ilhas do Triângulo isso é claramente notável onde estão fixadas as unidades de Turismo em Espaço Rural mais bem classificadas pelos turistas, porque nós hoje temos uma nova realidade” (Fraga, 2016).

“O turismo rural e de natureza continua a ser a marca distintiva do destino Açores, apesar de este destino, só por si, depois de um longo trabalho de divulgação, ser extremamente apelativo com margem para atrair, também, quem verdadeiramente procura experiências únicas. E continuo a acreditar que esse nicho de mercado tem potencial e pode ser muito atrativo (...) Reconheço que a facilidade de acessibilidade entre essas três ilhas criam uma oferta muito forte” (Vieira, 2016).

“(…) Nós no triângulo temos muito turismo rural penso que é uma área e uma vertente onde existe muita procura, e muita procura por experiências diferenciadoras e eu acho que é aí que nós teremos que apostar” (Leonardo, 2016).

Quanto ao futuro do TER nestas ilhas as perspetivas são de crescimento, pois os turistas procuram novas experiências, diferenciadoras e possuem vantagem nas acessibilidades, pelo que deverá crescer em termos quantitativos e qualitativos. O facto do TER ser um conceito abrangente, ligado às tradições e a tudo o que identifica o arquipélago torna-o numa mais-valia tanto para todas as ilhas, como para o triângulo, daí as perspetivas de crescimento serem positivas.

Existe bom potencial para que o TER se destaque futuramente nestas ilhas? Poderão existir aumentos significativos na procura? Ou grande evolução na oferta?

“(…) a nível nacional nós somos a região do país em que a proporção de tipologia de Turismo em Espaço Rural face ao todo é superior, ou seja, 10% da oferta de alojamento

nos Açores diz respeito a esta tipologia do Turismo em Espaço Rural. E há alguns concelhos dos Açores em que este número é, como em São Roque do Pico, que se auto intitula como Capital do Turismo Rural nos Açores, mas deve-se muito a esta questão da proporção que existe entre a oferta global e a oferta em tipologia de Turismo em Espaço Rural” (Bettencourt, 2016).

“O Turismo em Espaço Rural nos Açores tem uma trajetória de sucesso (...)” (Fraga, 2016).

“O potencial está à vista. Acredito que é questão de, no triângulo como nas restantes ilhas, se fazer um trabalho sério que não ponha em causa a autenticidade que existe. Caso contrário, corremos um sério risco de a nossa oferta passar a ser banal” (Vieira, 2016).

“Eu penso que nós vamos ter evolução na procura e que nós devemos evoluir na oferta, com um trabalho sério, o triângulo tem um grande potencial diferenciador. São três realidades completamente diferenciadoras positivamente e quem visita os Açores tem aqui esta grande possibilidade de ter a noção de arquipélago, e o triângulo tem o potencial de crescimento e pode crescer e deve crescer, mas para isso nós temos que ter massa crítica. Eu tenho que ter massa para que nós consigamos ter rotatividade quer de aviões quer de camas, para que seja uma atividade produtiva e que crie emprego sustentável (...) Há aqui um vetor que pode crescer que é o turismo e aqui é com este equilíbrio que eu penso que pode crescer, vamos ter mais procura, mas temos que criar oferta com qualidade e ainda podemos criar sem pôr em causa o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade, melhorando também as nossas acessibilidades (...) O que é que nós temos que fazer? Prestar um bom serviço, saber receber bem as pessoas, a formação, que é fundamental (...)” (Leonardo, 2016).

Mais uma vez as entidades confirmam o potencial desta modalidade no triângulo, com três realidades distintas, desde que não ponha em causa a sua autenticidade. O crescimento da procura deverá aumentar, mas para isso a oferta também tem que acompanhar este crescimento, sempre com a qualidade pretendida e ter em conta a noção do bem receber, instruindo a população para o turismo, de forma a que o turista critique positivamente o destino e, neste caso, o triângulo.

Que planos a curto e longo prazo existem para o triângulo?

“Temos o Plano Estratégico, é um documento orientador, fala de uma forma global das estratégias de desenvolvimento, mas em cada ilha pressupõe alguns desenvolvimentos específicos para cada ilha e então há necessidade de fazer este trabalho juntamente com os empresários para redefinirem-se algumas orientações, algumas prioridades” (Bettencourt, 2016).

“As ilhas do Triângulo estão integradas na Estratégia Regional para o Turismo, essa estratégia assenta no efeito complementaridade entre ilhas, ou seja, as ilhas não concorrem umas com as outras, mas têm ofertas complementares, nesse sentido foram definidos tendo como base o nosso principal produto que é o Turismo de Natureza (...) Não nos podemos esquecer que nós diariamente nós não concorremos uma ilha com a outra, nós diariamente concorremos com todos os destinos à escala global. Nós temos dois grande polos em termos de mercado, temos os Estados Unidos e o Canadá e temos a Europa” (Fraga, 2016).

“Esta associação municípios do triângulo estava completamente na estaca zero, sem atividade (...) Nós já implementámos em todas as nossas festas concelhias, por exemplo, um quiosque do triângulo, com produtos locais com o objetivo de sensibilizar quem nos visita para esta realidade e para a promoção dos nossos produtos (...) e estamos a desenvolver um plano estratégico para o turismo para o triângulo no sentido de nós termos na verdade um triângulo virado para o turismo (...) Além de que nós vamos ter uma presença forte na BTL do triângulo, criar de facto aqui um produto do triângulo a nível do turismo e depois o triângulo e esta associação deve ir, deve trabalhar outras vertentes, como a saúde (...) Estas três ilhas juntas têm muito a ganhar, muito a ganhar e pouco a perder” (Leonardo, 2016).

O plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores é orientador tanto para o turismo como para os próprios empresários da área, definindo as estratégias que estes deverão seguir, e a Associação Municípios do Triângulo tem vindo a desenvolver ações essenciais para o TER nesta zona. A estratégia da complementaridade é uma mais-valia para todos, pelo que considero ser uma ação bastante interessante na medida que cada ilha do triângulo é distinta entre si, levando o turista a adquirir um pacote bastante rico.

Nota que a população residente aprova o TER como forma de desenvolver a região turisticamente?

“Sim e identificam-se muito com essa tipologia. De se orgulharem das suas tradições daquilo que se caracteriza cada comunidade açoriana e esta tipologia obviamente que vem fazer com que as pessoas tenham apego aquilo que é a sua, os seus hábitos, os seus costumes e é bom ver que quem nos visita aprecia (...) Campanhas de sensibilização começando pelos mais pequenos, já iniciaram o ano letivo com alguns conceitos relacionados com turismo e queremos potenciar ainda mais este setor” (Bettencourt, 2016).

“Tenho a certeza que a população residente não só aprova o Turismo em Espaço Rural como aprova o turismo no geral e porquê? Porque no âmbito da elaboração do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores até 2020 nós fizemos o trabalho mais abrangente de sempre efetuado na região sobre turismo e o plano reflete não aquelas que são as opções do Governo ou da entidade A, B ou C, mas reflete aquelas que são as opções comuns a todos englobando a população (...) Não há nenhum setor de atividade que se construa numa década e meia e o turismo não é exceção, portanto nós estamos num processo ainda de construção que leva naturalmente o seu tempo de maturação para haver uma perfeita consciencialização e a definição de uma cultura para o turismo (...) é das medidas que eu considero estruturantes para o futuro passa por introduzir, por criar um programa de educar para o turismo, que engloba a introdução nas escolas do primeiro e segundo ciclo de conteúdos de hospitalidade do turismo, hospitalidade do bem receber, dos benefícios do turismo para os residentes, para que os nossos jovens passem a ter essa consciencialização (...) e aquilo que nós queremos é que o turismo seja bom também para quem cá vive e se é bom para quem cá vive, que contribua de uma forma determinante e assertiva para a melhoria das condições de vida das pessoas, gerando riqueza, criando e preservando postos de trabalho, servindo nomeadamente força indutora de setores de atividade” (Fraga, 2016).

“A população residente é afável por natureza. Por experiência sei que gosta muito de conviver, de bem receber, e isso é uma vantagem que não se paga e que tem um valor enorme” (Vieira, 2016).

“Eu acho que aprova. Há dois tipos: há aquela pessoa que pensa no desenvolvimento da sua ilha, da sua região, do seu país e percebe que é necessário o turismo para nós nos desenvolvermos, para nós avançarmos (...) e há outras que pensam, penso que em número mais reduzido, que isto deve ser para os locais, que deve ser uma coisa nossa (...)” (Leonardo, 2016).

Relativamente à aprovação da população quanto ao TER todos concordam que seja positivo para a população residente, especialmente para as pessoas que veem no turismo um meio de desenvolvimento para estas ilhas e a inserção de medidas de hospitalidade do turismo é, de facto, uma iniciativa fulcral para cultivar o turismo começando pelos mais novos. O TER pode ser aprovado pelos residentes desde que continue a ser positivo para os mesmos, para o ambiente e para as outras empresas.

Com a análise dos resultados conseguiu-se perceber a opinião maioritária dos proprietários dos empreendimentos TER em atividade no triângulo, caracterizando-se por alguma semelhança de respostas e pensamentos, bem como a opinião de algumas das entidades ligadas ao turismo na região, completando e enriquecendo o estudo, tendo-se agora uma análise dual do tema. Contudo, torna-se também necessário descrever e analisar as duas hipóteses inicialmente definidas a que este trabalho pretende dar resposta: 1) O Turismo em Espaço Rural possui condições para continuar a desenvolver-se nas ilhas do Triângulo? 2) O Turismo em Espaço Rural tem potencial para ter significado num futuro próximo, nas ilhas do Triângulo?

Estas hipóteses foram sendo respondidas ao longo de todo o trabalho e, particularmente, neste Capítulo 5 com toda a análise desenvolvida, todavia fundamentar-se-á cada uma com os instrumentos de análise, para clarificar e percebermos melhor a situação Presente e Futura do TER nesta região:

Hipótese 1) O Turismo em Espaço Rural possui condições para continuar a desenvolver-se nas ilhas do Triângulo?

Nesta primeira hipótese teve-se em conta a questão do inquérito sobre o TER como uma mais-valia para o arquipélago dos Açores, a que todos os proprietários

responderam “Sim”; a questão sobre o aumento da aposta do TER nestas três ilhas, a que apenas um proprietário discordou com “Não” e todos os outros afirmaram “Sim”; e a questão sobre se o triângulo tem atualmente condições para investir no TER, a que 85% responde com a afirmação “Sim”; e a questão da entrevista acerca das condições para continuar a desenvolver-se nestas ilhas, todas as entidades regionais dizem que “Sim”: “Sim e temos tido um crescimento assinalável” (Bettencourt, 2016); “O Turismo em Espaço Rural não só dispõe como tem disposto ao longo dos anos dessas condições” (Fraga, 2016); “Entendo que as ilhas do triângulo têm todas as condições para continuar a crescer neste segmento do mercado” (Vieira, 2016); Tem, muitas condições (...) existe esse potencial e é de facto uma grande mais-valia essa componente” (Leonardo, 2016).

Com isto, posso afirmar que esta hipótese é válida na medida em que, segundo este estudo, a maioria das opiniões vão de encontro ao propósito de que “O Turismo em Espaço Rural possui condições para continuar a desenvolver-se nas ilhas do Triângulo”.

Hipótese 2) O Turismo em Espaço Rural tem potencial para ter significado num futuro próximo, nas ilhas do Triângulo?

Na segunda hipótese teve-se em conta também três questões do questionário: saber se o TER é o futuro da região, a que 85% dos proprietários responde “Sim”; que fatores condicionam o desenvolvimento futuro destas ilhas, onde 85% considerou que as “Acessibilidades” são um entrave e 70% referiu-se à “Necessidade de formação na área”; a questão do TER trazer benefícios para os residentes, onde todos afirmam que “Sim”; e a questão da entrevista sobre o potencial do TER se destacar futuramente nestas três ilhas, todas as entidades concordam, afirmando “A nível nacional nós somos a região do país em que a proporção de tipologia de Turismo em Espaço Rural face ao todo é superior” (Bettencourt, 2016); “O Turismo em Espaço Rural nos Açores tem uma trajetória de sucesso” (Fraga, 2016); “O potencial está à vista” (Vieira, 2016); “Eu penso que nós vamos ter evolução na procura e que nós devemos evoluir na oferta, com um trabalho sério, o triângulo tem um grande potencial diferenciador” (Leonardo, 2016).

Esta hipótese é considerada válida tendo em conta todas estas questões anteriormente referidas, pois de facto o TER tem potencial para ter expressão futura nas ilhas do triângulo, porém importa referir e ter em conta os fatores que condicionam este desenvolvimento (especialmente Acessibilidades e Necessidade de formação na área), bem como se “o Turismo em Espaço Rural for visto única e exclusivamente na perspetiva de alojamento vem ter uma forte ameaça que provém do Alojamento Local” (Fraga, 2016).

5.4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

Analisando prospetivamente os resultados anteriormente estudados é notável, de facto, o potencial do Turismo em Espaço Rural nestas três ilhas, pois para além de todos os recursos existentes que determinam as potencialidades desta modalidade na região, tanto ao nível do alojamento como das atividades que com ela se podem vir a desenvolver, e do facto da população aprovar a modalidade, podendo retirar benefícios da mesma, vêm fundamentar ainda mais a presença futura desta tipologia ligada à natureza nesta região do arquipélago.

Assim, neste tópico interessa-nos perceber em que patamar nos encontramos e onde nos pretendemos posicionar futuramente. Com isto, segundo todo o estudo, percebe-se que o TER está em crescimento na região, que continuará a se desenvolver e que deverá se desenvolver, pois temos capacidade e oportunidade para que tal aconteça e encontramos-nos a tracejar o caminho certo para aquilo que é o nosso objetivo.

No entanto, apesar de todos os benefícios desta modalidade, existem condicionantes que afetam o seu contínuo desenvolvimento, nomeadamente ao nível das oportunidades: necessidade de formação na área é um ponto que precisa ser desenvolvido para uma maior qualidade de serviço futuro prestado, tanto em serviços como a restauração, como mesmo nos próprios estabelecimentos, e o inculir de conceitos e hábitos turísticos na população (o que já se iniciou nas escolas com os mais novos); a necessidade de inovar e de não copiar o que já está feito é algo a ter também em conta, pois precisamos de apostar na diversidade da oferta, tanto nos alojamentos

como nas atividades que oferecemos aos turistas que nos visitam, que procuram experiências autênticas e diferenciadoras; um ponto também essencial é o combate à sazonalidade, investindo em eventos e/ou atividades que sejam atrativas na época baixa, por forma a criar um maior rendimento aos empresários, que muitas vezes veem-se em dificuldades nesta época; ao nível das ameaças - as tão referidas acessibilidades, tanto ao nível dos preços, como da sua maior e melhor coordenação, que são a forma de trazer os nossos turistas, especialmente as aéreas (forma de entrar na região), não pondo de parte as ligações marítimas, particularmente o acesso à ilha de São Jorge (mais distante e com menores pernoitas) ao que alguns proprietários se sentem injustiçados e com menos regalias que as outras duas ilhas; por fim, a questão do alojamento local que, apesar de ser uma tipologia totalmente distinta e com diferentes critérios, leva a que alguns empresários optem por um AL em vez de um empreendimento TER, ou mesmo serem um TER e optarem (por diversas razões) por tornar-se um AL, pois as burocracias deste último são menos complexas, logo existem menos custos (um empreendimento TER mesmo sendo recente chega a um ponto que tem a necessidade de se renovar e muitas vezes os empresários não têm recursos para que tal aconteça).

5.5. VISÃO DE FUTURO

Ao longo deste estudo muito já foi abordado e analisado, até mesmo em relação ao futuro do Turismo em Espaço Rural nas ilhas do Triângulo. Constatou-se que esta modalidade inserida no produto Turismo de Natureza é realmente o futuro da região, apesar de alguns entraves ao seu desenvolvimento e de algumas ameaças.

Contudo, podemos ter em conta algumas das iniciativas propostas pelos proprietários dos empreendimentos relativamente ao desenvolvimento destas ilhas no campo do TER, tendo assim uma visão daquilo que se pretende para um futuro próximo. Desta forma, o combate às casas clandestinas é considerado um fator muitíssimo importante e crucial ao desenvolvimento, pois devemos dar valor e apostar nos empreendimentos regulamentados que cumprem todos os critérios essenciais para a satisfação do turista; uma maior e melhor divulgação do produto triângulo, para que

consigamos captar mercado e fazer crescer sustentavelmente esta modalidade destas ilhas, tornando-o num sub-destino dentro do arquipélago; o estabelecimento de parcerias com todas as entidades do setor, que se devem unir para uma mesma finalidade, tendo em conta que todos ficarão a ganhar; o aumento de congressos/simpósios sobre a temática TER, para que os empresários estejam a par das novidades neste campo e conheçam melhor o conceito de modo a trazer ideias para os seus empreendimentos ou empresas de animação; a criação de eventos temáticos durante a época baixa para combater a sazonalidade, pois todos ganhavam com isto e não apenas as empresas ligadas ao TER ou ao Turismo em geral; o melhorar ou simplificar de algumas burocracias mais complexas quanto a novos empreendimentos e à sua exploração, de modo a facilitar a entrada no mercado, mas nunca pondo em causa o processo de qualidade dos mesmos e ter também em conta a importância dos mecanismos de incentivo/apoio ao desenvolvimento de novos projetos de animação turística e cultural; finalizando, como já foi anteriormente mencionado, investir nas acessibilidades e na formação dos profissionais é determinante para a qualidade e continuação do crescimento nesta área.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nas ilhas do triângulo o crescimento do Turismo em Espaço Rural tem sido notável ao longo dos anos, mais concretamente na ilha do Pico, na freguesia de São Roque, que se autointitula “São Roque do Pico - Capital do Turismo Rural” devido ao número de casas por quilómetro quadrado e aos números populacionais. Na ilha do Faial, apesar do seu crescimento até 2007, desde 2008 que existiram aumentos pouco significativos referentes ao alojamento, pelo que os números da ilha do Pico ultrapassaram em muito os do Faial. Já a ilha de São Jorge é a que apresenta o número de alojamentos mais reduzido, variando entre três e quatro empreendimentos TER e sendo a que, segundo esta investigação, se encontra mais isolada e prejudicada quanto ao número de pernoites e acessibilidades, isto em termos comparativos com estas três ilhas.

A modalidade de Turismo em Espaço Rural para além de complexa e de difícil definição, tendo em conta várias opiniões de autores, que confirmam a existência de uma diversidade de opiniões e consensos quanto a isto, revela que cada país escolhe o critério que mais se identifica e no qual se baseiam para desenvolver esta tipologia. Nos Açores, o TER está definido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio, que define quatro categorias de alojamento e os critérios a que estes têm que corresponder e pela Portaria n.º 54/2012, de 15 de maio, que se refere às atividades destinadas aos hóspedes, entre outros.

Na região açoriana as unidades de alojamento TER são de pequena a média dimensão e o associativismo, como é o caso da Associação das Casas Açorianas, torna-se uma mais-valia na promoção e divulgação desta modalidade, tanto na região em geral, como nas ilhas do triângulo em particular, que apostam nas experiências autênticas e diferenciadoras para atrair turistas e na complementaridade entre ilhas, apoiando-se mutuamente e em prol de um mesmo objetivo, por forma a todos saírem beneficiados.

Contudo, apesar de todas as características diferenciadoras que os Açores pretendem dar a conhecer tais como, a gastronomia, a segurança, o modo de vida calma,

as tradições, a sua natureza, entre outras, é natural existirem condicionantes ao seu desenvolvimento e fatores que necessitam de ser alterados e/ou repensados, referidos neste estudo pelas entidades e pelos proprietários dos alojamentos, tendo sempre presente o conceito da sustentabilidade.

Dos fatores abordados no capítulo anterior e da visão futura do TER nestas ilhas, para se compreender qual o caminho que esta modalidade seguirá e tendo em conta o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, orientador para todas as entidades profissionais da área, temos que ter a noção do triângulo como um sub-destino no próprio arquipélago e da necessidade de criar o produto triângulo estruturado e atrativo, que não prejudique a ilha de São Jorge, que destas três ilhas acaba por ser a mais lesada, pois para além de ser a mais distante, continua com um menor número de pernoites, menor desenvolvimento a nível de infraestruturas/alojamento, menor número de acessibilidades, levando os seus proprietários a sentirem-se mais injustiçados.

O aumento das casas de alojamento não licenciadas/clandestinas é um dos fatores relevantes e prioritários a ser alterado, que poderá pôr em causa a imagem de qualidade que o arquipélago tem que garantir, pois esta modalidade não deve, de modo algum, significar falta de conforto, mas sim níveis de conforto e sistemas construtivos adequados e sustentáveis, apostando num ambiente de alojamento “*Cool & Cozy*”, descontraído e muito acolhedor. O Turismo em Espaço Rural necessita, assim, deixar de ser visto apenas como uma tipologia de alojamento passando a caracterizar-se por um produto turístico que vende atividades ligadas à unidade, de forma a enriquecer a sua oferta e a vingar nesta área.

Quanto às recomendações, notei sobretudo a necessidade em atualizar a plataforma de dados dos empreendimentos TER/TH do site do Governo dos Açores, pois muitos dos e-mails e contatos telefónicos disponibilizados estavam desatualizados, o que tornou o contato com estes proprietários mais complicado para além de que alguns dos empreendimentos já nem existiriam; a dificuldade em encontrar informação relativa ao TER no triângulo, sem que sejam dados estatísticos, talvez por ser um “produto” ainda recente e em desenvolvimento, o que poderia facilitar não só estudos futuros, como também ao nível empresarial, algo para além do PEMTA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aerohorta. 2016. *Ilhas do Triângulo: Faial, Pico e São Jorge – As Ilhas do Triângulo* [Online]. Disponível em: <http://www.aerohorta.com/faial-pico-e-sao-jorge-as-ilhas-do-triangulo/>. [Consult. 30 agosto 2016].

AMAP. 2004. *AMAP RURAL, Medida 10 do Programa AGRO*. Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas [Online]. Lisboa. Disponível em: [http://www.adcmoura.pt/Rede/Dossier/Qualidade do Turismo em Espaco Rural.pdf](http://www.adcmoura.pt/Rede/Dossier/Qualidade%20do%20Turismo%20em%20Espaco%20Rural.pdf). [Consult. 4 março 2016].

Arrillaga, J. I. 1972. *Possibilidades Turísticas dos Açores: breve apontamento sobre as possibilidades turísticas das ilhas dos Açores*. Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira. Lisboa, Coleção ESTUDOS.

ART. *Projectos em Execução: PEAT-GC – Plano Estratégico de Animação Turística para o Grupo Central*. Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://pt.artazores.com/projectos/peat.php>. [Consult. 11 novembro 2014].

ART. *Quem somos*. Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://pt.artazores.com/quem/>. [Consult. 20 janeiro 2016].

Associação de Municípios do Triângulo. *A AMT* [Online]. Disponível em: <http://www.amtriangulo.com/#!a-amt/c13dn>. [Consult. 30 agosto 2016].

Bedo, D.; Dentinho, T. 2007. *Avaliação dos destinos turísticos das ilhas dos Açores com base em modelos gravitacionais*. Estudos Regionais, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, N.º 14. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. *Economia: Parceiros*. Açores [Online]. Disponível em: <http://www.comercioacores.com/economia/parceiros.aspx>. [Consult. 18 maio 2015].

Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. 2014. *Economia: Notícias – Turismo em espaço rural teve “crescimento extraordinário”* [Online]. Disponível em: <http://www.ccah.eu/economia/noticias/ver.php?id=10626>. [Consult. 8 maio 2016].

Candiotto, L. Z. P. 2010. *Elementos para o debate acerca do conceito de Turismo Rural*. Turismo em Análise, 21 (1), 3-14.

Cardoso, A. B., Durbiano, C., Gonçalves, E. 2009. *Enoturismo e Turismo em Espaço Rural*. Turismo: I Jornadas Internacionais sobre Enoturismo e Turismo em Espaço Rural. Edições ISMAI: Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia. APHVIN/GEHVID: Universidade do Porto.

Casas Açorianas. *Atividades: A oferta é tão vasta quanto a esmagadora força da natureza*. Casas Açorianas - Associação de Turismo em Espaço Rural [Online]. Disponível em: <http://www.casasacorianas.com/acores/actividades.php>. [Consult. 6 maio 2016].

Comissão Europeia. 2006. *A Abordagem Leader*. Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural [Online]. Bruxelas. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf. [Consult. 4 março 2016].

COUTINHO. Cristiane Morgado – *A jornada do Turismo Rural: Intervenção na Cidade da Guarda*. Universidade da Beira Interior, Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, 2012. Dissertação de Mestrado.

Cunha, L. 2003. *Perspectivas e Tendências do Turismo*. 1ª edição: Edições Universitárias Lusófonas. Lisboa.

Cunha, L. 2007. *Introdução ao Turismo*. 3ª edição: Editorial Verbo. Lisboa.

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio. *Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos*. Diário da República n.º 106, 1.ª série. Lisboa.

Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto. *Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, POTRAA*. Diário da República n.º 154, 1.ª série. Açores.

Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de agosto. *Presidência do Conselho de Ministros: Secretaria de Estado do Turismo*. 1.ª série – n.º 196. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro. Diário da República n.º 39, 1.ª série-A. Ministério de Economia. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de março. *Turismo em Espaço Rural (TER)*. Diário da República n.º 59, 1.ª série-A. Ministério de Economia. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 66/2009, de 20 de março. *Alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro*. Diário da República n.º 56, 1.ª série. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa.

Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2006/A, de 16 de junho de 2006. *Aprova a Orgânica da Secretaria Regional da Economia (SER)*. Governo Regional dos Açores. Açores.

DGADR. *Condições Determinantes de Sucesso*. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural [Online]. Lisboa. Disponível em: <http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural/condicoes-determinantes-de-sucesso>. [Consult. 20 fevereiro 2016].

Direção Regional do Turismo. Empreendimentos e Atividades. *Faial – Turismo no Espaço Rural (TER)*. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/listagem.aspx?ilhas=Faial&atividades=12>. [Consult. 12 abril 2016].

Direção Regional do Turismo. Empreendimentos e Atividades. *Pico - Turismo no Espaço Rural (TER)*. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/listagem.aspx?ilhas=Pico&atividades=12>. [Consult. 12 abril 2016].

Direção Regional do Turismo. Empreendimentos e Atividades. *São Jorge - Turismo no Espaço Rural (TER)*. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/ext/drt->

[pa/listagem.aspx?ilhas=S%C3%A3o%20Jorge&atividades=12](#). [Consult. 12 abril 2016].

DRACA. *Açores: Abordagem Leader 2007-2013*. Direção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura. PRORURAL. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://prorural.azores.gov.pt/AbordagemLeader.pdf>. [Consult. 13 maio 2016].

Fonseca, M. L. 2006. *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Lisboa.

Governo dos Açores. *Secretaria Regional do Turismo e Transportes* [Online]. Açores. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtp/?lang=pt>. [Consult. 20 janeiro 2016].

Hall, D., Roberts, L., Mitchell, M. 2003. *New Directions in Rural Tourism*. New Directions in Tourism Analysis. ASHGATE: Ashgate Publishing Limited Gower House. England.

ICNF. *Turismo de Natureza*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Online]. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur>. [Consult. 3 fevereiro 2016].

ICNF. *Reconhecimento*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [Online]. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/empreen/reconh>. [Consult. 3 fevereiro 2016].

ICNF. *Reconhecimento de Atividades* [Online]. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ativ/at-reconh>. [Consult. 6 fevereiro 2016].

Idealista. 2015. *Procura no turismo rural e de habitação aumentou 14,9% num ano* [Online]. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/ferias/turismo/2015/07/29/28409-procura-no-turismo-rural-e-de-habitacao-aumentou-14-9-num-ano>. [Consult. 31 agosto 2016].

IDESTUR. *Turismo Rural na França*. Instituto de Desenvolvimento de Turismo Rural e Equestre [Online]. Disponível em: <http://www.idestur.org.br/download/20120218160740.pdf>. [Consult. 7 abril 2016].

IESE. 2008. *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal: Versão Resumida*. DGADR. Instituto de Estudos Sociais e Económicos [Online]. Lisboa. Disponível em: http://www.animar-dl.pt/uploads/files/20120314_122325_estudo_ter_v_net.pdf. [Consult. 16 fevereiro 2016].

IESE. 2008. *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal: Relatório Final*. DGADR. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Lisboa.

Incentivo. 2015. *Desenvolvimento dos Açores exige complementaridade de oferta entre ilhas: Os Açores são um destino de natureza*. Diário do Faial. Horta.

INE. 2000. *Estatísticas do Turismo 2000*. Ano de edição: 2001. Lisboa.

INE. 2001. *Estatísticas do Turismo 2001*. Ano de edição: 2002. Lisboa.

INE. 2002. *Estatísticas do Turismo 2002*. Ano de edição: 2004. Lisboa.

INE. 2003. *Estatísticas do Turismo 2003*. Ano de edição: 2004. Lisboa.

INE. 2004. *Estatísticas do Turismo 2004*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2005. Lisboa.

INE. 2005. *Estatísticas do Turismo 2005*. Ano de edição: 2006. Lisboa.

INE. 2006. *Estatísticas do Turismo 2006*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2007. Lisboa.

INE. 2007. *Estatísticas do Turismo 2007*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2008. Lisboa.

INE. 2008. *Estatísticas do Turismo 2008*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2009. Lisboa.

- INE. 2009. *Estatísticas do Turismo 2009*. Ano de edição: 2010. Lisboa.
- INE. 2010. *Estatísticas do Turismo 2010*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2011. Lisboa.
- INE. 2011. *Estatísticas do Turismo 2011*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2012. Lisboa.
- INE. 2012. *Estatísticas do Turismo 2012*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2013. Lisboa.
- INE. 2013. *Estatísticas do Turismo 2013*. Estatísticas Oficiais. Ano de edição: 2014. Lisboa.
- IPDT. 2015. *Notícias: Açores dizem que aposta no turismo deve passar pela natureza* [Online]. Disponível em: <http://ipdt.pt/?cId=399ca488-f4db-11e4-8b52-00242128304d>. [Consult. 21 janeiro 2016].
- IPDT. 2016. *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores – PEMTA*. Porto.
- Jornal do Pico. 2016. *Turismo – Associar a vinha ao turismo será uma mais-valia para o Pico*. Ano XII, N.º 633.
- Jornal i. 2012. *Açores querem afirmar-se como referência no turismo de natureza* [Online]. Disponível em: <http://www.ionline.pt/448838>. [Consult. 7 maio 2016].
- Luís, E. 2002. *Turismo no espaço rural em Portugal*. GeoINova, 5, 139-152.
- LUÍS. Esmeralda – *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural: O Caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. Dissertação de Mestrado.
- Lusa. 2014. *Açores querem ser primeiro destino turístico de natureza do país dentro de dez anos. Açoriano Oriental* [Online]. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/acoes-querem-ser-primeiro-destino-turistico-de-natureza-do-pais-dentro-de-dez-anos>. [Consult. 21 janeiro 2016].

Mason, P. 2003. *Tourism Impacts, Planning and Management*. Butterworth-Heinemann. UK.

MESQUITA. Ana Maria Vicente – *Sistemas de Distribuição no Turismo em Espaço Rural: a Região de Trás-os-Montes*. Universidade de Aveiro, Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial, 2009. Dissertação de Mestrado.

Moreira, F. J. 1994. *O Turismo em Espaço Rural: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*. Centro de Estudos Geográficos. Portugal: Estudos Gerais B8. Lisboa.

Moniz, A. I. 1996. *O Turismo nos Açores: Estudo sobre a Oferta de Alojamento Turístico*. Jornal de Cultura. Ponta Delgada.

MONIZ, Ana Isabel - *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2006. Tese de Doutoramento.

NaturFactor. *Açores, o melhor arquipélago do mundo para passar férias - Ilhas de Bruma* [Online]. Disponível em: <http://www.naturfactor.com/PT/Acores>. [Consult. 30 agosto 2016].

OCDE. 1994. *Tourism Strategies and Rural Development*. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris.

Oliveira, A. P. 2002. *Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização*. 4ª Edição Revista e Ampliada. Editora Atlas S.A. São Paulo.

OTA. *Observatório: observar para...* Observatório do Turismo dos Açores. Açores [Online]. Disponível em: <http://www.observatorioturismoacores.com/observatorio.php>. [Consult. 30 maio 2015].

Our Island. *Ilhas do Triângulo: O que torna o Triângulo especial é a proximidade entre as ilhas, que estão à distância de um olhar* [Online]. Disponível em: <http://ourisland-azores.com/ilhas-do-triangulo/>. [Consult. 30 agosto 2016].

Pacheco, L. Câmara, N. 2015. A liberalização do espaço aéreo não é um factor diferenciador, apenas nos coloca em igualdade com outros destinos. *Correio dos Açores*, p. 16-17.

PALMA. Ana Raquel Moreno Mendes - *Turismo em Espaço Rural no Centro de Portugal: Relatório Final de Estágio*. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 2014. Dissertação de Mestrado [Online]. Disponível em: http://repositorio.ipv.pt/bitstream/123456789/1155/1/Ana_Palma.pdf. [Consult. 12 fevereiro 2016].

PENT. 2007. *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Ministério da Economia e da Inovação. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

PENT. 2015. *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015*. Ministério da Economia e do Emprego. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

PENT. 2013. *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte 2015*. Ministério da Economia e do Emprego. Governo de Portugal. Lisboa.

Pinto, A. 2004. *Turismo em Espaço Rural: Motivações e Práticas – Holandeses em Ferreira de Aves*. Sátão. Palimage Editores. Lisboa.

Portal Educação. 2013. *O Turismo Rural na História*. Artigo por Colunista Portal – Educação [Online]. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotalaria/artigos/29349/o-turismo-rural-na-historia#!1>. [Consult. 4 março 2016].

Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto. *Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas*. Diário da República n.º 160, 1.ª série. Lisboa.

Portaria n.º 261/2009, de 12 de março. *Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação*. Diário da República n.º 50, 1.ª série. Lisboa.

Portaria n.º 54/2012 de 15 de maio. *Requisitos mínimos a observar pelos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural*. Secretaria Regional da Economia.

PRORURAL. 2008. *Apresentação*. Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores. Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://prorural.azores.gov.pt/apresentacao.aspx>. [Consult. 13 maio 2016].

PRORURAL. 2014. *Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020* (PRORURAL+). Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente. Governo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://prorural.azores.gov.pt/ficheiros/noticias/252201614526.pdf>. [Consult. 19 maio 2016].

Publituris. 2015. *Vítor Fraga: “Futuro do turismo nos Açores assenta em cinco prioridades”*. Disponível em: <http://www.publituris.pt/2015/07/23/vitor-fraga-futuro-do-turismo-nos-aco-res-assenta-em-cinco-prioridades/>. [Consult. 21 janeiro 2016].

Quivy, R., Campenhoudt, L. V. 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.^a Edição. Gradiva – Publicações, Lda [Online]. Lisboa. Disponível em: file:///C:/Users/AnaFilipa/Desktop/manualInvestigacaoCS_kivy.pdf e https://drive.google.com/file/d/0B6e-yNLSHPIMmNmOWRhYjMtNGUxMi00YWZILTkxYjctNzViM2EyOGNjODZh/view?hl=pt_PT. [Consult. 31 agosto 2016].

Rádio Atlântida. 2016. *Neto Viveiros destaca que, pela primeira vez, o LEADER abrange todas as freguesias dos Açores* [Online]. Disponível em: <http://www.radioatlantida.net/neto-viveiros-destaca-que-pela-primeira-vez-o-leader-abrange-todas-as-freguesias-dos-aco-res>. [Consult. 18 maio 2016].

Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2015 de 15 de julho de 2015. *Autoriza a revisão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)*. Presidência do Governo. Horta.

Revista Business Portugal. 2015. *Turismo e Gastronomia: Especial Açores – São Roque do Pico com grande aposta no turismo rural* [Online]. Disponível em: <http://revistabusinessportugal.pt/especial-acoreshao-roque-do-pico-com-grande-aposta-no-turismo-rural/>. [Consult. 18 maio 2016].

RODRIGUES, Carla. 2002. *Turismo de Natureza: O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer* [Online]. Lisboa. Disponível em: <http://www.geografia.uminho.pt/uploads/carla.doc>. [Consult. 27 janeiro 2016].

RODRIGUES, Elisabete Teixeira Gouveia – *Turismo no Espaço Rural e Património: as Casas de Campo na Ilha da Madeira*. Espanha: Universidad D Salamanca, 2014. Tese de Doutoramento.

Rodrigues, J. D., Costa, R. M. 2007. *Açores, ilha a ilha*. Ver Açor, Lda. Porto, 2007.

Santos, C. 2007. *O Observatório Regional do Turismo: uma parceria eficaz no contexto de um modelo de Turismo Sustentável na Região Autónoma dos Açores*. EMPREENDER. Economia, negócios, investimentos. 1º semestre: 2007. Açores.

Sharpley, R., Sharpley, J. 1997. *Rural Tourism: An Introduction*. Tourism and Hospitality Management Series. ITP: International Thomson Business Press. UK.

SILVA, Francisco António dos Santos – *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2013. Tese de Doutoramento.

Silva, L. 2006. *Os impactos do turismo em espaço rural*. Antropologia Portuguesa, 22, Edição: 23, 295-317.

Silva, L. 2009. *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Simões, O., Cristovão, A., Caldas, J. C. 2003. *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Instituto Politécnico de Coimbra. Edições IPC: Inovar Para Crescer. Coimbra.

Sinclair, M. T., Stabler, M. J. 1991. *The Tourism Industry: an international analysis*. Wallingford: CAB International.

SREA. 2000. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2000*. Açores.

SREA. 2001. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2001*. Açores.

SREA. 2002. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2002*. Açores.

SREA. 2003. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2003*. Açores.

SREA. 2004. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2004*. Açores.

SREA. 2005. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2005*. Açores.

SREA. 2006. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2006*. Açores.

SREA. 2007. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2007*. Açores.

SREA. 2008. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2008*. Açores.

SREA. 2009. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2009*. Açores.

SREA. 2010. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2010*. Açores.

SREA. 2011. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2011*. Açores.

SREA. 2012. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2012*. Açores.

SREA. 2013. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2013*. Açores.

SREA. 2014. *Estatísticas do Turismo: Janeiro a Dezembro de 2014*. Açores.

SREA. 2002. *Estudo sobre os Turistas que visitam os Açores 2001*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Açores.

SREA. 2007. *Estudo sobre os Turistas que visitam os Açores 2005-2006*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Açores.

SREA. 2007. *Estudo sobre as atitudes dos Residentes face ao Turismo nos Açores 2005*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES. Açores.

Tavares, L. 2015. Tribuna das Ilhas Online. *Opinião: O Triângulo* [Online]. Disponível em: <http://www.tribunadasilhas.pt/index.php/opiniao/item/10495-o-tri%C3%A2ngulo>. [Consult. 22 agosto 2016].

Triangle the Azores. Triangle, an Island Cluster – *The Azores* [Online]. Disponível em: <http://www.triangletheazores.com/>. [Consult. 22 agosto 2016].

Triângulo Magazine. *Editorial: Uma nova realidade*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, novembro 2015, Ano 1, nº 1.

Triângulo Magazine. *Entrevista: “O que nos une é mais que o que nos separa*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, dezembro 2015, Ano 1, nº 2.

Triângulo Magazine. *São Roque do Pico assinalou 473º aniversário*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, dezembro 2015, Ano 1, nº 2.

Triângulo Magazine. *Marca “Capital do Turismo Rural” tem de ser potenciada*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, dezembro 2015, Ano 1, nº 2.

Triângulo Magazine. *Mais de 250 produtos com “Marca Açores” em menos de um ano*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, janeiro 2016, Ano 1, nº 3.

Triângulo Magazine. *Editorial: Responsabilidade*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, fevereiro 2016, Ano 1, nº 4.

Triângulo Magazine. *Entrevista com João Bettencourt, Diretor Regional do Turismo*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, abril 2016, Ano 1, nº 6.

Triângulo Magazine. *Editorial: O passo que faltava*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, maio 2016, Ano 1, nº 7.

Triângulo Magazine. *Editorial: Triângulo em festa*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, julho 2016, Ano 1, nº 9.

Triângulo Magazine. *AMT aposta na promoção turística*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, julho 2016, Ano 1, nº 9.

Triângulo Magazine. *Editorial: Crescimento sustentado*. Madalena – Açores: Nova Gráfica, agosto 2016, Ano 1, nº 10.

Turisativa. 2012. *A Indústria Turística nos Açores*. Turisativa - Pegada Activa, Consultoria e Planeamento em Turismo e Produtos. Açores.

Turismo de Portugal, I.P. *Associações Nacionais* [Online]. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/ContactosUteis/Pages/AssociacoesNacionais.aspx>. [Consult. 10 fevereiro 2016].

Turismo de Portugal. 2006. *Turismo de Natureza: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

Visit Azores. *As Ilhas dos Açores: o Arquipélago – Geografia*. Sítio Oficial Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/the-archipelago/geography#>. [Consult. 13 maio 2015].

Visit Azores. *Descubra os Açores: Experiências*. Sítio Oficial Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/experience-the-azores>. [Consult. 9 junho 2015].

Visit Azores. *Natureza: Ambiente*. Sítio Oficial Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/the-archipelago/nature>. [Consult. 6 maio 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Faial: Geografia* [Online] Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/faial/geography>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Faial: Natureza – A Ilha Azul* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/faial/nature>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Faial: Experiências* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/faial/activities>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Pico: Geografia* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/pico/geography>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Pico: Natureza – A Ilha Cinzenta* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/pico/nature>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, Pico: Experiências* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/pico/activities>. [Consult. 24 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, São Jorge: Geografia* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/sao-jorge/geography>. [Consult. 26 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, São Jorge: Natureza – A Ilha Castanha* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/sao-jorge/nature>. [Consult. 26 agosto 2016].

Visit Azores. *As ilhas dos Açores, São Jorge: Experiências* [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands/sao-jorge/activities>. [Consult. 26 agosto 2016].

Visit Azores. *Trade Area: Ass. Turismo dos Açores – Sobre a ATA*. Sítio Oficial Turismo dos Açores [Online]. Disponível em: <http://www.visitazores.com/pt-pt/trade-area/about-ata>. [Consult. 18 maio 2015].

Visit Portugal. 2013 *Pico, Faial e São Jorge – as “Ilhas Triângulo”* [Online]. Disponível em: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/73822>. [Consult. 30 agosto 2016].

ANEXOS

Anexo 1.

Formulário do INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO | O Potencial Desenvolvimento do TER nas Ilhas do Triângulo

Este inquérito é dirigido aos proprietários dos empreendimentos de Turismo em Espaço Rural (TER) e de Turismo de Habitação (TH) que exerçam atividade nas ilhas do triângulo, tendo como finalidade retratar a sua opinião e, deste modo, estudar o potencial desenvolvimento do TER nestas três ilhas e o quão significativo poderá ser esse potencial a nível Açores.

Os dados recolhidos serão, posteriormente, analisados estatisticamente para fins de investigação científica, preservando assim a confidencialidade das respostas obtidas.

Muito obrigada pela sua ajuda e tempo dispensado!

(Assinale com uma cruz (x) a opção mais adequada.)

I. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Designação do empreendimento: _____;

1.2. Classificação do empreendimento:

Casa de Campo () Turismo de Aldeia () Agroturismo ()

Hotel Rural () Alojamento rural () Turismo de Habitação ()

1.3. Ilha: Faial () Pico () São Jorge ()

1.4. Concelho: _____;

1.5. Nome do proprietário: _____;

1.6. Género: Feminino () Masculino ()

1.7. Faixa etária: 18-30 () 31-40 () 41-50 () +51 ()

1.8. Nível de escolaridade:

Primário () Secundário () Superior: Licenciatura ()

Pós-graduação ()

Mestrado ()

Doutoramento ()

II. RELAÇÃO COM O TURISMO

2.1. Possui algum tipo de formação na área do Turismo?

Sim () Não () Se sim, qual? _____;

2.2. Antes de exercer funções no seu empreendimento atual, trabalhou em algum estabelecimento relacionado com esta área?

Sim () Não () Se sim, qual? _____;

2.3. Concorda com a afirmação “É positivo continuar a investir na área do Turismo nos Açores”?

Concordo totalmente ()	Concordo ()	Não concordo nem discordo ()	Discordo ()	Discordo totalmente ()
-------------------------	--------------	-------------------------------	--------------	-------------------------

III. TURISMO EM ESPAÇO RURAL (TER) - AÇORES

3.1. Para si, a modalidade TER é:

Muito importante ()	Importante ()	Pouco Importante ()	Nada importante ()
----------------------	----------------	----------------------	---------------------

3.2. Considera o TER uma forma positiva de valorizar o património Açoriano?

Sim () Não ()

3.3. Esta modalidade é uma mais-valia na divulgação do arquipélago?

Sim () Não ()

3.4. Nota um crescimento geral, de ano para ano, das dormidas no seu estabelecimento?

Sim () Não () Se sim, é um crescimento significativo? _____;

3.5. O TER tem potencial para continuar a desenvolver-se no arquipélago?

Sim () Não ()

3.6. Deve-se continuar a investir no Turismo em Espaço Rural na região?

Sim () Não ()

3.7. Que aspetos/iniciativas considera relevantes tendo em vista o desenvolvimento futuro do TER nos Açores?

_____;

IV. TURISMO EM ESPAÇO RURAL, NAS ILHAS DO TRIÂNGULO

4.1. Na sua opinião, o Turismo em Espaço Rural no triângulo é uma mais-valia para o arquipélago dos Açores?

Sim () Não () Se sim, indique a principal razão do TER ser uma mais-valia para o arquipélago: _____;

4.2. Deve-se aumentar a aposta do TER nestas três ilhas?

Sim () Não () Se sim, em: Alojamento () Divulgar a gastronomia ()
Atividades de animação () Atividades p/hóspedes ()
Desenvolvimento de produtos regionais ()
Outro: _____;

4.3. O triângulo tem atualmente condições para investir no TER?

Sim () Não () Se não, porquê? _____;

4.4. Concorda com a afirmação “É positivo divulgar o triângulo, no contexto do TER, como um sub-destino nos Açores”?

Concordo totalmente ()	Concordo ()	Não concordo nem discordo ()	Discordo ()	Discordo totalmente ()
-------------------------	--------------	-------------------------------	--------------	-------------------------

4.5. O TER é o futuro do triângulo?

Sim () Não () Se sim, porque é: Sustentável () Inovador ()
Bom para a população () Bom para as empresas ()
Melhor forma de divulgar o triângulo ()
Outro: _____;

4.6. Quais os fatores que condicionam o desenvolvimento futuro destas ilhas, no contexto do TER?

Acessibilidades () Falta de apoios () Pouco interesse na modalidade ()
Clima () Necessidade de formação na área () Falta de divulgação ()
Outro () Qual/quais? _____;

4.7. Acredita que apostar no TER no triângulo trará benefícios para a população residente?

Sim () Não () Se sim, indique 3 principais benefícios: _____;

4.8. Que iniciativas proporia para desenvolver o TER nas ilhas do triângulo?

_____.

Anexo 2.

Formulário do GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião da Entrevista n.º __

O potencial desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural nas ilhas do triângulo

Cabeçalho

- 1.1.** Nome:
- 1.2.** Data:
- 1.3.** Duração:
- 1.4.** Local:

Guião (Semiestruturado)

- 1.5.** Acredita que o Turismo em Espaço Rural está no caminho certo?
- 1.6.** Considera que o TER possui condições para continuar a crescer nas ilhas do triângulo?
- 1.7.** Existem recursos para que tal aconteça? Precisamos de apostar mais na oferta/procura?
- 1.8.** Como avalia, na ótica do desenvolvimento do TER, as políticas de turismo regionais e locais? Que modificações proporia?
- 1.9.** Quais são as suas perspetivas futuras para o TER, a nível geral/Açores?
- 1.10.** E a nível das ilhas do triângulo?
- 1.11.** Existe bom potencial para que o TER se destaque futuramente nestas ilhas? Poderão existir aumentos significativos na procura? Ou grande evolução na oferta?
- 1.12.** Que planos a curto e longo prazo existem para o triângulo?
- 1.13.** Nota que a população residente aprova o TER como forma de desenvolver a região turisticamente?